

**Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia**

Programa de Pós-Graduação em Economia

**BRASIL: DESNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA DE *COMMODITIES*
AGRÍCOLAS E MINERAIS**

Betânea Pereira Silva

Uberlândia
2008

BETÂNEA PEREIRA SILVA

**BRASIL: DESNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA DE *COMMODITIES*
AGRÍCOLAS E MINERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Sócio-Econômico e Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Carlos Alves Nascimento.

Uberlândia
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586b Silva, Betânia Pereira, 1983-

Brasil : desnacionalização e dependência de commodities agrícolas e minerais / Betânia Pereira Silva. - 2008.

135 f. : il.

Orientador: Carlos Alves Nascimento.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Economia.**

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico - Teses. 2. Economia agrícola - Brasil - Teses. 3. Produtos primários - Teses. 4. Produtos agrícolas - Comércio - Teses. I. Nascimento, Carlos Alves. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330.34(81)

BETÂNEA PEREIRA SILVA

**BRASIL: DESNACIONALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA DE *COMMODITIES*
AGRÍCOLAS E MINERAIS**

Dissertação de mestrado aprovada em 29/09/2008.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (IE/UFU)
Orientador

Prof. Dr. Marcelino de Souza (UFRGS)
Membro

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Macedo de Avellar (IE/UFU)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia - IE/UFU

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

*Dedico este trabalho à minha mãe Karen, por ser minha mãe (e meu mundo),
ao meu pai, Geraldo, pelo apoio e direcionamento.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pelas oportunidades concedidas em minha vida - tanto as que lograram em vitórias quanto aquelas que, de fracasso, se transformaram em aprendizado para a vida toda. Agradeço aos meus pais, pelo incansável estímulo e pelo apoio nas horas difíceis. Aos meus irmãos, Lenon e Vinícius, o primeiro, pelo companheirismo, e o segundo, por ser o meu anjinho da guarda.

Agradeço ao Érico, companheiro de todas as horas, que, mesmo “distante”, nunca deixou de estar por perto. Aos meus amigos, os quais acompanharam de perto esta minha “jornada”, em especial, à Camila e à Larissinha: tenho muita sorte em ter pessoas como vocês perto de mim.

Ao Prof. Dr. Carlos Alves Nascimento, pela paciência, persistência e pela confiança em mim depositada. Aos demais professores do IE/UFU, o meu muito obrigada. Agradeço aos membros da banca, Prof. Dr. Marcelino de Souza e Prof^a. Dr^a. Ana Paula Macedo de Avellar, pelas contribuições a este trabalho.

Agradeço aos colegas de mestrado, em especial ao Henrique, ao Lima Júnior e ao César. O primeiro foi simplesmente indispensável à conclusão desta dissertação e, os outros dois, sempre me proporcionaram momentos de alegria e reflexão.

A todos os funcionários do IE/UFU, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO: A pauta de exportações brasileira permanece concentrada, desde os primórdios da formação da nação, em *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo teor de tecnologia, enquanto que suas importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica. Deste modo, o Brasil apresenta uma dependência estrutural com relação àquele perfil de exportações como *motor primus* da dinâmica econômica nacional e uma forte dependência de tecnologia estrangeira. Tais dependências são agravadas pelo histórico déficit em Transações Correntes e pelo aprofundamento do processo de desnacionalização da economia, os quais determinam a necessidade de se remeter lucros, dividendos, *royalties* e licenças, e se pagar juros de empréstimos ao exterior, corroendo, assim, grande parte das divisas que são geradas pelas exportações. Os dados que estão apresentados ao longo do trabalho permitem constatar que no Brasil não ocorre uma tendência de “re”-primarização, porque, de fato, a relação de dependência com os produtos primários ainda não foi quebrada.

Palavras-chave: Exportações; Importações; Dependência; *Commodities*; Tecnologia; Desnacionalização; Transações Correntes.

ABSTRACT: The list of Brazilian exports products remains concentrated, since the beginning of the formation of nation, in commodities primary, intensive work and natural resources products and low content of technology, while, their imports are concentrated on products with high and medium intensity of technology. Thus, Brazil has a structural dependence profile for those exports as *motor primus* of national economic dynamics and a strong dependence of foreign technology. These dependencies are aggravated by the historical deficit in currents account and by the deepening of economy denationalization, which determine the need to refer profits, dividends, royalties and licenses, and to pay interest of loans to the outside, corroding, thus, a great part of currency generated by exports. The data presented in this work allow to note that in Brazil there is not a trend of reprimarization, because, actually, the dependence relation with primary products has not yet been broken.

Key-words: Exports; Imports; Dependency; Commodities; Technology; Denationalisation; Current Account.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Comércio Exterior: Principais Produtos Exportados – Brasil - 1821-1940 (Em percentagem sobre o total das exportações)	17
Tabela 2 – Impactos do Café na Economia – Brasil - 1850-2000	18
Tabela 3 – Estrutura de Produção Doméstica, Exportação e Importação de Produtos Primários – Brasil - 1931-1961 (Em mil toneladas)	21
Tabela 4 – Valor das Exportações e Importações Agrícolas – Brasil - 1964-1980 (Em US\$ milhões - FOB)	35
Tabela 5 – Coeficiente de Penetração e Abertura por Intensidade de Fator – Brasil - 1990-1998 (Em percentagem)	70
Tabela 6 – Taxa de Comércio e Saldo por Intensidade de Fator – Brasil – Anos selecionados (1990-1998)	71
Tabela 7 – Evolução das Exportações por Tipo de Produto – Brasil - 1974-2003 (Média 1974-1980=100)	72
Tabela 8 – Comércio Exterior Brasileiro, Segundo Origem de Capital das Firms e Intensidade Tecnológica do Produto – Brasil - 2000-2003 (Em US\$ milhões)	92
Tabela 9 – Balança Comercial e Balança Comercial do Agronegócio – Brasil - 1989-2006	96
Tabela 10 - Sitc Product Groups: Average Annual Growth Of Export Value, 1980–1998, And Classification According To Factor Intensity (Ranked By Export Value Growth)	130

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	27
Gráfico 2 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	28
Gráfico 3 – Serviços e Rendas – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	29
Gráfico 4 – <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1953-1989 (Em US\$ milhões)	30
Gráfico 5 – Lucros e Dividendos – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	31
Gráfico 6 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	32
Gráfico 7 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)	33
Gráfico 8 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	34
Gráfico 9 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	36
Gráfico 10 – Serviços e Rendas – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	37
Gráfico 11 – Lucros e Dividendos – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	41
Gráfico 12 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	42
Gráfico 13 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)	43
Gráfico 14 – Variação Real Anual da Formação Bruta de Capital Fixo – Brasil - 1971-1991 (Em percentagem)	44
Gráfico 15 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	48
Gráfico 16 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	49
Gráfico 17 – Serviços e Rendas – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	49
Gráfico 18 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	51
Gráfico 19 – Lucros e Dividendos – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	51
Gráfico 20 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)	52
Gráfico 21 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	54
Gráfico 22 – Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo	

Tecnológico – Brasil - 1983-1989 (Em US\$ bilhões)	56
Gráfico 23 – Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico – Brasil - 1983-1989 (Em US\$ bilhões)	57
Gráfico 24 – Composição e Evolução do Saldo da Balança Comercial por Conteúdo Tecnológico 1983-1989 (Em US\$ bilhões)	57
Gráfico 25 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	58
Gráfico 26 – Serviços e Rendas – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	59
Gráfico 27 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	60
Gráfico 28 – Lucros e Dividendos – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	60
Gráfico 29 – Juros de Empréstimo Intercompanhia – Brasil - 1982-1989 (Em US\$ milhões)	61
Gráfico 30 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)	62
Gráfico 31 – Variação Real Anual da Formação Bruta de Capital Fixo – Brasil - 1991-2007 (Em percentagem)	64
Gráfico 32 – Contribuição da Formação Bruta de Capital Fixo para o Crescimento do PIB – Brasil - 1991-2007 (Em percentagem)	64
Gráfico 33 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	66
Gráfico 34 – Coeficiente de Importação – Brasil - 1985-2005 (Em percentagem)	69
Gráfico 35 – Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico – Brasil - 1991-1999 (Em US\$ bilhões)	72
Gráfico 36 – Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico – Brasil - 1991-1999 (Em US\$ bilhões)	73
Gráfico 37 – Composição e Evolução do Saldo da Balança Comercial por Conteúdo Tecnológico – Brasil – 1991-1999 (Em US\$ bilhões)	74
Gráfico 38 – Formação Bruta de Capital Fixo e Investimento Direto Estrangeiro – Brasil - 1990-2007 (Em US\$ milhões)	77
Gráfico 39 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	78
Gráfico 40 – Serviços e Rendas – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	79
Gráfico 41 – Fluxo de Capitais – itens selecionados – Brasil - 1990-2006 (Em US\$ milhões)	81
Gráfico 42 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 1990-1999 (Em US\$	82

milhões)

Gráfico 43 – Investimento Direto Estrangeiro e Exportações – Brasil - 1990-2007 (Em US\$ milhões)	85
Gráfico 44 – Investimento Direto Estrangeiro e Importações – Brasil - 1990-2007 (Em US\$ milhões)	86
Gráfico 45 – Investimento Direto Estrangeiro e Transações Correntes – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	87
Gráfico 46 – <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	88
Gráfico 47 – Lucros e Dividendos – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	89
Gráfico 48 – Juros de Empréstimo Intercompanhia – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	90
Gráfico 49.A – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	91
Gráfico 49.B – Investimento Estrangeiro Direto e Serviços e Rendas – Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)	91
Gráfico 50 – Balança Comercial (FOB) – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	98
Gráfico 51 – Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico 1999-2005 (Em US\$ bilhões)	101
Gráfico 52 – Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico – Brasil - 1999-2005 (Em US\$ bilhões)	101
Gráfico 53 – Composição e Evolução do Saldo da Balança Comercial por Conteúdo Tecnológico – Brasil – 1999-2005 (Em US\$ bilhões)	102
Gráfico 54 – Transações Correntes e Balança Comercial – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	104
Gráfico 55 – Serviços e Rendas – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	105
Gráfico 56 – <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	106
Gráfico 57 – Lucros e Dividendos – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	106
Gráfico 58 – Juros de Empréstimo Intercompanhia – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	107
Gráfico 59 – Investimento Estrangeiro Direto – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	108
Gráfico 60 – Investimento Direto Estrangeiro e Transações Correntes – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	109
Gráfico 61 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, <i>Royalties</i> e Licenças – Brasil - 2000-2008 (Em US\$ milhões)	111

Sumário

Lista de Tabelas	viii
Lista de Gráficos	ix
Introdução	13
CAPÍTULO 1: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A DEPENDÊNCIA DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS	16
1.1 – A economia cafeeira	16
1.2 – O processo de industrialização nascente	22
1.3 – O projeto de industrialização “desnacionalizado”	24
1.4 – A redução do crescimento: o “milagre econômico” e o aprofundamento da internacionalização da economia	33
1.5 – O esforço exportador da “década perdida”	53
CAPÍTULO 2: MAIS DESNACIONALIZAÇÃO E MAIS DEPENDÊNCIA	63
2.1 – A liberalização comercial e financeira: os anos 1990	63
2.2 – Os anos 2000	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXO A – Notas metodológicas do Balanço de Pagamentos	127
ANEXO B – Growth and classification of world merchandise exports	130

INTRODUÇÃO

O aumento das exportações, mais do que a redução das importações, representa uma condição necessária para que o Brasil consiga ajustar o seu passivo externo.¹ Como justificativa à entrada de investimentos estrangeiros no País, o governo argumenta que tais investimentos aumentam a capacidade produtiva no setor exportador, contribuindo assim para a obtenção de superávits comerciais requeridos para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Entretanto, segundo Giambiagi (2007), o que tem sido verificado nos últimos anos é que os capitais externos são alocados, em grande parte, em setores cujas receitas advindas das exportações são inferiores à quantia remetida como lucros e dividendos aos países de origem das empresas, o que acaba provocando uma deterioração cada vez maior da Conta de Rendas, ao mesmo tempo que exige que as exportações – principalmente aquelas relacionadas ao setor primário da economia - atinjam patamares cada vez mais elevados para fechar o Balanço de Pagamentos.

Assim, o bom desempenho exportador é visto como uma forma de sustentação à solvência externa brasileira, dado que as divisas geradas pelas exportações deveriam cobrir, além das despesas com importações - mantendo o saldo comercial positivo -, o saldo de todas as contas das Transações Correntes, que envolvem, depois da Balança Comercial, o Balanço de Serviços, o Balanço de Rendas e as Transferências Unilaterais.²

O histórico déficit brasileiro na conta de Transações Correntes³ implica na necessidade de obtenção de bons resultados nas outras contas do Balanço de Pagamentos. Isso porque este déficit traz consigo a necessidade de financiamento externo, gerando, por sua vez, e principalmente após a década de 1990, o compromisso de pagamentos futuros de juros, lucros, dividendos, *royalties* e licenças, compondo assim o Balanço de Rendas e a formação de novos déficits nos períodos seguintes.

Contudo – e o que consiste no foco deste trabalho -, a pauta de exportações brasileira permanece concentrada, em termos de valor, em *commodities* primárias, ao mesmo tempo em que

¹ O passivo externo, de acordo com Giambiagi (2007), é resultado da soma da dívida externa líquida e do estoque de capital estrangeiro líquido investido no país.

² O saldo da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos informa todos os pagamentos e recebimentos referentes às transações com bens, serviços e fatores de produção ao longo do tempo.

³ De 2003 a 2005, o resultado das Transações Correntes foi crescentemente superavitário, contudo, em 2006 houve uma reversão desta tendência e o superávit passou a se reduzir até voltar a ser déficit, o qual entre os meses de Janeiro e Maio de 2008, ultrapassou os R\$ 14 bilhões.

as importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica, respectivamente. Desta forma, o saldo comercial por conteúdo tecnológico nos últimos anos tem sido deficitário com relação aos produtos com alta intensidade tecnológica e superavitário para as *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e os produtos com baixa intensidade de tecnologia, fato que corrobora a sustentação da pauta exportadora por produtos com baixo teor tecnológico e, simultaneamente, a dependência de tecnologia estrangeira. O que procuraremos mostrar é que este padrão de inserção comercial brasileiro configura-se como uma tendência estrutural, que permaneceu mesmo após a industrialização substitutiva de importados.

Além disso, a necessidade de compensar o crescente déficit em Serviços e Rendas - derivado especialmente da repatriação dos lucros e dividendos e pagamento de juros e *royalties* - também pede um esforço exportador crescente. E, como as exportações permanecem sustentadas pelos produtos primários, agrava-se a necessidade de elevação das mesmas, o que justifica o discurso oficial de aprofundamento da internacionalização da economia brasileira como única via racional para aumentar a eficiência e a competitividade das exportações nos anos 1990, fato que se manteve nos anos 2000, e que se configura como uma reedição da dependência estrutural por produtos primários apresentada pelo País.

O termo reedição é utilizado, neste caso, como referência à “nova rodada” de internacionalização no Brasil ocorrida nos últimos quinze anos, a qual trouxe resultados, em vários aspectos, piores do que os obtidos nas décadas de 1950 a 1970 por meio da industrialização apoiada em capital estrangeiro. Desta forma, reforçou-se uma situação de dependência estrutural de exportações de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico para dar sustentação e continuidade à dinâmica (instável) da economia nacional.

Tal dependência nos leva a questionar o que a literatura atualmente denomina “tendência à reprimarização”, pois, ao que tudo indica, não se trata de uma tendência, nem de uma “re”-primarização derivada da reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990, e sim de um processo congênito, imanente da economia brasileira. Assim, procuraremos enfatizar que os estudos desenvolvidos recentemente acerca da *reprimarização*, *especialização regressiva*, *inserção regressiva*, *desnacionalização*, *desindustrialização* e *internacionalização introvertida* (COUTINHO, 1997; GONÇALVES 2001; SARTI e LAPLANE 2006; entre outros), na verdade, apenas corroboram pensadores clássicos como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Francisco

Oliveira, que já nos anos 1960 e 1970, expunham a dependência brasileira das exportações de produtos primários para conseguir dar continuidade à dinâmica econômica.

O objetivo desta dissertação consiste em mostrar a dependência estrutural que o Brasil apresenta com relação às exportações de *commodities* agrícolas e minerais como sustentadoras da solvência externa e da dinâmica econômica nacional e à importação de tecnologia estrangeira. Além disso, buscaremos ressaltar a já citada “nova rodada” de internacionalização da economia brasileira, como única via racional, no discurso oficial, para aumentar a eficiência e a competitividade das exportações nos anos 1990 (e mantida nos anos 2000).

Para atingirmos o nosso objetivo, organizamos o trabalho em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, realizaremos uma breve análise histórica acerca do processo de industrialização nacional e mostraremos em que medida a substituição de importados permitiu a superação do modelo agrário exportador predominante até a década de 1930, ou seja, em que medida alterou a dependência dos produtos primários como sustentadores da Balança Comercial até os anos 1980, sem que, no entanto, lograsse suplantá-la por completo.

No segundo capítulo, serão analisados os anos 1990 e 2000, ressaltando não só a manutenção, como o aprofundamento das características herdadas dos períodos anteriores – no que respeita à referida dependência –, dada uma “nova rodada” de internacionalização da economia brasileira, diretamente relacionada a uma tendência crônica de crise na conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos.

A última seção, por fim, tece as considerações finais acerca das conseqüências geradas pela sustentação da pauta exportadora nacional especialmente por *commodities* primárias e produtos com baixo conteúdo tecnológico, simultaneamente à dependência por importações intensivas em média e alta tecnologia e à crescente necessidade de remessa de divisas ao exterior.

CAPÍTULO 1

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A DEPENDÊNCIA DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS

O Brasil logrou superar o modelo agrário exportador vigente até os anos 1930, através da industrialização por substituição de importações, especialmente a partir dos anos 1950, cujo resultado – que nos interessa mais de perto – foi a obtenção de uma pauta exportadora mais diversificada. No entanto, no presente Capítulo, procuraremos mostrar que, não obstante isso, o modelo industrial permaneceu dependente das exportações de produtos primários para gerar saldos positivos na Balança Comercial.

Além disso, a elevação do grau de internacionalização da economia – a partir do governo JK – instaurou uma tendência crônica de crise das Transações Correntes do Balanço de Pagamentos, fato que agravou ainda mais a dependência do País por divisas geradas por exportações primárias, agora também necessárias para atenuar as crises do Balanço de Transações Correntes.

Para tanto, faremos uma retrospectiva histórica do processo de industrialização - do período pré-1930 aos anos 1980 -, focando tão somente seus efeitos progressivos nas contas da Balança de Comércio e dos Serviços e Rendas, formadoras das Transações Correntes.

1.1 – A economia cafeeira

Segundo Prado Júnior (1972), a organização das relações de produção e da estrutura sócio-econômica básica da sociedade brasileira já começa a ser definida mesmo quando da exploração do pau-brasil e, principalmente, da cana-de-açúcar. Neste contexto, nossa sociedade tem sua origem e sua organização adaptadas para atingir a finalidade básica de realização de um negócio: o comércio fornecedor de matérias-primas ao exterior. A exploração em larga escala possibilitada pela grande propriedade monocultora e a força de trabalho servil constituem-se

como as bases da mercantilização das atividades da colônia, desde seus primórdios. O mercado interno, neste sentido, fica relegado a segundo plano, em uma estrutura cujo objetivo básico é atender aos interesses internacionais.

Neste contexto, em todas as etapas exportadoras pelas quais o Brasil já passou, o principal produto a ser vendido foi sempre um produto primário, por exemplo, o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro, o cacau, o algodão, a borracha e o café, o que pode ser observado na Tabela 1. A atividade cafeeira, contudo, atingiu um patamar superior em relação a todas as outras, pois gerou conseqüências que ultrapassaram as fronteiras do setor agrícola, culminando no setor industrial.

TABELA 1 - Comércio Exterior: Principais Produtos Exportados
Brasil - 1821-1940 (Em percentagem sobre o total das exportações)

Decênios	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão em pluma	Borracha	Couros e peles	Total dos produtos citados
1821-30	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6	86,8
1831-40	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9	89,8
1841-50	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5	88,2
1851-60	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2	90,9
1861-70	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0	90,3
1871-80	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6	95,1
1881-90	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2	92,3
1891-1900	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4	95,6
1901-10	51,3	1,2	2,8	2,9	2,4	2,1	28,2	4,3	95,2
1911-20	53,0	3,0	3,6	3,0	2,6	2,0	12,1	6,2	85,5
1921-30	69,6	1,4	3,2	2,7	2,1	2,4	2,6	4,6	88,6
1931-40	52,4	0,4	4,1	1,7	1,6	13,9	1,0	4,4	79,5

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1939, p.1.380), apud Albuquerque e Nicol (1987, p.126).

O sucesso da produção e exportação cafeeira no Brasil deveu-se a vários fatores, entre eles a abundância de recursos naturais, a conjuntura internacional favorável a este mercado, a iniciativa e os investimentos dos capitalistas locais. Entretanto, se fez indispensável a participação do capital estrangeiro em todo o processo, desde o financiamento da produção até a comercialização e distribuição do café.

Conforme Prado Júnior (1972), a integração entre o capital nacional e o internacional durante a economia do café ocorreu de forma bastante coesa, o que pode ser explicado, em grande parte, pela inserção brasileira - desde a era do capitalismo comercial - como uma nação

exportadora de produtos primários, que funcionava como um simples apêndice da conjuntura externa. Desta forma,

[...] os impulsos e estímulos partidos de ambas as esferas, a externa, que é o sistema, e a interna que são as condições específicas do Brasil, se somam harmonicamente, ou antes, se integram em conjunto para impelirem o crescimento da função exportadora, e em consequência as forças produtivas e a economia em geral do país assentes naquela função. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.63).

O café destacou-se como um produto singular em todos os momentos da história nacional, tanto pelas peculiaridades apresentadas no seu processo produtivo como pelos impactos gerados em termos de crescimento e desenvolvimento, o que pode ser notado na Tabela 2. Desta forma, apesar da contribuição de produtos como o açúcar, o cacau e a borracha para a reprodução da função exportadora do País, foi o café que determinou as bases do processo de desenvolvimento nacional.

TABELA 2 - Impactos Do Café na Economia
Brasil – 1850-2000

	Produção (milhões de sacas de 60Kg)	Exportações café Brasil (US\$ milhões)	Preço médio de importação nos EUA (cents/lb)	Exportações café Brasil como % das exportações do Brasil	Exportações café Brasil como % das exportações mundiais	Exportações café Brasil como % do PIB
1850	2,4 ^a	13	8,05	38,2	34,7 ^b	9,1
1900	13,9	92	7,05	57,0	74,6	12,6
1945	16,1	229	12,70	35,0	49,5	3,7
1955	26,5	844	52,18	59,3	36,3	4,1
1956	17,1	1.030	51,17	69,5	39,6	4,1
1957	26,3	846	49,82	60,7	35,6	2,8
1958	31,7	688	43,89	55,3	32,5	1,9
1959	44,1	733	36,65	57,2	36,5	2,5
1960	29,8	713	32,34	56,2	36,9	2,1
2000	29,6 ^c	1.775	105,64 ^d	3,2	21,7	0,3

Notas: a. 1852; b. 1851; c. média das safras 1999/2000 e 2000/01; d. preço do café natural arábica brasileiro na Bolsa de Nova York.

Fonte: Bacha (1992) e Anuário Estatístico do Café (2002/2003), apud Villela (2005, p.53).

Como mostra a Tabela 2, a participação das exportações de café com relação às exportações totais do Brasil era de 57% em 1900 e caiu para 35% em 1945, o que significa que, mesmo com a crise de grandes proporções no final da década de 1920 e início da década de 1930, a importância do café na pauta de exportações nacionais continuou elevada. A participação das

exportações cafeeiras com relação às exportações totais atingiu o seu pico no ano de 1956, com 69,5%.

A possibilidade de obtenção de uma rentabilidade elevada gerada pela economia cafeeira implicou na concentração dos melhores e mais produtivos recursos do País nesta atividade, a qual podia impulsionar-se por si só, e ainda gerar excedentes para outras atividades econômicas, principalmente a industrial.

A classe dirigente da atividade cafeeira foi de grande importância para a fase posterior da economia brasileira. Tal classe apoiou-se na subordinação da política aos interesses econômicos e forneceu, além do empreendedorismo essencial para o surgimento da indústria manufatureira, o capital indispensável para que tal indústria se formasse, além disso, tornou-se mercado consumidor para os seus produtos.

É válido ressaltar que os efeitos positivos gerados pelo café, apesar de concentrarem seu foco de abrangência no Estado de São Paulo, posteriormente se espalharam por todo o País, de forma direta ou indireta, por exemplo, através do surgimento de novos mercados consumidores para os bens produzidos em outras regiões, ou das receitas obtidas em termos fiscais e distribuídas pelo território.

Também merece destaque a contribuição da cafeicultura para o fim do trabalho servil e a instituição do trabalho assalariado, formado, principalmente por imigrantes europeus, os quais se constituíram como um poderoso e inovador mercado consumidor para o Brasil. Além disso, tais trabalhadores trouxeram consigo novos costumes e padrões de consumo, elevando assim as aspirações nacionais por melhores condições de vida e o nível de crescimento econômico.⁴

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, marcou a ruptura de um processo de aproximadamente três quartos de século, marcado pelo contínuo crescimento econômico possibilitado pela exportação (quase monopolista) de café, um gênero primário de elevado valor comercial e com crescente demanda no mercado internacional. Este fato gerou uma situação complicada para o Brasil, dado que o aumento das importações - e da participação estrangeira em geral na economia - reivindicava um volume de receitas de exportação cada vez maior, a fim de compensar o crescente débito brasileiro para com o exterior.

Desta forma, o ano de 1929 trouxe consigo uma crise sem precedentes na economia agrário-exportadora brasileira, de modo a proporcionar o surgimento de uma economia urbano-

⁴ Ver Amaral Lapa, 1986.

industrial, voltada principalmente para o mercado interno. A crise de 1929, para o Brasil, representou uma crise de superprodução do café perante a demanda internacional. O Estado, neste contexto, optou por realizar uma política de proteção para a cafeicultura, comprando os estoques existentes. Neste contexto, a compra dos excedentes pelo Estado, aliada a uma série de políticas que começaram a ser implementadas - principalmente a política de desvalorização cambial -, tornou-se responsável pela manutenção do nível de renda interno da economia, de modo a assegurar uma demanda nacional elevada.

A política de defesa do café constituía, além da compra dos estoques, na retenção e destruição de parte da produção, o que caracterizou, de fato, um verdadeiro programa de fomento da renda nacional, o qual manteve a demanda efetiva e garantiu o nível de emprego em outros setores da economia.⁵ Todavia, o aumento da renda não coincidia com a elevação das exportações, ao mesmo tempo em que tendia a elevar cada vez mais as importações. Este fato gerava uma queda no poder aquisitivo externo da moeda nacional, despertando a necessidade de que a procura por produtos externos fosse, pelo menos em parte, satisfeita pela oferta doméstica.

Furtado (1959, p. 209) afirma que

[...] o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão do que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam.

Assim, começou a ocorrer uma transferência de capitais investidos no setor ligado à exportação para o setor ligado ao mercado interno, a fim de manter ou até mesmo aumentar a sua taxa de rentabilidade. Contudo, dado que a depreciação do valor externo da moeda tornava os produtos importados mais caros, a necessidade de equipamentos e bens de capital para a produção era suprida através do aproveitamento da capacidade instalada e também da importação de equipamentos de segunda mão.⁶

O governo Vargas realizou, a partir de 1930, uma série de políticas com o objetivo de proteger a atividade cafeeira e, simultaneamente, desenvolver a atividade industrial. Neste contexto, a política de comércio exterior impôs um controle seletivo sobre as importações, de

⁵ Ver Furtado, 1959.

⁶ Baer, 1996.

modo que apenas os bens considerados estratégicos para o desenvolvimento da indústria nacional poderiam ser importados.

Contudo, embora a atividade cafeeira naquele período estivesse perdendo espaço para a atividade industrial, os produtos agrícolas - especialmente o café, o algodão e o cacau – permaneceram como base da estrutura de produção doméstica e de exportações brasileiras. Neste contexto, através da Tabela 3, podemos notar a composição da estrutura de produção doméstica, exportação e importação dos produtos primários no Brasil.

TABELA 3 – Estrutura de Produção Doméstica, Exportação e Importação de Produtos Primários
Brasil - 1931-1961 (Em mil toneladas)

Produtos	1931	1936	1941	1946	1951	1956	1961
Produção Doméstica							
Algodão	375	1.171	1.677	1.122	969	1.161	1.828
Arroz	1.078	1.214	1.688	2.759	3.182	3.489	5.392
Cacau	77	127	132	122	121	161	156
Café	1.302	1.577	962	917	1.080	979	4.457
Cana-de-açúcar	16.250	18.496	21.463	28.068	33.653	43.978	59.377
Carne	...	854	782	736	1.003	1.077	1.193
Feijão	687	826	874	1.076	1.238	1.379	1.745
Mandioca	5.209	4.946	7.763	12.225	11.918	15.316	18.058
Milho	4.750	5.721	5.438	5.721	6.218	6.999	9.036
Trigo	141	144	231	213	424	854	544
Exportações							
Açúcar	11	90	25	22	19	19	783
Algodão	21	200	288	353	143	143	206
Borracha	13	13	11	18	5	3	8
Cacau	76	123	134	131	102	135	118
Café	1.068	852	660	930	984	1.008	1.020
Erva Mate	77	67	50	49	50	58	61
Fumo	38	31	18	54	30	31	49
Carne	...	53	65	9	5	9	14
Importações							
Trigo	798	920	895	212	1.306	1.422	1.881

Nota: (1) Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1990), apud Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior (2005, p.381).

Prado Júnior (1972) aponta para a elevação do consumo possibilitada tanto pela arrecadação das divisas de exportação geradas pelo café quanto pela política monetária expansionista. Além disso, discorre sobre a crescente inserção brasileira no capitalismo internacional, de modo a tornar o País cada vez mais integrado e dependente do exterior. Afirma que,

[...] nos quadros do tradicional sistema econômico do país, voltado essencial e fundamentalmente para a produção de gêneros exportáveis, e mal aparelhado por isso para servir o mercado interno, aquela expansão do consumo teve de ser atendida por importações crescentes. Somam-se a estas importações os demais pagamentos a serem efetuados no exterior e resultantes do funcionamento da economia brasileira dentro da ordem internacional do capitalismo em que ela se integrara, como sejam, o serviço de empréstimos públicos e financiamentos privados, a remuneração de inversões estrangeiras realizadas no país, o pagamento de serviços, etc. Com o desenvolvimento do país e a participação crescente, que o acompanha, de interesses financeiros internacionais em nossas atividades econômicas, tais compromissos se avolumam. E é somente com os recursos derivados da exportação que poderão ser normalmente atendidos. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.71).

Em suma, o espaço de tempo decorrente entre os anos de 1870 e 1930 pode ser tratado como um período de gestação industrial, no qual a expansão das exportações, basicamente impulsionada pelo café, num primeiro momento estimulou a diversificação das atividades econômicas internas e a modernização da economia. Além disso, os investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado permitiram a integração do mercado interno; e a monetização da economia determinou o crescimento do sistema de crédito e do mercado de trabalho.

Posteriormente, a eventual queda da participação das exportações como elemento formador da renda agrícola e o prejuízo da capacidade para importar - derivado da estagnação da renda originada das exportações nos anos 1930 - contribuíram para o aumento da produção industrial e da produção primária para o mercado interno brasileiro. Por outro lado, o desempenho do setor exportador permitiu a capitalização necessária à absorção do progresso técnico e à industrialização.⁷

1.2 – O processo de industrialização nascente

Segundo Furtado (1959), o processo de industrialização nascente no Brasil ocorreu de forma restringida, devido à insuficiente base técnica e financeira da função exportadora. Por tal insuficiência, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção - que permitiria o crescimento da capacidade produtiva adiante da demanda e, conseqüentemente, a auto-

⁷ Ver Furtado, 1959.

determinação do processo de desenvolvimento industrial – não pôde ser implementado num só golpe.

Furtado (1959, p. 34) afirma que

[...] a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento.

A indústria nascente brasileira, neste sentido, não determinou a internalização da indústria de base, a qual precisava ser tratada como um projeto nacional. O desenvolvimento industrial verificado no primeiro governo Vargas (1930-1945) não foi intencional, ou seja, a indústria expandiu-se apenas através do aproveitamento da capacidade ociosa gerada na década de 1920 e da seletivização das importações,⁸ dada a necessidade de que os produtos importados fossem substituídos por nacionais.⁹

Neste contexto, com base em Furtado (1959), podemos afirmar que a II Guerra Mundial e a crise de superprodução do café constituíram-se como fatores externos que implicaram na restrição das importações brasileiras. Isso porque, além da redução das exportações pelos países centrais, a queda do preço do café implicou na redução de divisas nacionais e, conseqüentemente, das importações. Assim, a indústria nacional começou a atuar no sentido de substituir as importações que não eram mais realizadas.

Em suma, a partir da década de 1930, o declínio das exportações e a conseqüente dificuldade para importar gerada pela insuficiência de divisas, aliada a uma crescente desvalorização cambial e ao aumento de preços dos produtos importados serviram de estímulo para que a indústria nacional começasse a substituir algumas de suas importações, em prol da industrialização brasileira. A II Guerra Mundial também contribuiu para a industrialização do País, dada a escassez de produtos oferecidos pelo exterior, o que determinava a necessidade de que tais produtos fossem produzidos nacionalmente. Além disso, a Guerra contribuiu para que as

⁸ Ver Baer, 1996.

⁹ A tecnologia disponível no exterior incorporada no Brasil apresentava uma grande escala de produção, o que implicava num problema: o mercado interno não era capaz de absorver tamanha escala, de modo que os investimentos eram realizados aos saltos, gerando desde o princípio, uma elevada capacidade ociosa.

exportações brasileiras se elevassem, entretanto, em um nível ainda insuficiente para cobrir as necessidades financeiras nacionais.

1.3 – O projeto de industrialização “desnacionalizado”

Em pouco tempo o processo de substituição de importações se generalizou e, por meio de políticas industrializantes deliberadas, o Brasil passou a importar apenas os bens que não possuía capacidades naturais ou tecnológicas suficientes para produzir internamente. Todavia, a industrialização implementada no País se constituiu como um processo desordenado, sem planejamento integrado em termos de estrutura. Além disso, a industrialização foi marcada pela precariedade da tecnologia utilizada e das finanças disponibilizadas para a sua efetivação.

Após um período de relativa estagnação vivido pela indústria durante o governo Dutra (1946-1950), o segundo governo Vargas (1951-1954) trouxe consigo o desejo de enquadrar o País nas novas bases capitalistas e internalizar a indústria de bens de produção. Para tanto, seria necessário que o Estado criasse condições para o investimento, investisse e ainda desempenhasse um importante papel regulador. Neste sentido, conforme Oliveira (1977), houve uma retomada do Estado e do desenvolvimento nacional, através de uma industrialização nacionalista, isto é, o Estado caracterizou-se como o motor principal, o capital privado nacional desempenhou um papel subsidiário e o capital internacional, devido a inúmeras resistências, atuou somente nas atividades consideradas pouco importantes.

Kubitschek deu continuidade ao projeto de industrialização nacional de Vargas, apoiado em uma plataforma de desenvolvimento. Este governo não se propôs a realizar grandes reformas, mas associou-se aos grandes interesses com vistas ao benefício do conjunto da nação, através do crescimento econômico. A partir deste momento da história, o tripé formado pelos interesses do capital nacional, interesses do capital internacional e o Estado conseguiu, de fato, realizar o projeto de industrialização brasileira.¹⁰

O Estado responsabilizou-se pelos setores de infra-estrutura e estratégicos, nos quais os investimentos eram altos e exigiam um longo período de maturação. O capital internacional

¹⁰ Ver Oliveira, 1977.

ocupou-se da indústria de bens de consumo duráveis, com a utilização da tecnologia disponível e da reprodução nacional das matrizes externas, por meio de filiais. Já o capital nacional encarregou-se da indústria tradicional, bens de consumo não-duráveis e insumos para o setor industrial de responsabilidade do Estado, o que, de certa forma, favoreceu a indústria nacional como um todo.

Foram definidas áreas prioritárias de investimento e pontos de estrangulamento: energia e transportes, alimentação, indústria de base e educação, respectivamente. O governo apresentou uma meta síntese, representada pela construção de Brasília, com o intuito de interiorizar o desenvolvimento. Além disso, foram adotadas formas de financiamento da industrialização que implicaram em um comprometimento futuro para o País, seja em termos de inflação, remessa de lucros e dividendos ou dívida externa.¹¹

Segundo Oliveira (1977), o Plano de Metas do governo JK apoiou-se em uma grande expansão do Departamento III da economia.¹² Tal expansão, segundo o autor, somente pôde ser verificada devido à concentração de renda gerada no período anterior, por um padrão de acumulação intentado e parcialmente realizado no governo Vargas.

Naquele período, ainda conforme Oliveira (1977), a acumulação de capital era financiada basicamente pela política cambial, a qual possibilitava, dentre outros atos, a transferência de excedentes do setor exportador para o setor industrial; pela nacionalização dos setores básicos do Departamento I; e, por último, pela contenção relativa do salário real. Contudo, este padrão de acumulação não se concretizou totalmente, e um novo período teve início no País, com a gestão Gudin no Ministério da Fazenda e com o Plano de Metas. A nova fase foi possibilitada pela expansão da renda no período anterior, de modo que o Plano de Metas veio a atender uma demanda reprimida.

Um grande obstáculo para que este novo padrão de acumulação se concretizasse consistia na desproporção entre o Departamento I e o Departamento III, dado que o departamento de produção de bens de capital não havia sido totalmente internalizado na economia brasileira e o

¹¹ Os estímulos aos investimentos privados deram-se através de reservas de mercado; de créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e Banco do Brasil, com taxas de juros negativas para os setores estratégicos; do aval do governo para empréstimos no exterior; e, por último, mas não menos importante, da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a qual permitia que o capital estrangeiro ingressasse no País sem passar pelos leilões de câmbio.

¹² Oliveira (1977) baseia-se na concepção da reprodução ampliada de Marx e denomina o departamento produtor de bens de capital de Departamento I; o departamento produtor de bens de consumo não-duráveis de Departamento II e o departamento produtor de bens de consumo duráveis de Departamento III.

objetivo primordial do Plano de Metas era fundar, em um só golpe, o departamento produtor de bens de consumo duráveis, o que ultrapassava as capacidades nacionais do Departamento I. A opção política escolhida como forma de solucionar este problema foi a entrada de capital externo sob a forma de investimentos diretos,¹³ contribuindo tanto para a formação dos setores contemplados pelo Plano de Metas quanto para solucionar o problema do financiamento externo da acumulação de capital. Considerando o lado do financiamento interno, a opção escolhida foi o financiamento inflacionário.

Por outro lado, a incapacidade do Departamento I em atender todas as necessidades da implantação do Departamento III implicou numa espécie de regressão da industrialização brasileira, em relação ao Departamento I, dado que “voltou a residir nos países capitalistas centrais parte do Departamento I da economia nacional”. (OLIVEIRA, 1977, p.86).

Neste contexto, o capital internacional foi de extrema importância para o sucesso do Plano de Metas e da industrialização alcançada neste período, dado que o Plano baseava-se na concepção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de que o mercado externo viabilizaria a expansão interna. Assim, a Instrução 113 da SUMOC ofereceu a possibilidade de que as empresas multinacionais instalassem filiais no Brasil, com a utilização de capitais de segunda mão, mas contabilizados como novos e classificados como IDE (Investimento Direto Estrangeiro).¹⁴ Sob a forma de IDE's, estes capitais de segunda mão não ingressavam no País com o objetivo de utilizar tecnologia elevada e promover a competitividade nacional, e sim produzir internamente e gerar divisas que poderiam ainda se apropriar da conversão cambial (sistema de câmbio preferencial) para retornar a seus países de origem.

Além disso, segundo a Receita Federal do Brasil, as multinacionais têm como estratégia de desempenho a realização de transações com as suas matrizes ao comprar serviços e insumos com preços superestimados, de modo a transferir recursos para a matriz através da contabilização de despesas e não de lucros, o que aumenta a rigidez no Balanço de Pagamentos brasileiro. Neste contexto, apesar de contas relacionadas aos Serviços, tais como Serviços Financeiros,¹⁵ *Royalties* e Licenças e Relativos ao Comércio passarem a ser computadas em 1953 – apesar da maior parte

¹³ Os investimentos diretos sem cobertura cambial caracterizavam a Instrução 113 da SUMOC.

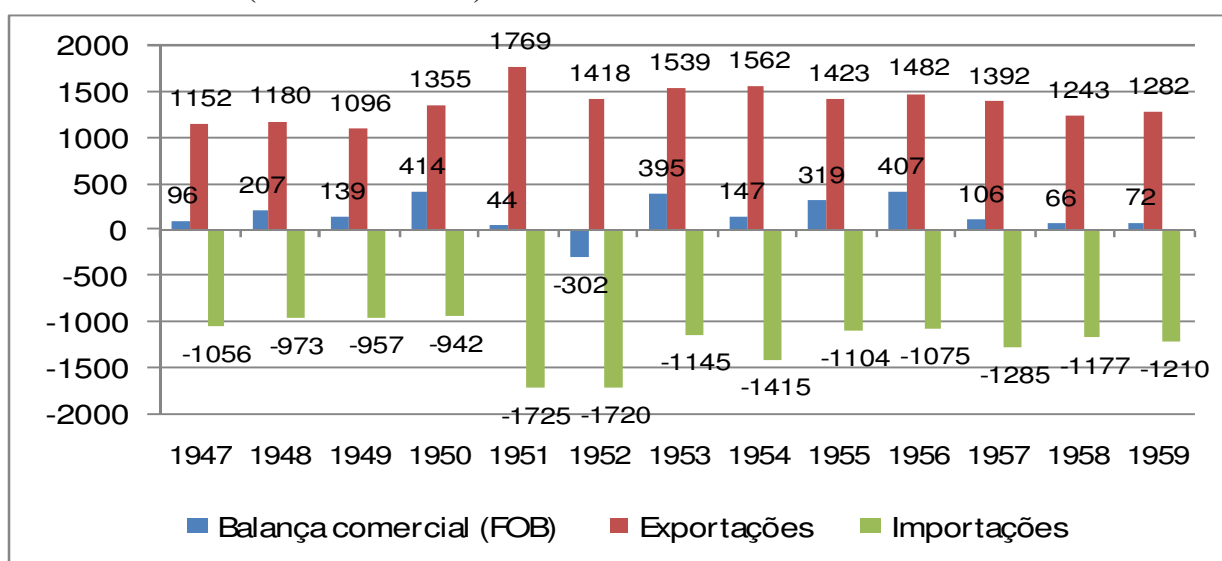
¹⁴ Ver Orenstein & Sochaczewski, 1990.

¹⁵ Os serviços financeiros, segundo o Banco Central do Brasil, englobam os serviços bancários, tais como corretagens, comissões, tarifas por prestação de garantias e fianças, comissões e outros encargos acessórios sobre o endividamento externo.

dos dados contabilizados ter tido início em 1947 -, é a partir do Plano de Metas que podemos verificar o profundo aumento da internacionalização da economia brasileira.

Com relação à Conta de Comércio, conforme podemos observar no Gráfico 1, entre os anos de 1947 e 1951 o Brasil apresentou resultados superavitários. O primeiro déficit comercial, de acordo com os dados, ocorreu no ano de 1952 e registrou o valor de US\$ 302 milhões, derivado, principalmente, do elevado valor apresentado pelas importações desde o ano anterior, conciliado a uma redução de 19,8% do valor exportado. O restante da década, todavia, registrou resultados positivos na Conta de Comércio brasileira.

GRÁFICO 1 - Balança Comercial (FOB)
Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)

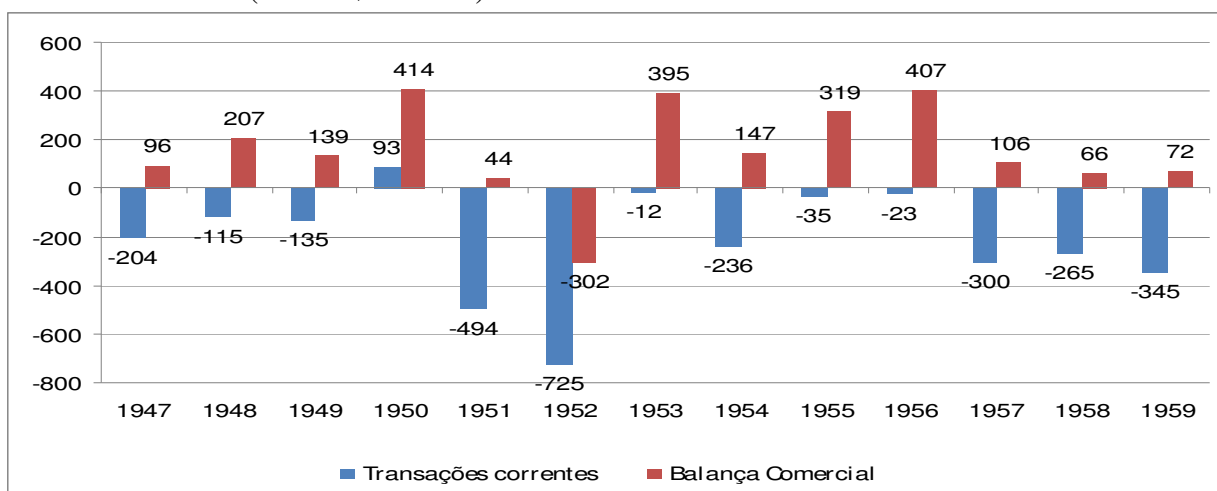


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Com relação à Conta de Transações Correntes, a qual envolve a Balança Comercial e a Conta de Serviços e Rendas, podemos verificar que a mesma apresenta um resultado historicamente deficitário no Brasil. Desde 1947, ano a partir do qual existem dados computados, a Conta de Transações Correntes somente apresentou resultados superavitários nos anos de 1950, 1964, 1965, 1984, 1988, 1989, 1992, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, ou seja, em um período de sessenta anos analisados, 80% do período registrou resultados deficitários (crescentemente deficitários, por sinal, a partir da década de 1970, como veremos adiante).

Através do Gráfico 2 podemos perceber que, no período de 1947 a 1959, à exceção do ano de 1950, mesmo com resultados positivos da Balança Comercial, o resultado da Conta de Transações Correntes foi deficitário.¹⁶ Tal resultado deriva do déficit histórico das Contas de Serviços e Rendas brasileiras (Gráfico 3). A Conta de Serviços compreende as receitas e despesas relacionadas a Transporte; Viagens Internacionais; Seguros; Serviços Financeiros;¹⁷ Computação e Informação; *Royalties* e Licenças; Aluguel de Equipamentos; Governamentais; Comunicações; Construção; Relativos ao Comércio;¹⁸ Empresariais, Profissionais e Técnicos; Pessoais, Culturais e Recreação; e por último, Serviços Diversos.¹⁹

GRÁFICO 2 – Transações Correntes e Balança Comercial
Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Com relação à Conta de Serviços, merece destaque a Sub-conta referente aos *Royalties* e Licenças, os quais, de acordo com o Banco Central do Brasil, representam as receitas e

¹⁶ Vale mencionar que o déficit comercial em 1952 ampliou ainda mais o déficit em Transações Correntes.

¹⁷ Os Serviços financeiros representam, de acordo com o Banco Central, uma redefinição do conceito do item anteriormente denominado Juros. Assim, os Serviços financeiros compreendem os serviços de intermediação financeira, tais como comissões, tarifas, corretagens e comissões e outros encargos relativos ao endividamento externo.

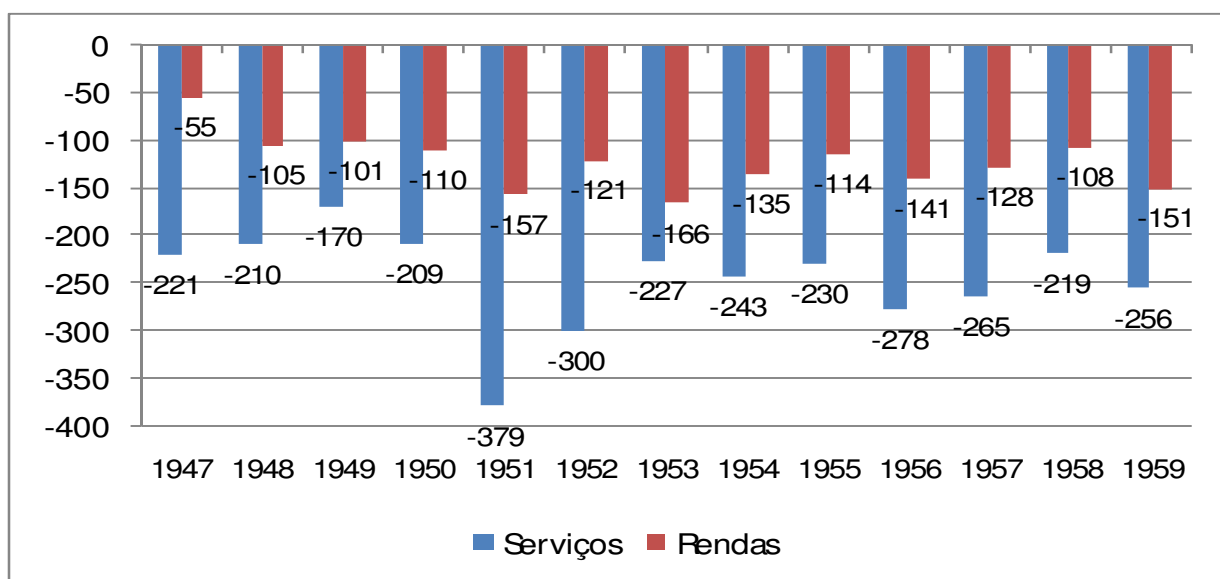
¹⁸ Os Serviços Relativos ao Comércio envolvem, segundo o Banco Central do Brasil, os lucros e prejuízos derivados das transações comerciais com o exterior, as comissões dos agentes de comércio e também serviços auxiliares, tais como armazenagem, arbitragem, fiscalização, inspeção, dentre outros.

¹⁹ Os Serviços Diversos foram computados sob esta denominação até o ano de 1952 e compreendiam, de acordo com o Banco Central do Brasil, os seguintes serviços: Financeiros; *Royalties* e Licenças; Informação; Relativos ao Comércio; Comunicações; Serviços Pessoais, Culturais e Recreação; e Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos. A partir de 1953 estes serviços foram separados em suas modalidades específicas.

despesas relacionadas ao uso de ativos intangíveis e direitos de propriedade, por exemplo, o fornecimento de tecnologia e de serviços de assistência técnica; as licenças de exploração de patentes e de uso de marcas; as franquias e os direitos autorais; além das receitas e despesas associadas ao registro, depósito ou manutenção de marcas e patentes.

GRÁFICO 3 – Serviços e Rendas

Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)



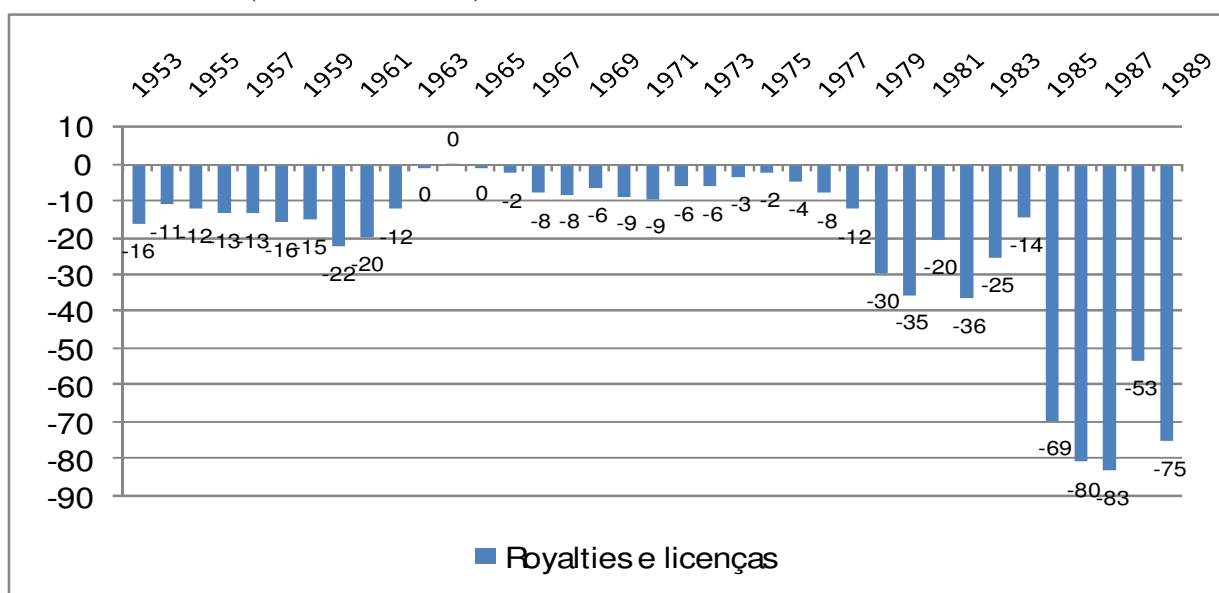
Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O pagamento de *Royalties* e Licenças está vinculado à entrada de empresas multinacionais no Brasil, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, através do Plano de Metas. Desta forma, o envio de divisas ao exterior por meio desta conta representa uma forma de contribuição para o constrangimento das contas externas brasileiras, como pode ser observado no Gráfico 4. Contudo, os resultados da Conta *Royalties* e Licenças, apesar de historicamente deficitários, somente se tornaram expressivos na década de 1990, como veremos no próximo Capítulo.

A Conta de Rendas é composta pelas seguintes sub-contas: Salários e Ordenados - os quais remuneram o trabalho assalariado - e Renda de Investimentos - que remunera as modalidades de aplicação detalhadas na Conta Financeira. A Conta Renda de Investimentos engloba a Renda de Investimento Direto, a Renda de Investimento em Carteira e a Renda de

Outros Investimentos (Juros).²⁰ A Conta Renda de Investimento Direto, por sua vez, registra as receitas e despesas relativas aos Lucros e Dividendos,²¹ Lucros Reinvestidos no Brasil e Juros de Empréstimos Intercompanhia. Já a Conta Renda de Investimento em Carteira relaciona os débitos e créditos referentes a Lucros e Dividendos e Juros de Títulos de Renda Fixa. Finalmente, a Conta Renda de Outros Investimentos registra as receitas e despesas referentes aos Juros Pagos, Juros Refinanciados e Juros Atrasados.

GRÁFICO 4 - *Royalties e Licenças*
Brasil - 1953-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A Conta Renda de Investimento Direto remunera os investimentos diretos estrangeiros realizados no Brasil. Tais investimentos representam as firmas estrangeiras que se instalam no País a partir de fusões e aquisições ou da construção de novas plantas, e que começaram a se instalar no País com alguma expressividade a partir do Plano de Metas. Desde aquela época, o objetivo principal destas empresas estava relacionado ao aproveitamento de condições internas favoráveis, tais como mão-de-obra barata, proximidade de recursos naturais e incentivos fiscais,

²⁰ Os Juros foram considerados como Rendas de Outros Investimentos até o ano de 1981. A partir de então foram divididos entre as modalidades de Investimento Direto (Empréstimo Intercompanhia), Investimento em Carteira (Títulos de Renda Fixa) e Outros Investimentos.

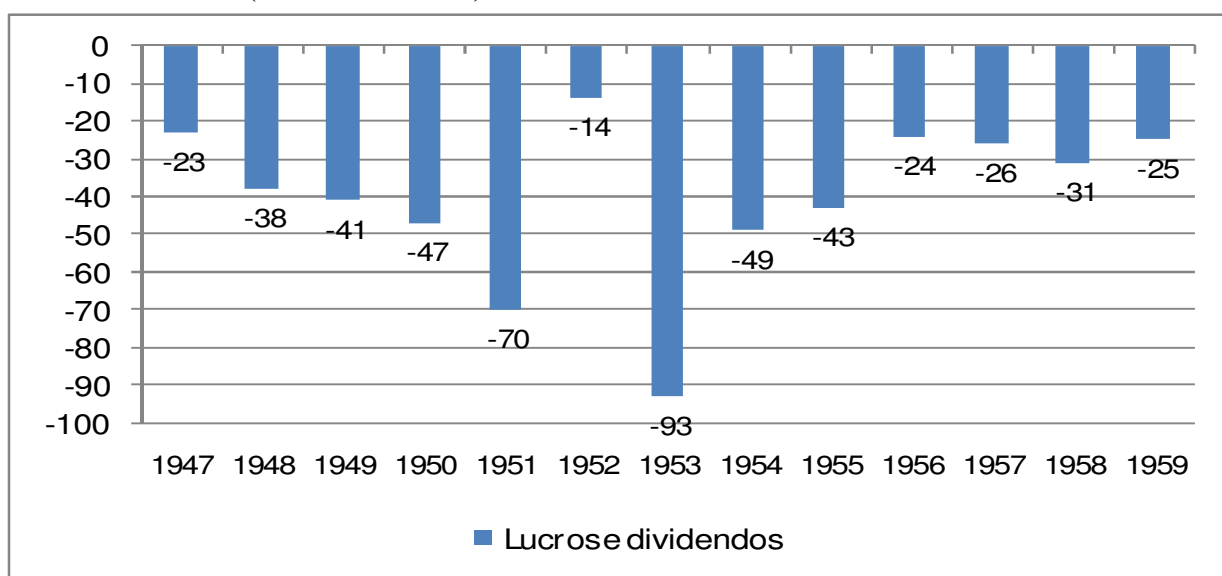
²¹ Os Lucros e Dividendos foram considerados Rendas de Investimento Direto até o ano de 1978. A partir do ano seguinte foi dividido entre Investimentos Direto e de Carteira.

além da possibilidade de se beneficiarem com o sistema de câmbio preferencial vigente naquele período para a remessa de divisas.

Os Lucros e Dividendos, neste contexto, representam as remessas ao exterior referentes às receitas obtidas e às participações no capital das firmas estrangeiras instaladas no Brasil. São gerados em moeda nacional e remetidos em moeda estrangeira, o que os torna vulneráveis às variações no câmbio. Apesar de haver registro de remessas de Lucros e Dividendos ao exterior desde 1947, o valor registrado por esta Conta somente passou a apresentar expressividade a partir da década de 1970. Entre os anos de 1947 e 1959, todavia, o maior montante de Lucros e Dividendos remetido ao exterior registrou US\$ 93 milhões e ocorreu em 1953 (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 – Lucros e Dividendos

Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)

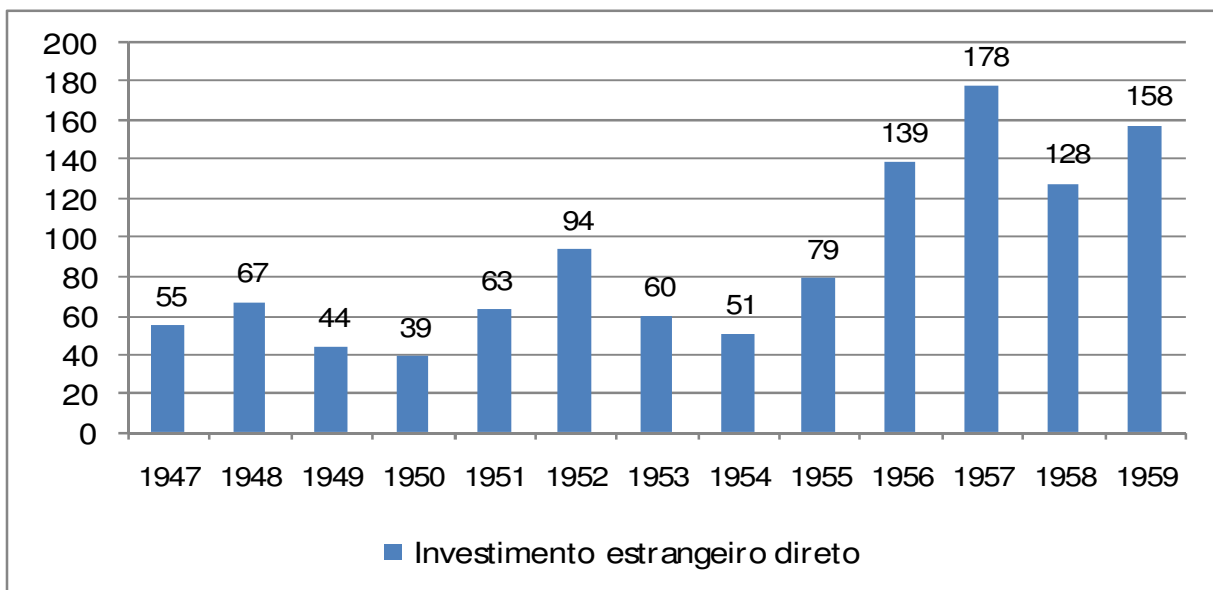


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Com relação à Conta de Investimentos Diretos Estrangeiros, a sua primeira contabilização, em 1947, registrou um saldo positivo de US\$ 55 milhões (Gráfico 6). Dez anos depois, este valor havia se transformado em US\$ 178 milhões, um volume que só seria superado em 1969. O forte aumento da entrada de IDE no Brasil a partir de segunda metade da década de 1950 está diretamente relacionado à política do Plano de Metas, a qual determinou, por meio da Instrução 113 da SUMOC e com o apoio da concepção cepalina de que a expansão interna seria

viabilizada pelo mercado externo, um período de intensa internacionalização da economia brasileira.

GRÁFICO 6 – Investimento Estrangeiro Direto
Brasil - 1947-1959 (Em US\$ milhões)

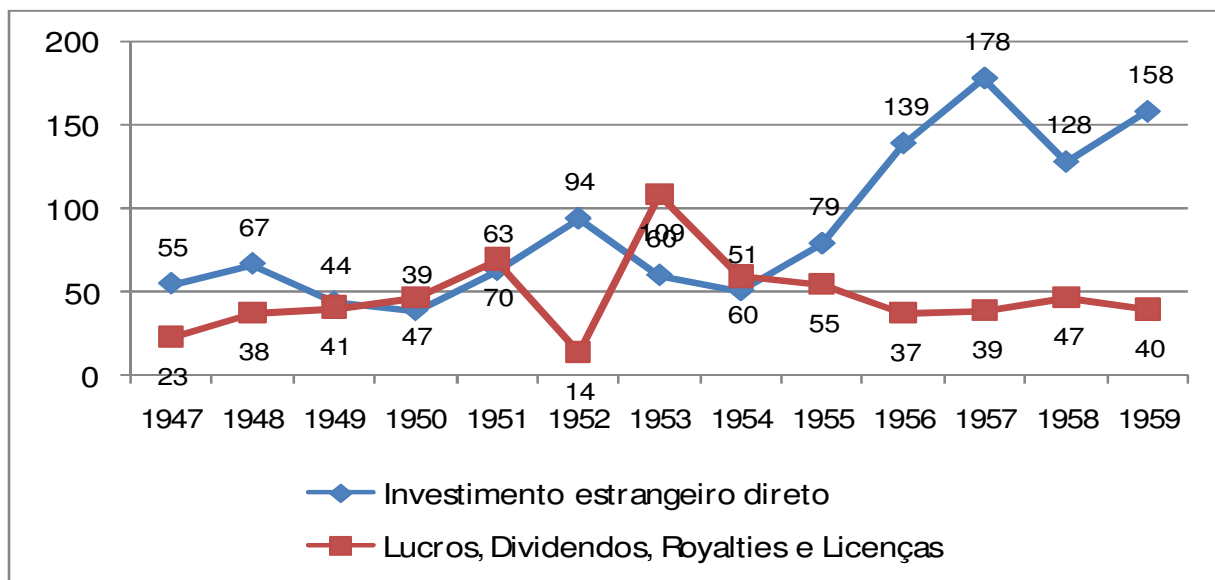


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Geralmente as remessas de Lucros e Dividendos, *Royalties* e Licenças acompanham o comportamento ascendente do Investimento Direto Estrangeiro. Todavia, o fato deste comportamento ser descendente não implica que a remessa de Lucros e Dividendos, *Royalties* e Licenças se comporte, necessariamente, da mesma forma, ou seja, existem períodos em que tal remessa continua a crescer, apesar da redução do ingresso de IDE. Isto ocorreu, por exemplo, entre os anos de 1948 e 1950, 1952 e 1953 e 1957 e 1958 (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças*

Brasil – 1947-1959 (Em US\$ milhões)



*Os Investimentos Estrangeiros Diretos referem-se à entrada de recursos no País, enquanto as remessas de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças referem-se às saídas.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

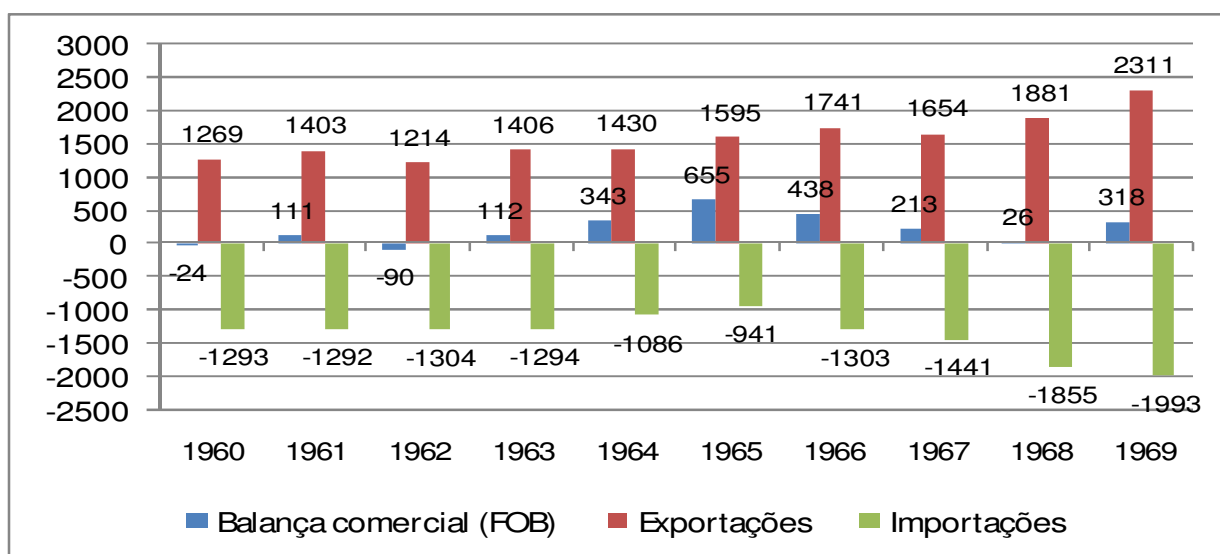
1.4 – A redução do crescimento; o “milagre econômico” e o aprofundamento da internacionalização da economia

No período pré-milagre, a economia brasileira começou a ser preparada para o funcionamento de grandes corporações, a fim de atingir a modernização nacional. Neste contexto, o País passou a estimular a entrada de capitais externos a fim de fornecer crédito para quitar as dívidas derivadas de importações e de renegociar a dívida externa. Assim, Oliveira (1977, pp.96-97) afirma que

[...] tratou-se logo de implementar um padrão de dívida externa cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamento internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, *royalties* e direitos de assistência técnica, cujos incrementos tornaram-se incompatíveis com as disponibilidades de divisas do País. A incompressibilidade destas, por sua vez, tem sua raiz no fato de que a industrialização é voltada para o mercado interno, ainda mais a que se baseia no Departamento III, e não cria automaticamente meios de pagamento externos.

Por outro lado, vale ressaltar o esforço exportador brasileiro realizado durante toda a década de 1960, com o objetivo de financiar a acumulação de capital. Entretanto, no ano de 1960, o gradativo aumento do valor importado nos anos anteriores aliado a uma expansão insuficiente das exportações determinou um déficit comercial no valor de US\$ 24 milhões (Gráfico 8). O déficit comercial em 1960 pode ser considerado o resultado de um projeto de industrialização nacional apoiado em uma plataforma de desenvolvimento iniciado pelo governo de Juscelino Kubitschek em 1956. O crescimento econômico foi a meta principal deste governo, e neste período, a produção industrial brasileira esteve voltada especialmente para a absorção do mercado interno, portanto, o País não podia contar com grandes elevações das receitas de exportação.

GRÁFICO 8 - Balança Comercial (FOB)
Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O ano de 1962 registrou um novo déficit, no valor de US\$ 90 milhões, derivado da queda de 13,% nas receitas de exportação – as quais fecharam o ano em pouco mais de US\$ 1,2 bilhão - e do aumento de cerca de 1% no valor importado, o qual atingiu US\$ 1,3 bilhão. O restante da década apresentou somente resultados positivos na Conta de Comércio, além de uma tendência de elevação tanto das exportações quanto das importações.

Pode-se afirmar que o aumento das exportações brasileiras, especialmente nos últimos anos da década de 1960 derivou, em primeiro lugar, da elevação da rede de comércio mundial. Além disso, os incentivos e subsídios oferecidos pelo governo e a realização de minidesvalorizações da moeda naquela época visavam gerar divisas suficientes para garantir as importações e, assim, atingir o crescimento econômico.

Neste contexto, podemos concluir que a industrialização substitutiva de importações realizada no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 logrou êxito em seu objetivo principal, referente à alteração qualitativa tanto da pauta de importações quanto da pauta de exportações. Este fato pode ser observado através da Tabela 4, a qual indica que, no período compreendido entre 1964 e 1980, houve uma redução da vulnerabilidade relacionada à dependência de alguns produtos exportáveis tradicionalmente primários. Assim, neste período, a pauta de exportações brasileira apresentou uma redução da participação dos produtos primários com relação às exportações totais, em favor de uma maior diversificação.

TABELA 4 - Valor das Exportações e Importações Agrícolas
Brasil – 1964-1980 (Em US\$ Milhões - FOB)

Ano	Exportações de Produtos Agrícolas		Importações de Produtos Agrícolas	
	Valor	% do total de exportações	Valor	% do total de importações
1964	1.151,3	80,5	262,6	24,2
1968	1.484,1	78,9	306,6	16,5
1972	2.854,5	71,5	362,2	8,5
1976	6.538,1	62,8	1.009,3	8,1
1980	9.871,2	49,0	2.146,6	9,3

Fonte: Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (Cacex), apud Albuquerque; Nicol (1987, p.292).

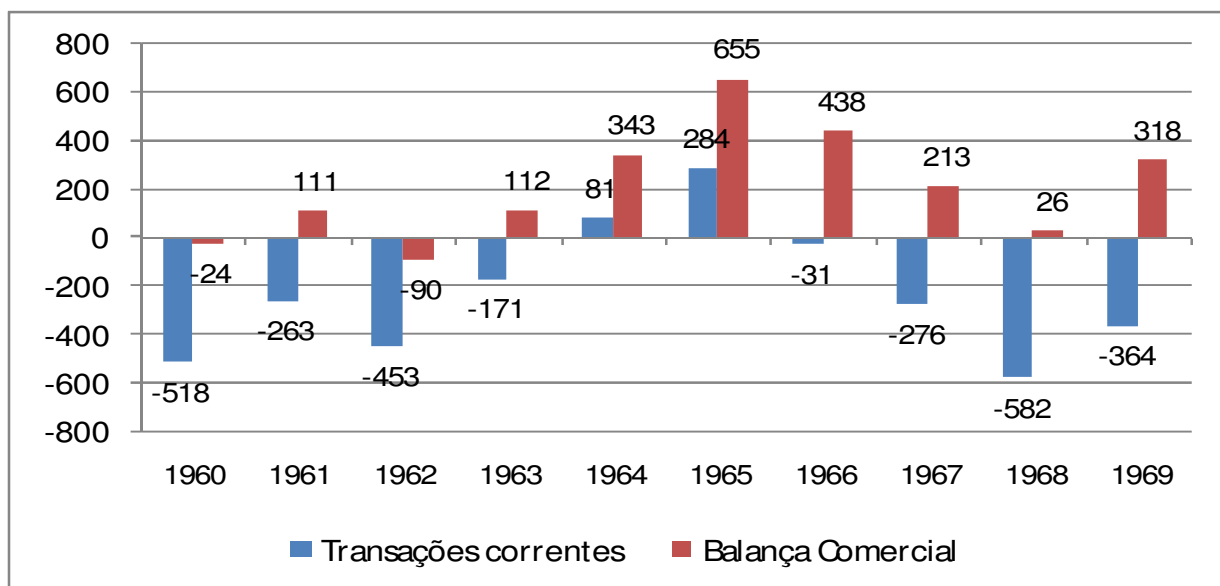
Contudo, o mencionado esforço exportador e a diversificação da pauta de exportações se mostrariam insuficientes, não fosse a entrada de capitais internacionais e a expansão da dívida externa. Porém, tanto a entrada de capitais quanto a ampliação da dívida tinham a acumulação de capital como uma finalidade apenas marginal, pois a prioridade era o retorno do capital aqui investido pelas empresas estrangeiras aos países originários. Neste sentido,

[...] o recurso à dívida externa soluciona, nesta etapa, a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais, entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais. (OLIVEIRA, 1977, p. 99).

A crise no Balanço de Pagamentos assume, assim, uma nova forma, e passa a ocorrer tanto pela via da Conta de Comércio - dada a pressão por importações de bens de capital e bens intermediários -, quanto pela via da Conta de Serviços²² - dada a necessidade de retorno do capital internacional aqui investido, através da remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros etc.

Desta forma, a alteração qualitativa na pauta de exportações - apesar de ser propensa à robustez e estabilidade da geração de divisas e à melhora dos saldos comerciais - não conseguiu compensar o déficit na Conta de Serviços, manifestado através das Transações Correntes. Assim, durante a década de 1960, a Conta de Transações Correntes somente não apresentou resultados negativos nos anos de 1964 e 1965 (Gráfico 9), o que reflete o crescente déficit em Serviços e Rendas (Gráfico 10).

GRÁFICO 9 – Transações Correntes e Balança Comercial
Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)



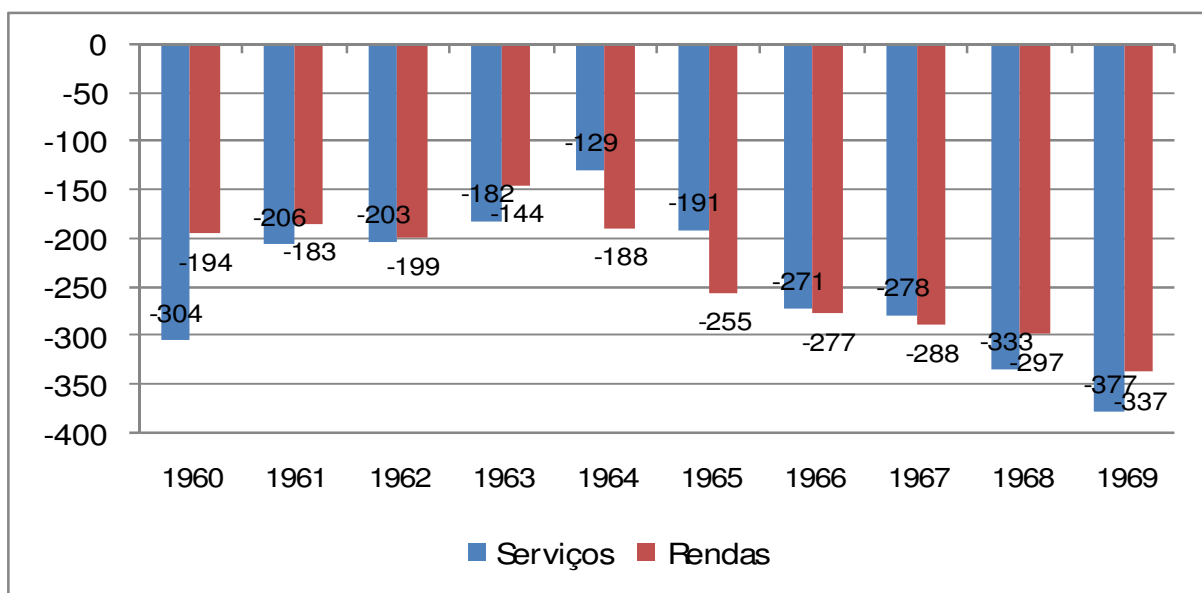
Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A opção escolhida para a solução deste problema foi uma nova (e contínua) expansão da dívida externa, com o intuito de financiar as remessas ao exterior. Contudo, tal opção determinou um caminho que provavelmente seria alcançado, ou seja, a ampliação do peso da Conta de

²² No ano de 2001 o modo de apresentação do Balanço de Pagamentos brasileiro foi alterado, seguindo as instruções internacionais. Assim, dentre outras modificações, algumas das contas que compunham o Balanço de Serviços agora compõem o Balanço de Rendas.

Serviços no Balanço de Pagamentos e um aumento ainda maior das remessas de capitais das empresas estrangeiras a seus países de origem. Este caminho gerou uma consequência grave e contínua para o Brasil: o comprometimento da capacidade de acumular.

GRÁFICO 10 – Serviços e Rendas
Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Neste contexto, o principal problema referente às contas externas brasileiras naquela época estava relacionado à industrialização apoiada no departamento produtor de bens de consumo duráveis - controlado principalmente por empresas estrangeiras -, a qual não podia contar com o apoio de uma indústria de bens de produção já internalizada. Isto gerava, como já vimos, uma crescente necessidade de remessas de divisas ao exterior, aliada a importações em níveis cada vez maiores de bens de produção, de modo que tanto a Conta de Serviços quanto a Conta de Comércio ficavam comprometidas.

De acordo com o que foi visto até agora, o controle forâneo do Departamento III, aliado à não internalização completa do Departamento I, implicava na dificuldade de se gerar os meios de pagamento internacionais que propiciassem, primeiramente, o retorno do capital estrangeiro investido no Brasil à circulação internacional do capital, e posteriormente, o financiamento do componente externo da acumulação. Neste contexto, uma alternativa proposta por Oliveira

(1977) era que o País oferecesse apoio às exportações dos produtos agropecuários, a fim de gerar as divisas necessárias para o Brasil.

Contudo, Francisco de Oliveira acreditava que mais viáveis que esta primeira alternativa, poderiam ser a substituição das importações de bens de produção e a substituição das exportações, através da inclusão de produtos de mais alto valor agregado e geradores de efeitos de encadeamento na pauta nacional, principalmente bens intermediários e de capital. Assim, afirmava que “por trás desses grandes projetos, encontram-se as principais empresas estatais do país, em associação com o capital estrangeiro, o que aumenta, de muito, as possibilidades de concretização dessa vertente”. (OLIVEIRA, 1977, p.109).

Por outro lado, Mazzuchelli (1977, p.119) afirmava que, no Brasil, além do Departamento I ser inconcluso, também os seus ciclos expansivos o são, o que implica que “a autodeterminação da reprodução do capital é um processo que permanece incompleto a nível nacional”. Neste sentido,

[...] a magnitude absoluta das importações de bens de capital, somada aos vultuosos déficits da conta de serviços (que, no fundo, decorrem da enorme gravitação das empresas oligopólicas internacionais na economia brasileira), determinam um desequilíbrio a nível de balanço de pagamentos que passa a sobredeterminar, de modo marcante, as formas, as possibilidades e até mesmo os limites da acumulação de capital. (MAZZUCHELLI, 1977, p.120)

Além disso,

[...] a ameaça sempre latente das importações; a progressiva incapacidade de se criar o progresso tecnológico; o reforço que a desnacionalização da economia em geral, e do setor de bens de capital em particular, exerce sobre as importações de seriados e sobre o atraso tecnológico, bem como a própria iminência de sua constante renovação – indicam, para além das intenções, as contradições de uma dinâmica setorial inconclusa, incapaz de romper os limites característicos da dependência. (MAZZUCHELLI, 1977, p.124)

Oliveira (1977) já afirmava, naquela época, que a predominância do departamento produtor de bens de consumo duráveis de propriedade estrangeira determina que

[...] qualquer avanço na acumulação de capital que se dê reiterando e/ou ampliando esse controle produzirá, no mínimo, o efeito ‘bola de neve’, isto é, aprofundando a contradição entre o avanço da industrialização e o problema dos meios de pagamento internacionais. (OLIVEIRA, 1977, p.109).

Segundo o autor, a solução para este problema residia no “incremento da produção de bens intermediários de consumo interno e para exportação, e no incremento da produção de bens de capital”. (OLIVEIRA, 1977, p.110). Desta forma, a alternativa encontrava-se no incentivo ao Departamento I, e no aumento da proporcionalidade e dos elos de ligação existentes entre tal departamento e o departamento produtor de bens de consumo duráveis.

Assim, o autor apontava para a contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e a internacionalização do capital como um problema a ser resolvido, a fim de evitar a crescente vulnerabilidade externa a que o País se submeteria, derivada da dificuldade de financiamento da acumulação e da manutenção da necessidade de excedentes na Conta de Comércio para a importação dos bens de produção, enquanto o Departamento I não fosse internalizado.

Tal questão não pôde ser resolvida, de acordo com Furtado (1983), pois deriva exatamente do problema do (sub)desenvolvimento brasileiro, dado que o País, em termos concretos, não se desenvolveu, mas apenas se modernizou. A modernização, para o autor, representa

[...] esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação do capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (FURTADO, 1983, p.81)

A modernização brasileira, assim, é resultado de uma industrialização apoiada nos anseios das elites nacionais - interessadas em reproduzir o estilo de vida e o padrão de consumo das sociedades industriais avançadas – todavia, sem promover o processo de acumulação necessário à alocação da força de trabalho excedente. Esta é, para Furtado, a primeira forma de manifestação da dependência, diretamente relacionada

[...] à imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor de consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível. Quando a industrialização pretende substituir esses bens importados, o aparelho produtivo tende a dividir-se em dois: um segmento ligado a atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno (rurais e urbanos) e outro constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada. (FURTADO, 1983, p.87)

Para o autor, o controle do aparelho produtivo nos países periféricos tende a ser maior conforme estes avançam no processo de industrialização, e assim, também aumenta a dependência cultural e tecnológica dos mesmos, isto é, a dominação centro-periferia é reforçada. Contudo,

[...] o que importa não é o controle do sistema de produção local por grupos estrangeiros e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional. Na fase de industrialização, o controle da produção por firmas estrangeiras, conforme veremos, facilita e aprofunda a dependência, mas não constitui a causa determinante desta.(FURTADO, 1983, p.84)

Segundo Furtado, a modernização do padrão de consumo brasileiro impôs, como conseqüência, o controle do espaço nacional e a continuidade do processo de modernização pelo capital estrangeiro, dado que o capital privado nacional se mostrou incapaz de fazer frente aos elevados custos de implantação de uma indústria que, embora moderna, se encontra distante de atender as reais necessidades da sociedade brasileira.

Assim, conforme o autor, apesar do Brasil ter avançado no processo de industrialização, não abandonou as características de uma nação dependente e subdesenvolvida. Além disso, a industrialização baseada na substituição de importações - e puxada pela demanda das elites - determinou a independência brasileira quanto à importação de bens de consumo finais, contudo, não foi capaz de inserir o País em um contexto de maior competitividade do comércio internacional de manufaturados, ao contrário, a capacidade de importar é sustentada pelo crescente esforço exportador de gêneros primários (e/ou *commodities* processadas), dado que os manufaturados permanecem voltados para o mercado interno.

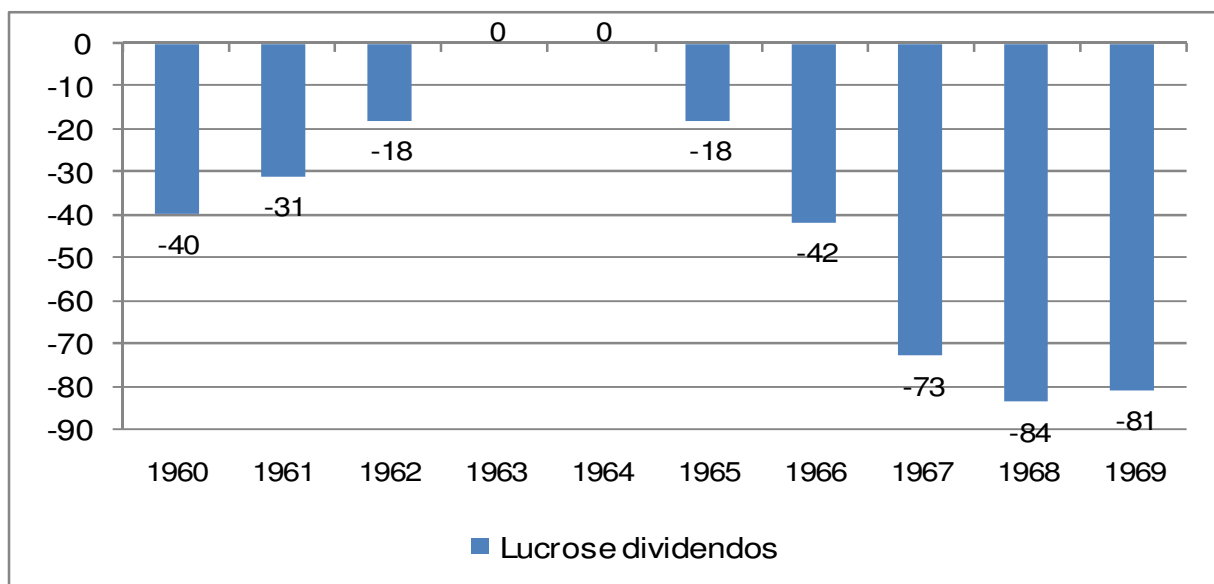
Voltando à questão do recurso ao endividamento externo ressaltada por Oliveira (1977), pode-se afirmar que a retomada do crescimento econômico em 1967 teve como pilares as reformas financeira, tributária e administrativa, juntamente com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), o combate inflacionário e o financiamento internacional. Também contribuíram a capacidade ociosa herdada do período imediatamente anterior e o aumento da relação capital/produto. Em relação ao comércio externo, as exportações foram beneficiadas pelo crescimento da rede de comércio internacional. Além disso, a pauta de exportações sofreu uma

mudança qualitativa, dado o incremento de produtos industriais exportados, o que se apresentou como consequência do Plano de Metas e das políticas de incentivo às exportações.²³

O governo passou a fornecer incentivos e subsídios às exportações, além de realizar minidesvalorizações da moeda, o que promovia, cada vez mais, a internacionalização da economia brasileira. Assim, o governo apontava aos agentes que a rentabilidade das exportações estaria assegurada e o câmbio seria favorecedor das mesmas, com o objetivo de gerar divisas que garantissem a realização das importações e do crescimento.²⁴

Entendia-se que o financiamento externo era funcional para o País, assim, a opção escolhida foi o endividamento externo aliado à expansão das reservas em divisas, o que, segundo a discussão oficial, não traria maiores problemas para o País, dada a elevada liquidez internacional, o enorme potencial exportador brasileiro e a conclusão de que o importante era o modo como a dívida seria administrada, e não o seu montante. O endividamento externo foi, então, conforme Lago (1990), incentivado pelo governo. Assim, as remessas de Lucros e Dividendos registraram uma considerável expansão na segunda metade da década de 1960, atingindo US\$ 84 milhões em 1968 (Gráfico 11).

GRÁFICO 11 – Lucros e Dividendos
Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

²³ Ver Cardoso de Mello e Belluzzo, 1982.

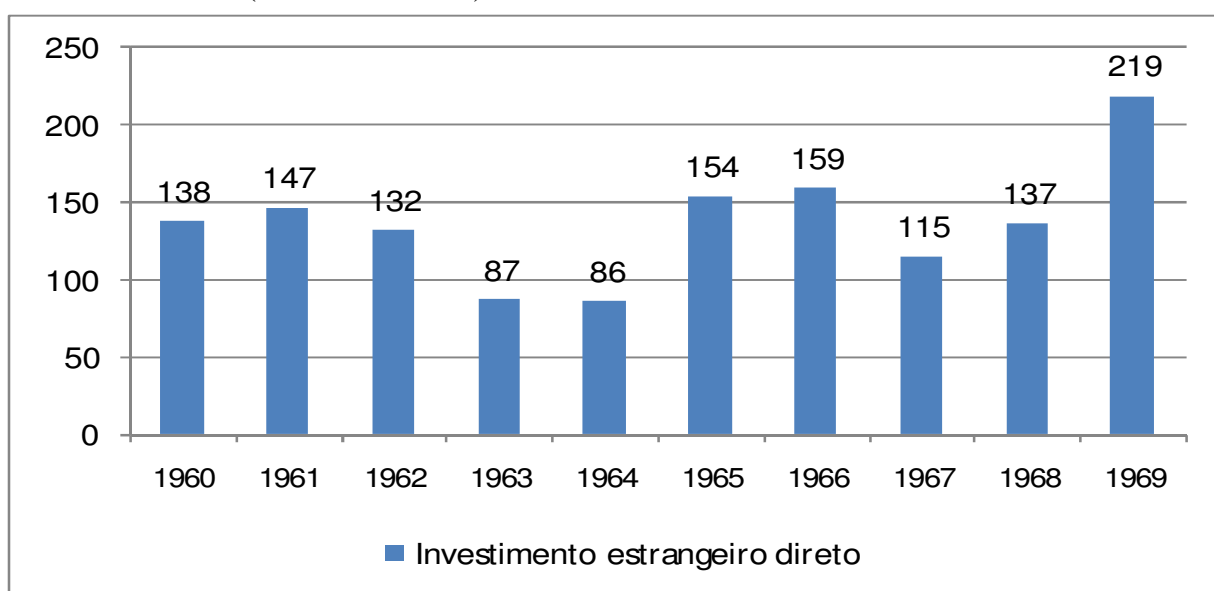
²⁴ Ver Lago, 1990.

Após o momento de forte internacionalização da economia brasileira dado pelo Plano de Metas, o ingresso de investimentos diretos estrangeiros no País voltou a se destacar no final da década de 1960, especialmente em 1969, quando atingiu US\$ 219 milhões, como podemos notar no Gráfico 12.

A relação entre os Investimentos Diretos Estrangeiros e a remessa de Lucros e Dividendos, *Royalties* e Licenças pode ser observada no Gráfico 13, e indica uma certa proporcionalidade entre o ingresso de IDE e o envio de divisas ao exterior. Entre os anos de 1966 e 1967, contudo, apesar do ingresso de IDE ter se reduzido, as remessas de Lucros, Dividendos, *Royalties* e Licenças continuaram em expansão.

GRÁFICO 12 – Investimento Estrangeiro Direto

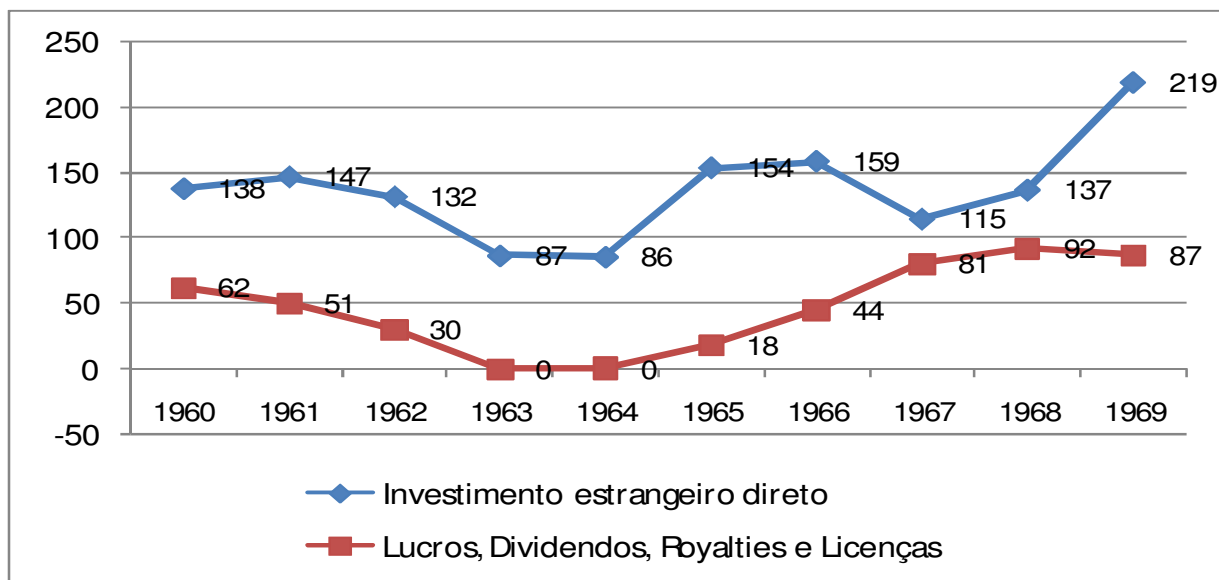
Brasil - 1960-1969 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

GRÁFICO 13 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças

Brasil – 1960-1969 (Em US\$ milhões)



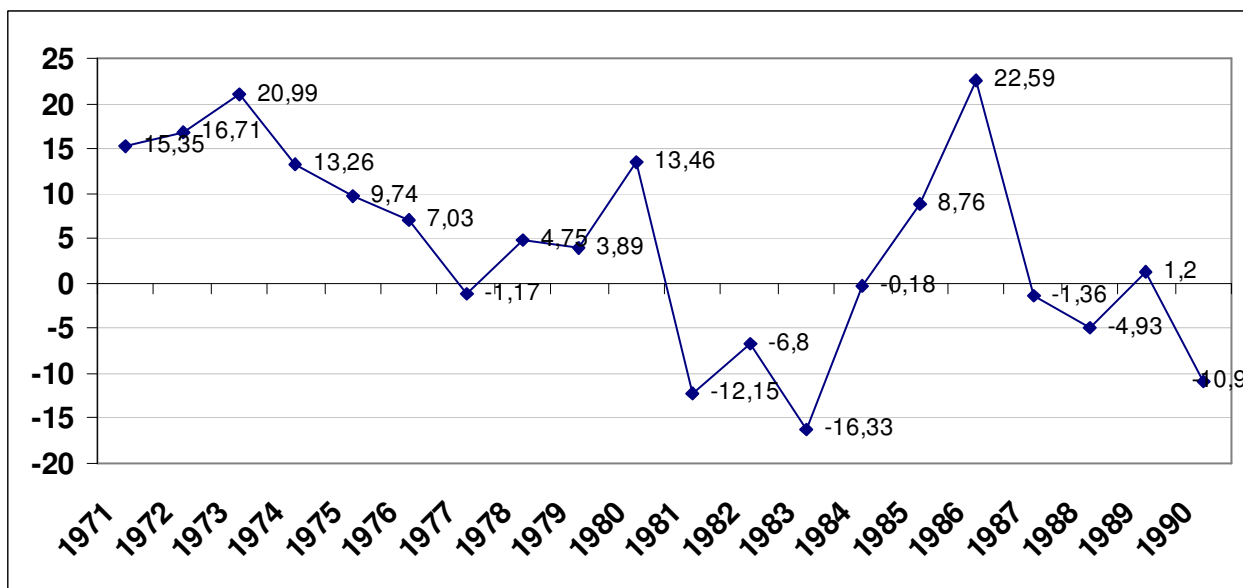
Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O período de 1967 a 1970 presenciou a retomada do crescimento através da indústria de bens de consumo duráveis, a qual apenas seguiu o ritmo do Plano de Metas, sem promover alterações na estrutura produtiva. Esta situação, contudo, foi alterada a partir de 1970, pois a capacidade ociosa, ao aproximar-se do seu limite, exigiu a realização de novos investimentos, o que, por sua vez, determinou o crescimento das indústrias de bens de produção. Assim, as indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis passaram a se equipar à frente da demanda - inspiradas no elevado crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) - e a promover alterações reais na estrutura produtiva nacional.²⁵

A necessidade de realização de novos investimentos no Brasil a partir de 1970 determinou a trajetória ascendente da variação da formação bruta de capital fixo até o ano de 1973, como pode ser verificado no Gráfico 14.

²⁵ Ver Lara Resende, 1990.

GRÁFICO 14 – Variação Real Anual da Formação Bruta de Capital Fixo
Brasil – 1971-1990 (Em percentagem)



Fonte de dados: IPEA. Elaboração própria.

Malan e Bonelli (1983, p.5) afirmam que

[...] para o aumento da formação de capital que teve lugar nesta época, muito contribuíram os esquemas fiscais e de isenções tarifárias para a compra de equipamentos, além de uma situação favorável do balanço de pagamentos, que permitiu importações crescentes de bens de capital e matérias-primas.

O crescimento das indústrias de bens de capital, por si só, determinava o aumento das importações, pois o Brasil ainda não era capaz de equipar esta indústria e promover o seu crescimento com a utilização de máquinas e equipamentos nacionais. Além disso, não podemos relevar o fato de que, como o desenvolvimento tecnológico interno era insuficiente - dado que as multinacionais não utilizavam suas tecnologias mais avançadas no Brasil - parte dos efeitos de encadeamento que poderiam ser gerados no País não o foram, pois permaneceram nos países onde as tecnologias foram desenvolvidas.

Todavia, apesar de parte dos efeitos de encadeamento permanecerem nos países de origem das multinacionais, as indústrias de bens de capital, bens de consumo duráveis e bens de consumo não-duráveis mantiveram fortes inter-relações no Brasil, de 1970 até por volta de 1973, quando a indústria produtora de bens de consumo duráveis apresentou uma redução em seu crescimento e, assim, deixou de “puxar” o crescimento das demais. Verificou-se, então, um

desestímulo ao investimento, pois a demanda corrente não crescia na mesma proporção da produção e a capacidade ociosa encontrava-se elevada.²⁶ A partir de então, podemos observar no Gráfico 14 o contínuo declínio da variação da formação bruta de capital fixo, o qual perdurou até o ano de 1977.

Durante o período do “milagre”, a política econômica brasileira seguia o princípio de que havia a necessidade de poupanças estrangeiras para complementar a poupança interna. Desta forma, o endividamento externo ocorreu em moeda e em capital de risco – dada a elevada liquidez internacional à espera de valorização –, além de uma maciça entrada de investimentos diretos estrangeiros.

Neste contexto, alguns mecanismos, por exemplo, a Resolução 63 do BACEN, e a Lei 4131²⁷ favoreceram a entrada de recursos externos sob a forma de investimentos diretos, e uma grande importância foi concedida às empresas multinacionais, as quais, teoricamente, ampliariam as atividades de exportação e forneceriam, assim, divisas a serem utilizadas para a administração do endividamento. Houve, portanto, uma internacionalização desejada da economia brasileira, sobretudo pelo aspecto financeiro. Contudo, esta intencionalidade da internacionalização provocou, posteriormente, o constrangimento do Balanço de Pagamentos e do próprio desenvolvimento nacional.

Prado Júnior afirmava, em 1972, que a economia brasileira mantinha-se e estimulava-se à custa dos ingressos de recursos externos na forma de empréstimos e investimentos. Desta forma, ficava comprometida a remeter grande – e crescente – volume de dinheiro ao exterior como pagamento de juros, amortizações de débitos anteriores, *royalties* e rendimentos dos capitais estrangeiros. Neste contexto, as exportações representavam a única fonte concreta de divisas com a qual o País podia e pode contar para fazer frente a esta necessidade de envio de recursos ao exterior.

O autor faz uma crítica à crescente necessidade (teoricamente) apresentada pela economia brasileira de captação de recursos no exterior para se desenvolver. Afirma que este fato somente torna o Brasil um apêndice das finanças internacionais, transferindo ao exterior – e subordinando aos seus interesses – as melhores e principais oportunidades de negócios e atividades econômicas.

²⁶ Ver Serra, 1983.

²⁷ A Resolução 63 e a Lei 4131 regulamentavam o acesso direto dos bancos e empresas nacionais aos recursos externos.

Prado Júnior apontava para o crescente endividamento financeiro brasileiro, o que representava um reflexo do funcionamento deficitário da economia em seu conjunto, de modo a se reforçarem mutuamente. Isto é, havia a necessidade de se contrair novos débitos para honrar os débitos anteriores, o que incluía o pagamento de juros e amortizações. Além disso, afirma que

[...] a esse endividamento financeiro regular e computado como tal, há que acrescentar os haveres estrangeiros no Brasil, isto é, capitais invertidos no país e de que são titulares empresas internacionais que aqui operam. O montante desses capitais tem vindo sempre em aumento – em boa parte como resultado da acumulação e reinversão dos proventos aqui mesmo auferidos por aquelas empresas -, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, e notadamente depois de 1950. Num balanço geral da economia brasileira e de seu comportamento dentro do sistema geral do capitalismo internacional em que ela se enquadra, é preciso levar isso em conta. O fato constitui um dos elementos daquele sistema e da posição periférica e dependente que dentro dele ocupamos, a par da função exportadora em que fundamentalmente se assentou a economia brasileira. As inversões no Brasil do capitalismo internacional e as operações de suas empresas aqui estabelecidas, tanto quanto os demais laços a que a ele e dentro dele nos prendem, e que se traduzem financeiramente nos débitos de nossa balança de contas externas – para o que tais inversões também concorrem diretamente, por sua vez, com o pagamento de lucros e outras formas de remuneração do capital aplicado -, aquelas inversões representam complementos orgânicos do sistema geral da economia brasileira e da função exportadora sobre que ela basicamente se estruturou. Ambos resultam do funcionamento desequilibrado da economia brasileira, e ao mesmo tempo contribuem para esse desequilíbrio. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.72)

Assim, o Brasil passou a ser caracterizado como um país extremamente endividado e dependente - financeira e economicamente - do exterior. Sobre este assunto, o autor afirma que

[...] a perspectiva que se apresenta, e de fato apresentam aqueles economistas cada vez mais insistentemente, e mesmo desesperadamente, como solução do grave e crescente desequilíbrio latente de nossas contas externas, seria o substancial crescimento das exportações. Nada há, contudo, numa apreciação judiciosa e isenta de arroubos da imaginação, que justifique excessivas esperanças neste terreno. A conjuntura que se oferece no comércio internacional e as possibilidades brasileiras em matéria de produção de artigos exportáveis, não são muito satisfatórias. Já vão longe os tempos em que contávamos com produtos de larga aceitação nos maiores e melhores mercados internacionais, e nos apresentávamos neles como produtores quase monopolistas de mercadorias de alto valor comercial. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.12)

Prado Júnior destacou o fato de que o Brasil, naquela época, não produzia bens capazes de gerar um progresso apreciável das exportações, de modo que as perspectivas futuras não eram otimistas em relação ao futuro do País. Analisou a possibilidade de que o Brasil se transformasse em uma potência industrial em direção aos mercados internacionais como uma mera ilusão semântica. Isso porque acreditava que os produtos exportados pelo Brasil que eram classificados como manufaturas possuíam um baixo grau de elaboração e de agregação de valor, ou seja, não

passavam de produtos primários, elaborados até o ponto de adquirir uma mera denominação mercadológica. Por estes motivos, o País não poderia contar com estes produtos, muitas vezes de baixa expressão comercial, para que suas exportações se expandissem significativamente.

Deste modo, Prado Júnior aponta para a importância dos produtos classificados como manufaturas, mas especificamente aqueles propriamente industriais, tais como as máquinas, os equipamentos, etc. Estes sim, seriam capazes de proporcionar uma arrecadação de divisas suficiente para que o País pudesse honrar com os seus compromissos externos. Entretanto, em tais setores, o Brasil ainda não podia concorrer comercialmente com as grandes potências industriais. Além disso,

[...] por mais otimistas que sejamos, não é possível, dentro do razoável, prever para o Brasil, com sua frágil infra-estrutura industrial, dominada e controlada aliás em sua maior e melhor parte por interesses estrangeiros, uma participação ponderável em tal terreno. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.14).

Neste contexto, a inflação elevada e os constrangimentos do Balanço de Pagamentos - agravados pela gestão financeira do “milagre econômico” e pelo I Choque do Petróleo, em 1973 - determinaram o cenário brasileiro da metade da década de 1970. Assim, um ambicioso plano de desenvolvimento foi proposto, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Tal Plano almejava uma mudança no padrão de industrialização, na medida em que diagnosticava que os problemas econômicos brasileiros eram estruturais, de forma que as atenções deveriam se voltar para as relevantes distorções na produção industrial, principalmente relacionadas à insuficiente internalização do departamento produtor de bens de capital; para os desequilíbrios na organização industrial, os quais deveriam ser fortalecidos pelo capital privado nacional; e por último, para os desequilíbrios regionais e distributivos.

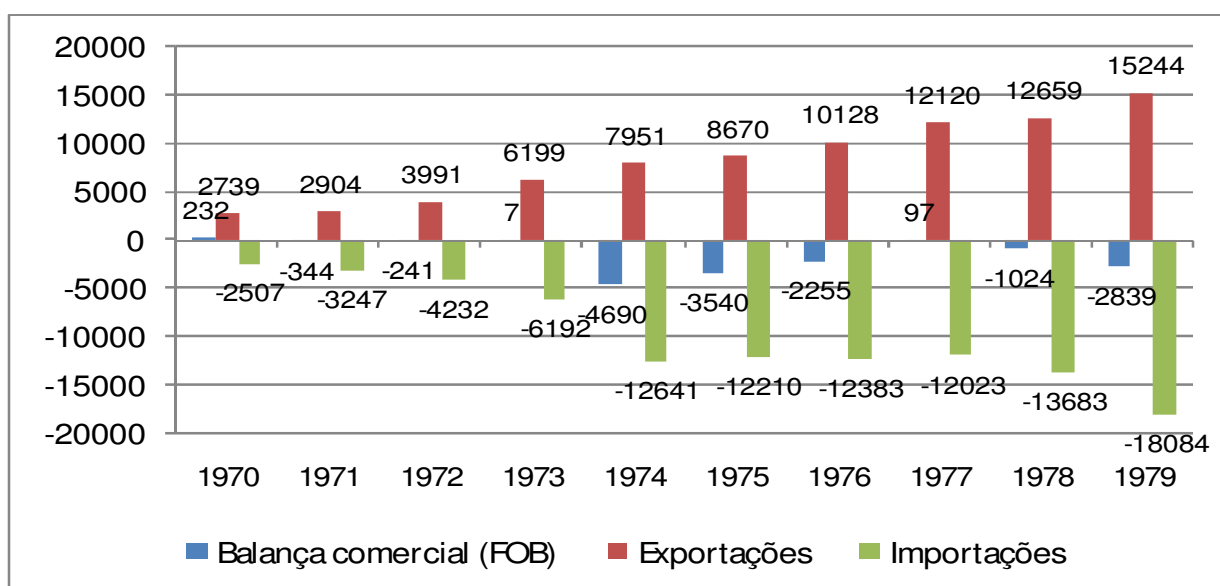
Assim, o governo concluiu que deveria ser feito um último esforço de incentivo ao processo de substituição de importações, sobretudo no setor de bens de capital. Para tanto, o crescimento das exportações era indispensável, a fim de permitir a realização das importações necessárias.

Neste sentido, o ano de 1970 foi marcado pelo aumento de 18,5% do valor exportado e de 25,8% do valor importado, o que implicou em um superávit de US\$ 232 milhões (Gráfico 15). A elevação das exportações neste ano deriva, em primeiro lugar, da elevação da rede de comércio mundial. Além disso, os incentivos e subsídios oferecidos pelo governo e a realização de

minidesvalorizações da moeda naquela época visavam gerar divisas suficientes para garantir as importações e, assim, atingir o crescimento econômico. O ano de 1970 representou, juntamente com os anos de 1973 e 1977, os únicos anos da década em que o resultado da Balança Comercial foi positivo.

Os déficits comerciais registrados no início da década de 1970 derivam da elevação do valor importado, derivada, especialmente, do crescimento das indústrias de bens de capital e do conseqüente aumento das importações destes bens.²⁸ Assim, o ano de 1974 apresentou um dos maiores déficits comerciais de toda a história brasileira – no valor de US\$ 4,69 bilhões.

GRÁFICO 15 - Balança Comercial (FOB)
Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

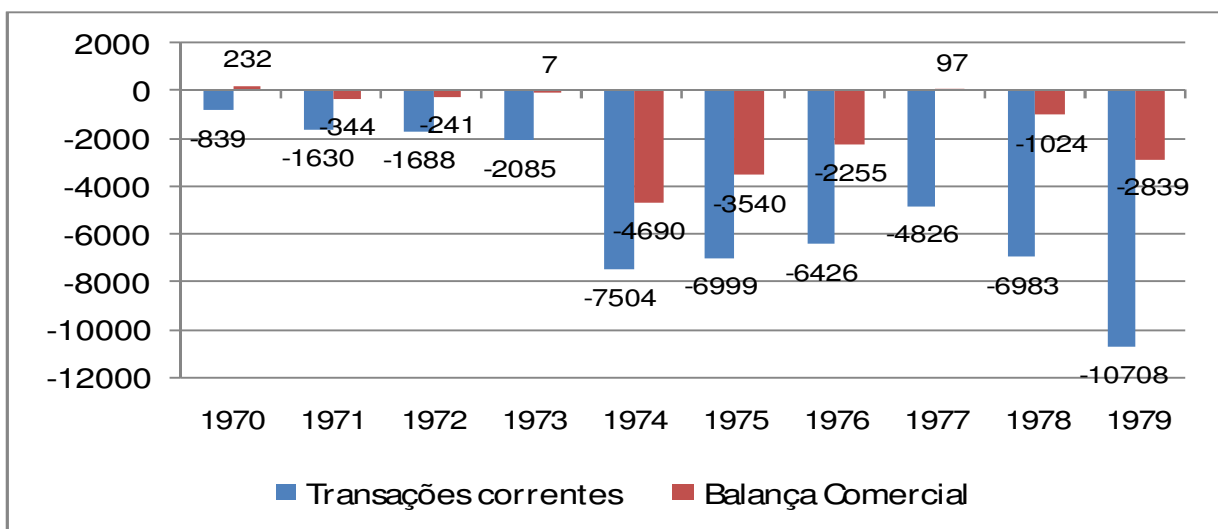
A implementação do II PND no final de 1974 – embora tenha promovido uma queda no valor importado e uma elevação das receitas de exportação - não foi suficiente para reverter o déficit comercial brasileiro em 1975, o qual se manteve no ano seguinte. O superávit obtido em 1977 foi de pouca importância, e não impediu o retorno dos déficits no fim da década, apesar do crescente esforço exportador, o qual, aliado a uma maxidesvalorização de 30% da moeda em 1979, visava, além de suprir a ascendente necessidade de importações de bens de capital e bens

²⁸ O Brasil ainda não era capaz de equipar a indústria de bens de capital e determinar o seu crescimento com a utilização de máquinas e equipamentos nacionais.

intermediários, o financiamento da acumulação de capital. Tal financiamento, contudo, somente foi possibilitado pela entrada de capitais estrangeiros e pela expansão da dívida externa, o que comprometeu ainda mais o Balanço de Pagamentos nacional – além do déficit comercial, o constrangimento na antiga Conta de Serviços se agravou (Gráfico 17), aumentando, em consequência, o déficit em Transações Correntes (Gráfico 16).

GRÁFICO 16 – Transações Correntes e Balança Comercial

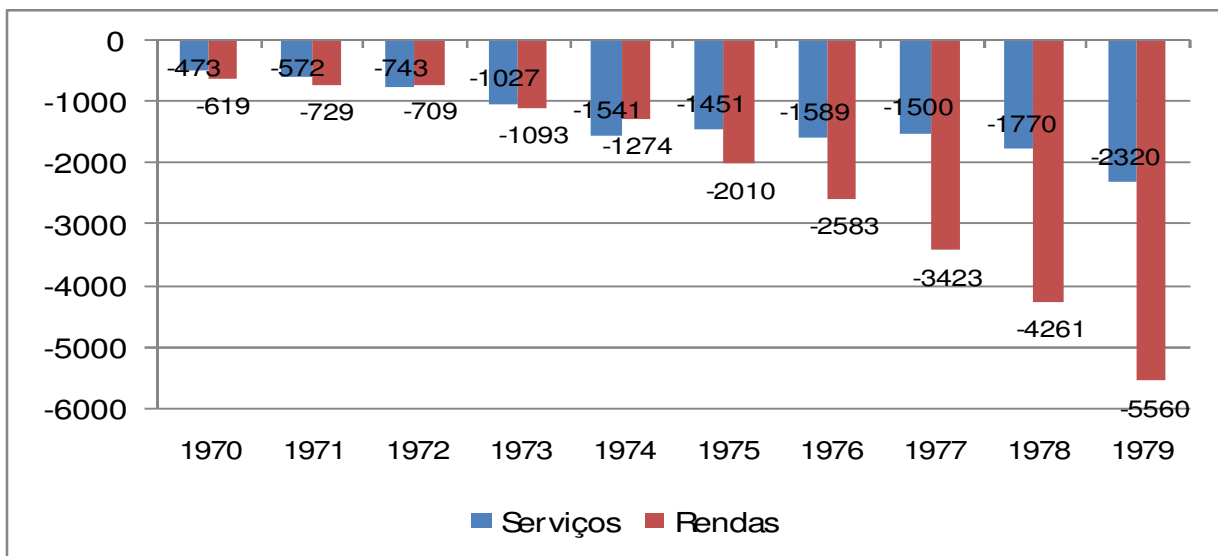
Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

GRÁFICO 17 – Serviços e Rendas

Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No período do “milagre brasileiro” - e em toda a década de 70 -, acreditou-se na necessidade de complementação da poupança interna pela poupança estrangeira - a fim de viabilizar a industrialização, o crescimento econômico e a queda da subordinação brasileira ao exterior -, o que determinou um considerável aumento do volume de IDE e do endividamento externo.²⁹

Nesta perspectiva, as multinacionais deveriam gerar as divisas de exportação necessárias à administração do endividamento, o que de fato não ocorreu, e acabou por determinar um constrangimento ainda maior das contas externas brasileiras.³⁰ Como já foi mencionado, o objetivo principal da instalação das multinacionais no Brasil não estava relacionado à produção para exportação, mas sim à possibilidade de aproveitamento do mercado interno e conseqüente geração de divisas a serem remetidas aos países originários. Sendo assim, os rendimentos dos capitais investidos no País, sob a forma de lucros e dividendos, além do pagamento de juros, *royalties*, amortizações de débitos anteriores etc, representavam e continuam representando um grande e crescente volume a ser remetido ao exterior, o qual, segundo a política econômica tanto daquela época quanto da atualidade, deve ser compensado pela elevação das exportações nacionais, sejam elas derivadas de qualquer setor.³¹

Por outro lado, conforme Mazzuchelli (1977), o ingresso de multinacionais no Brasil também pode ser relacionado à discrepância entre o Departamento I e o Departamento III. O fato de o Departamento I não estar totalmente internalizado implicava na incapacidade de implementação do Departamento III por vias exclusivamente nacionais. Portanto, o investimento direto estrangeiro foi a alternativa encontrada para compensar o diferencial existente entre a superioridade das dimensões do Departamento III e a capacidade produtiva do Departamento I. A entrada de capital estrangeiro sob a forma de IDE, simultaneamente, representou o elemento-chave para o financiamento externo da acumulação de capital. O que pôde ser verificado, conseqüentemente, foi uma industrialização apoiada no mercado interno, mas financiada por capitais estrangeiros.

Assim, em 1970, o saldo da Conta de Investimentos Diretos estrangeiros no Brasil atingiu US\$ 392 milhões e, em 1973, alcançou US\$ 1,18 bilhão, mantendo a tendência ascendente até o ano de 1982 (Gráfico 18).

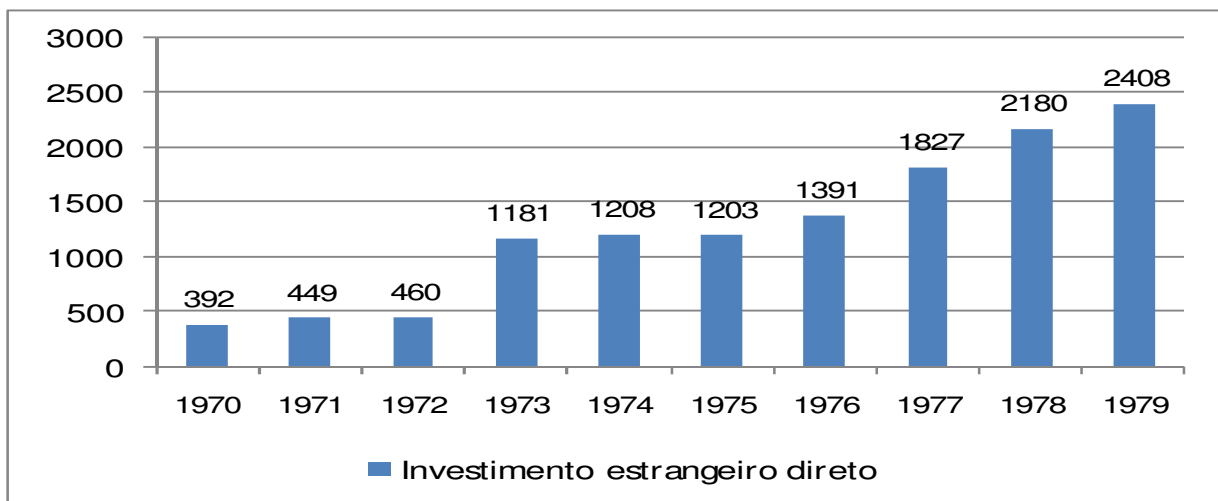
²⁹ Ver Lessa, 1978.

³⁰ Ver Furtado, 1983.

³¹ Ver Prado Júnior, 1972.

GRÁFICO 18 – Investimento Estrangeiro Direto

Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)

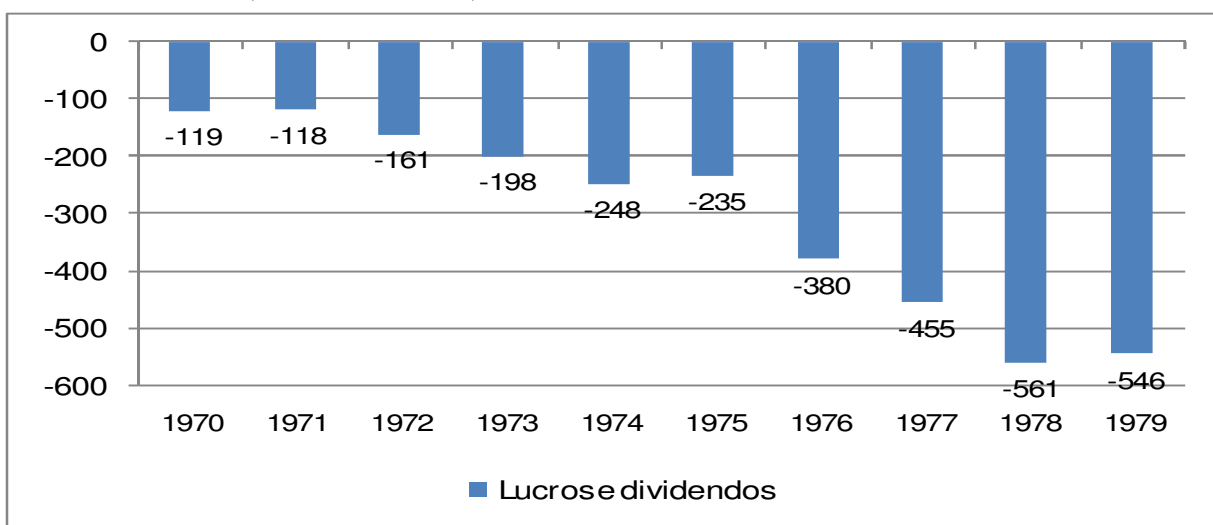


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A remessa de Lucros e Dividendos, neste contexto, de US\$ 119 milhões em 1970 passou a US\$ 546 milhões em 1979, um acréscimo de mais de 450% (Gráfico 19). Neste contexto, durante a década de 1970 podemos observar, através do Gráfico 20, o relativo equilíbrio entre o ingresso de IDE e a remessa de Lucros, Dividendos, *Royalties* e Licenças no Brasil.

GRÁFICO 19 – Lucros e Dividendos

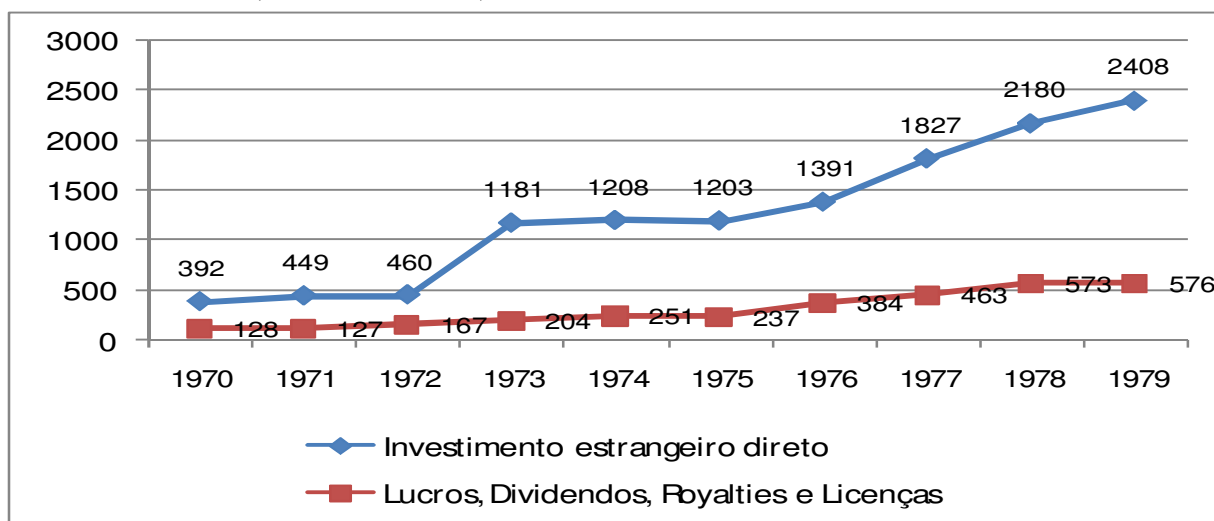
Brasil - 1970-1979 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

GRÁFICO 20 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, *Royalties* e Licenças

Brasil – 1970-1979 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A entrada de capitais estrangeiros no Brasil justificava-se através da sua aplicação na esfera produtiva - e conseqüente crescimento econômico -, mas ao contrário disso, durante a década de 1970, um importante volume de capitais externos - derivado do sobrefinanciamento do déficit em Transações Correntes pela Conta Capital - não promoveu o crescimento produtivo, e permaneceu acumulado na forma de reservas internacionais.³²

Em 1979 e 1980 novamente entraram em cena os problemas na Conta de Comércio brasileira, derivados do II Choque do Petróleo e também do acirramento da crise internacional provocada pela elevação das taxas de juros norte-americanas, as quais atingiam diretamente países endividados como o Brasil, que possuíam dívidas com taxas de câmbio flutuantes. Assim, em 1979 foi realizada uma maxidesvalorização de 30% da moeda brasileira, dado que o câmbio não era favorecedor das exportações e o País necessitava de divisas para honrar os seus compromissos externos. Neste momento, as reservas acumuladas nos anos anteriores foram utilizadas para fechar o Balanço de Pagamentos, embora o período tenha sido de grande constrangimento das contas externas.

³² Ver Mazzuchelli, 1977.

Neste contexto, os questionamentos feitos por Oliveira (1977), Furtado (1983), Prado Júnior (1972),³³ entre outros, a respeito da funcionalidade do ingresso de capitais estrangeiros no País foram acentuados, dado que, embora a entrada de recursos externos fosse justificada, inicialmente, para evitar os constrangimentos externos e promover o crescimento econômico nacional, a rolagem da dívida não ocorria mais de forma automática e os constrangimentos se acentuavam cada vez mais – justamente devido à ascensão da entrada de capitais estrangeiros.

1.5 – O esforço exportador da “década perdida”

O ano de 1980 representou o último ano do período marcado pelo crescimento econômico sustentado no Brasil, crescimento este ainda derivado das últimas implementações dos projetos do II PND. Nos anos seguintes, optou-se pela realização de uma política econômica recessiva, com o objetivo de resolver o problema do endividamento externo, de modo que o nível de atividade econômica foi reduzido e a geração de superávits comerciais foi perseguida tanto pela redução das importações quanto pelo aumento das exportações.³⁴

Desta forma, com exceção do primeiro ano, toda a década de 1980 foi marcada por superávits na Conta de Comércio (Gráfico 21). Este fato é consequência da redução do nível de atividade econômica com vistas à geração de superávits comerciais para a redução do endividamento externo. Neste sentido, as importações foram reduzidas e as exportações foram incentivadas pela administração centralizada da taxa de câmbio pelo governo e por consecutivas desvalorizações da moeda. Além disso, apesar da política recessiva, os setores exportadores continuaram beneficiados por subsídios.³⁵

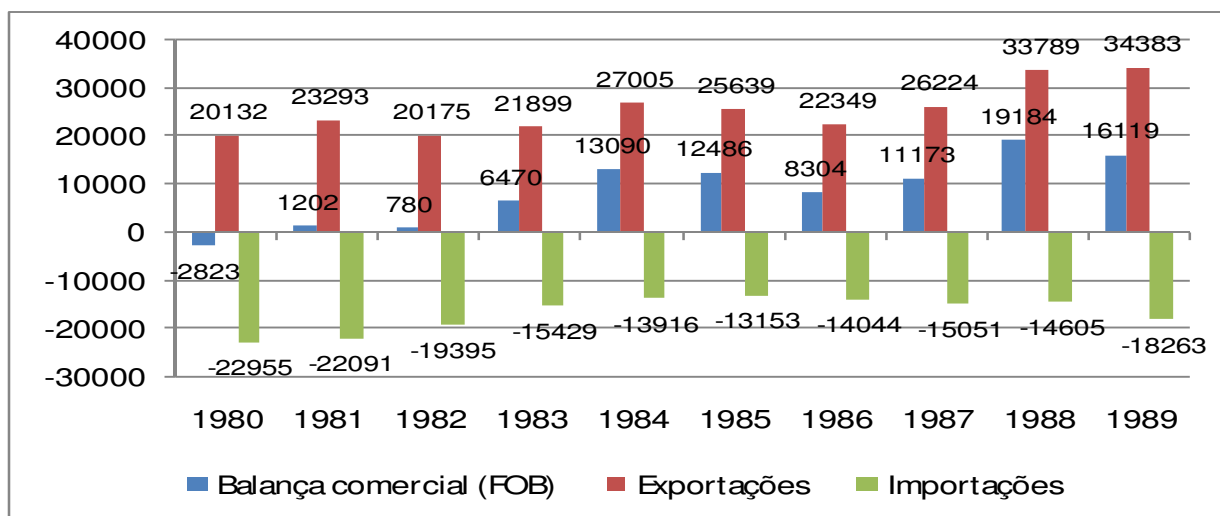
³³ Kalecki (1980) também faz uma análise acerca do ingresso de recursos externos nos países em desenvolvimento, considerando as doações, os créditos, créditos e/ou doações de cereais e os investimentos diretos. O autor ressalta que estes últimos podem ser mais dispendiosos para o país receptor do que qualquer crédito, uma vez que o IDE implica na necessidade da remessa, ao menos parcial, de lucros ao exterior, de forma permanente.

³⁴ Para que as exportações se elevassem, a taxa de câmbio brasileira era administrada de forma centralizada pelo governo e a moeda foi, consecutivamente, sendo desvalorizada. Além disso, os setores exportadores eram beneficiados por subsídios, apesar da política recessiva.

³⁵ Discorrem sobre este assunto Kageyama, 1990; Baer, 1993; Davidoff Cruz, 1984.

GRÁFICO 21 - Balança Comercial (FOB)

Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Uma nova maxidesvalorização de 30% da moeda em 1983, derivada da distância entre o desempenho comercial brasileiro e as metas impostas pelo FMI resultou na elevação dos superávits comerciais. Além disso, a elevação da demanda internacional no segundo semestre deste mesmo ano beneficiou os produtos de exportação brasileiros, especialmente aqueles relacionados ao setor agrícola, dado o aumento do preço das *commodities* no comércio internacional.

Em 1986, a explosão no consumo provocada pelo congelamento de preços do Plano Cruzado inicialmente fez com que muitos setores exportadores se atentassem mais para o mercado interno, o que provocou a redução de 12,83% nas receitas de exportação. Além disso, as estratégias de aceleração dos contratos de importação com vistas à manutenção do congelamento determinaram a elevação das importações em 6,77%. Neste contexto, o superávit comercial foi reduzido de aproximadamente US\$ 12,49 bilhões para US\$ 8,30 bilhões.

Na década de 1980 os superávits se comportaram de forma cíclica, aumentando ou reduzindo conforme a rentabilidade das vendas internas caía ou se elevava, respectivamente. Neste contexto, apesar do baixo nível de atividade econômica, os superávits comerciais registrados no fim da década de 1980 resultam da manutenção da política de incentivo às

exportações,³⁶ a qual determinou a elevação das quantidades exportadas, principalmente de produtos agrícolas,³⁷ o que, de acordo com Delgado (2005), configura uma reedição da reprimarização brasileira.

A respeito da inserção externa da agricultura brasileira, Leite (1998) afirma que o País optou por dirigir a sua agricultura ao mercado exportador, em detrimento do mercado doméstico. Neste sentido, a política do *drive* exportador foi, em grande parte, responsável pelo aumento da inserção internacional da agricultura brasileira, e também pela elevação do peso dos produtos primários na pauta de exportações nacional.³⁸

A classificação utilizada pela United Nations Conference for Trade and Development (UNCTAD), para os produtos de exportação os subdivide em *commodities* primárias; intensivos em trabalho e recursos naturais; baixa intensidade tecnológica; média intensidade tecnológica e alta intensidade tecnológica. Conforme esta classificação, podemos citar como exemplos de *commodities* primárias as carnes, óleos vegetais e muitos produtos da indústria alimentícia, além de metais ferrosos e não-ferrosos. Como exemplos de produtos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, podemos mencionar o papel e os produtos da indústria têxtil. Já os produtos de baixa intensidade tecnológica têm os produtos feitos de metal como bons representantes, enquanto os produtos de média intensidade podem ser representados pelos equipamentos mecânicos, máquinas elétricas e automóveis. Finalmente, os produtos de alta intensidade tecnológica estão relacionados principalmente aos produtos farmacêuticos e de química fina, aviões, produtos eletrônicos e de informática.

Os dados da UNCTAD mostram que, durante a década de 1980, as *commodities* primárias foram responsáveis pela maior participação na pauta de exportações brasileira, logo acompanhadas pelas manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais (Gráfico 22, 23 e 24). Diante disso, podemos notar – e é o que mais nos importa ressaltar neste trabalho – que, embora a partir dos anos 1970 a pauta exportadora tenha ficado mais diversificada reduzindo consideravelmente o peso relativo dos produtos agrícolas (conforme evidenciado anteriormente pela Tabela 4), os dados relativos aos anos 1980 revelam que as *commodities* primárias e as manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais (e as manufaturas com baixa intensidade

³⁶ E, em menor parte, da elevação dos preços das *commodities*.

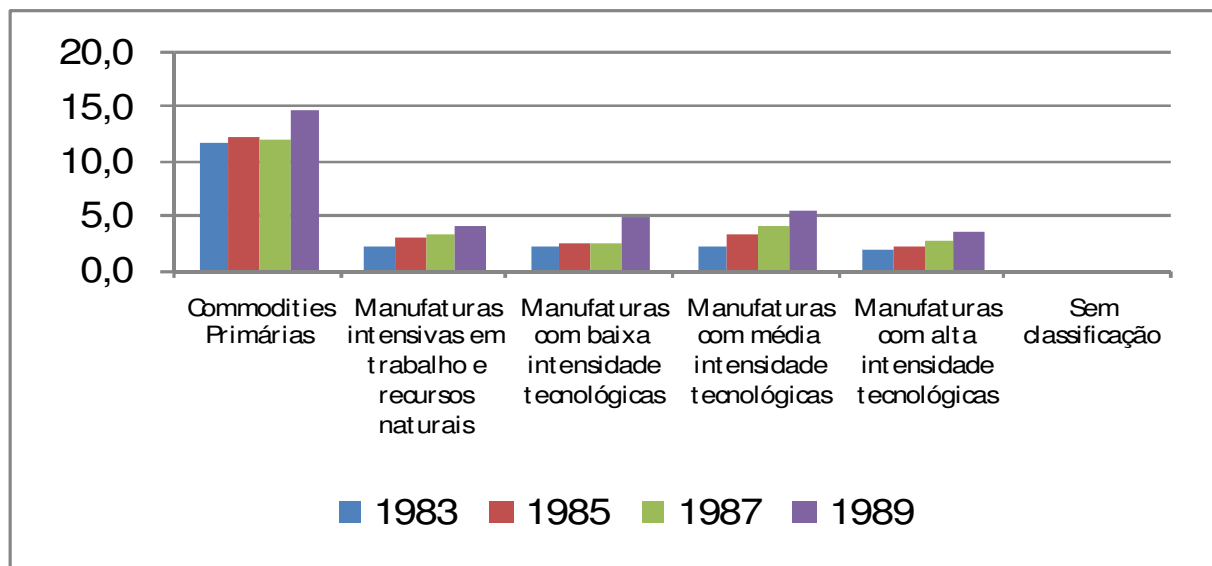
³⁷ Ver Kageyama, 1990.

³⁸ Ver Delgado, 2005.

tecnológica) se caracterizam como os principais sustentadores das exportações e, principalmente para o que nos interessa, dos saldos superavitários da conta de comércio externo.

Simultaneamente, as manufaturas com alta intensidade tecnológica representaram os principais produtos de importação brasileiros (Gráfico 23). Essa é uma questão crucial para a qual devemos nos atentar neste trabalho, pois acreditamos que estas duas situações – de sustentação das exportações por *commodities* primárias e produtos com baixo conteúdo tecnológico, e de dependência de importações com conteúdo tecnológico elevado – se configuram como uma tendência estrutural da economia nacional, e não uma tendência de “re”-primarização, conforme uma literatura mais crítica³⁹ vem demonstrando atualmente, pois, neste caso, haveria a necessidade de ter ocorrido uma interrupção na dependência de produtos primários (aqui associados às *commodities* agrícolas, produtos intensivos em trabalho e com baixo teor tecnológico), o que, a nosso entender, nunca chegou a ocorrer de fato, conforme revelam os dados aqui apresentados para os anos 1980.

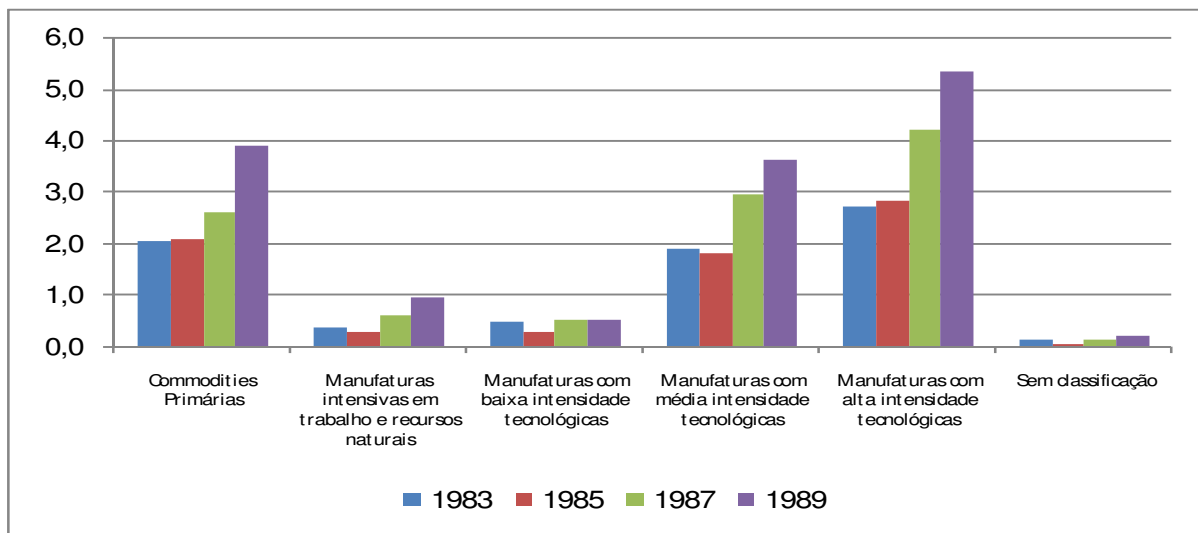
GRÁFICO 22 – Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1983-1989 (Em US\$ bilhões)



Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

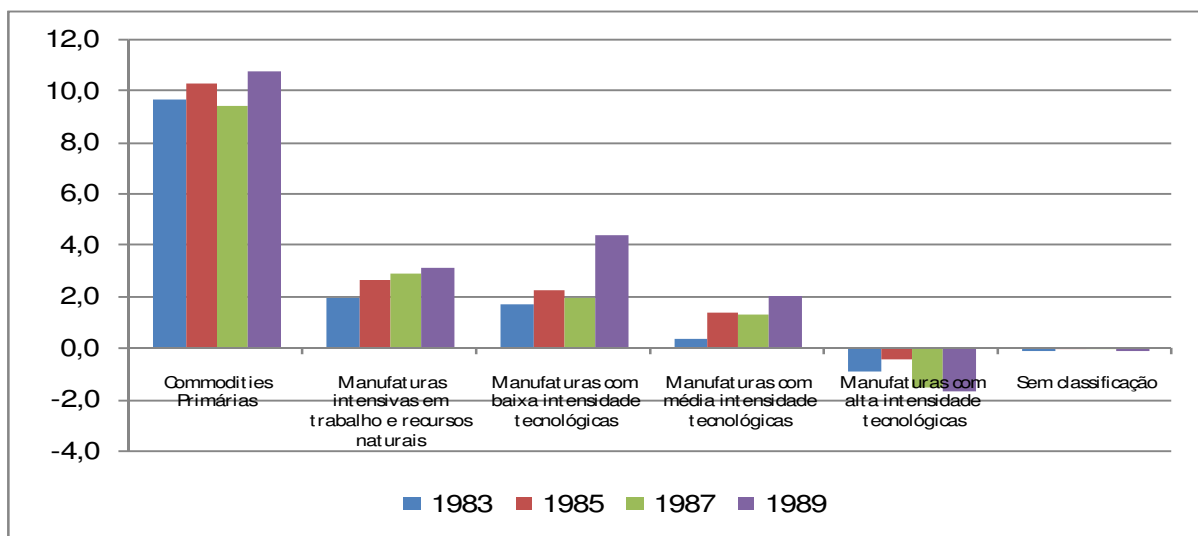
³⁹ Conforme será apresentado no Capítulo 2.

GRÁFICO 23 – Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1983-1989 (Em US\$ bilhões)



Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

GRÁFICO 24 – Composição e Evolução do Saldo da Balança Comercial por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1983-1989 (Em US\$ bilhões)



Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

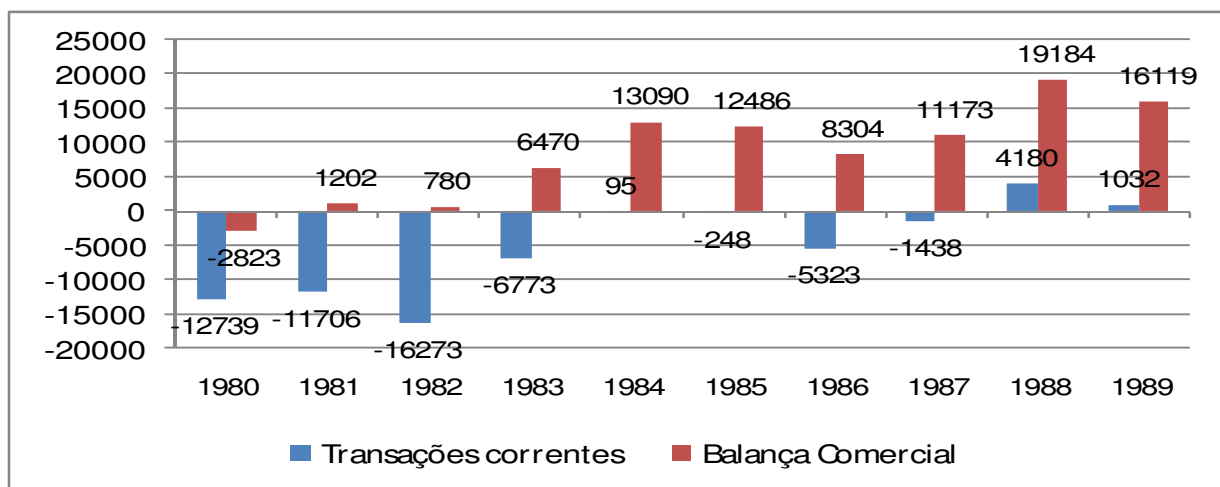
O Gráfico 24 mostra o saldo por conteúdo tecnológico entre as exportações e as importações brasileiras na década de 1980, e corrobora o que foi afirmado anteriormente, ou seja, ressalta a dependência brasileira em relação aos produtos primários, intensivos em trabalho e recursos naturais e manufaturas com baixa intensidade tecnológica no comércio internacional.

Tal dependência, ao se manter mesmo após o processo de industrialização, nos leva a questionar o que a literatura atualmente chama de “tendência à reprimarização”, pois, ao que tudo indica, não se trata de uma tendência, nem de uma “re”-primarização e sim de um processo estrutural, próprio de uma economia que se industrializou nos moldes apontados pelos três pensadores sobre os quais nos apoiamos ao longo deste primeiro Capítulo: Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira e Celso Furtado. Tal processo é agravado pelo crescimento do déficit em Serviços e Rendas da Balança de Transações Correntes, que corrói as divisas geradas por todo o esforço exportador correspondente à nova pauta conquistada pela industrialização substitutiva de importados.

Neste sentido, com relação ao saldo da Conta de Transações Correntes, durante a década de 1980, somente foram verificados resultados positivos nos anos de 1984, 1988 e 1989 (Gráfico 25). O déficit nesta conta resultou, como podemos observar no Gráfico 26, especialmente do vultoso déficit na Conta de Rendas.

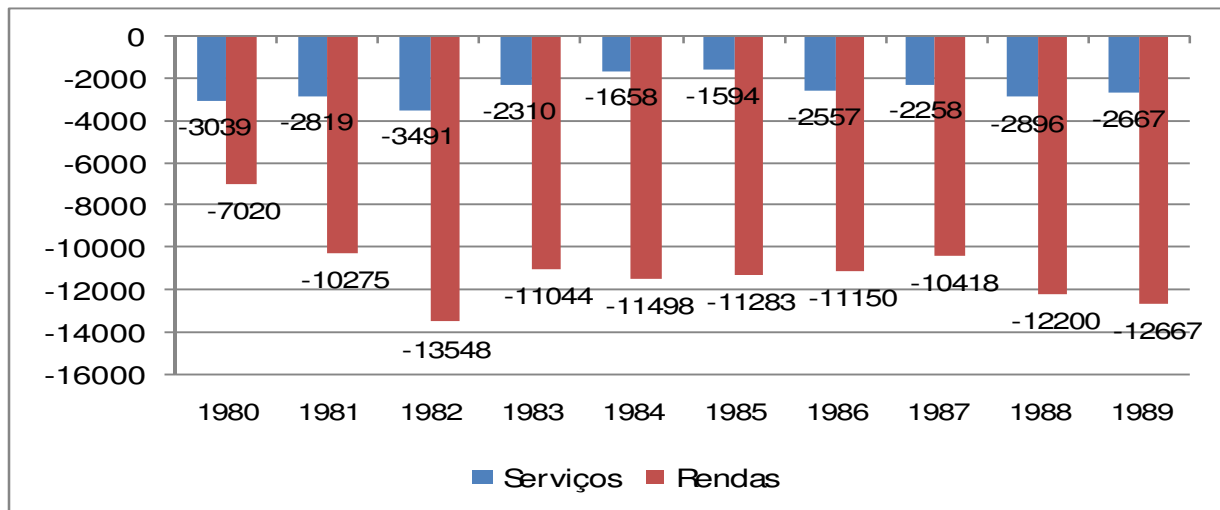
GRÁFICO 25 – Transações Correntes e Balança Comercial

Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

GRÁFICO 26 – Serviços e Rendas
Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)

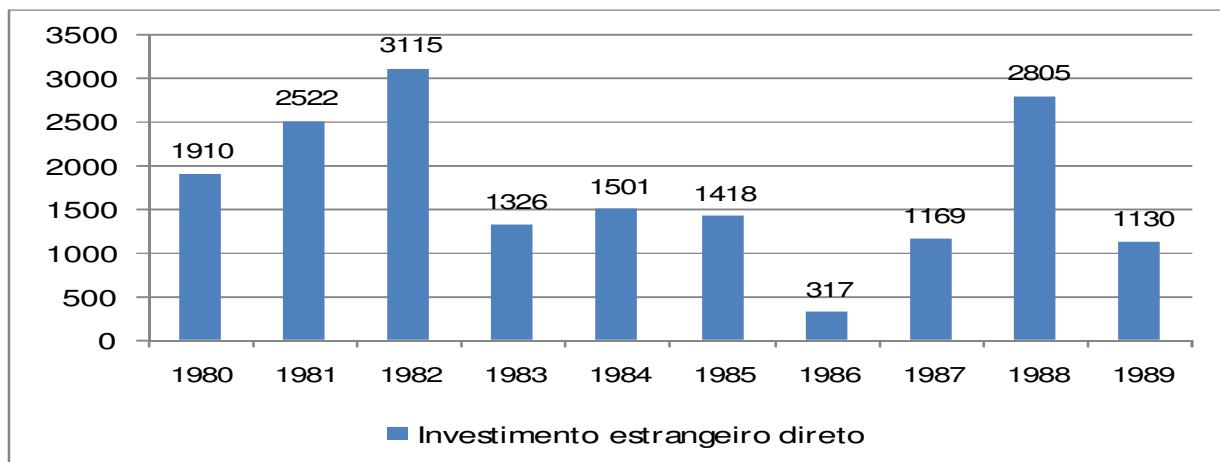


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A década de 1980 foi marcada por profundas oscilações em termos dos IDE's no Brasil. Neste período, a opção pelo endividamento externo como forma de financiar a necessidade de remessas de divisas ao exterior por parte das multinacionais foi mantida, o que contribuiu para agravar ainda mais o constrangimento do Balanço de Pagamentos brasileiro. Além disso, a dificuldade no combate inflacionário, as políticas contracionistas, a elevadíssima dívida pública e a instabilidade econômica constituíram-se como importantes barreiras à atração de investimentos diretos estrangeiros para o Brasil.

Sendo assim, a Conta de Investimentos Diretos Estrangeiros registrou US\$ 1,5 bilhão em 1984, US\$ 1,42 bilhão em 1985 e apenas US\$ 317 milhões em 1986 (Gráfico 27). No ano seguinte, os IDE's alcançaram US\$ 1,17 bilhão e, em 1988, US\$ 2,8 bilhões. Em 1989, uma nova queda foi registrada, e o saldo dos investimentos diretos estrangeiros foi de US\$ 1,13 bilhão.

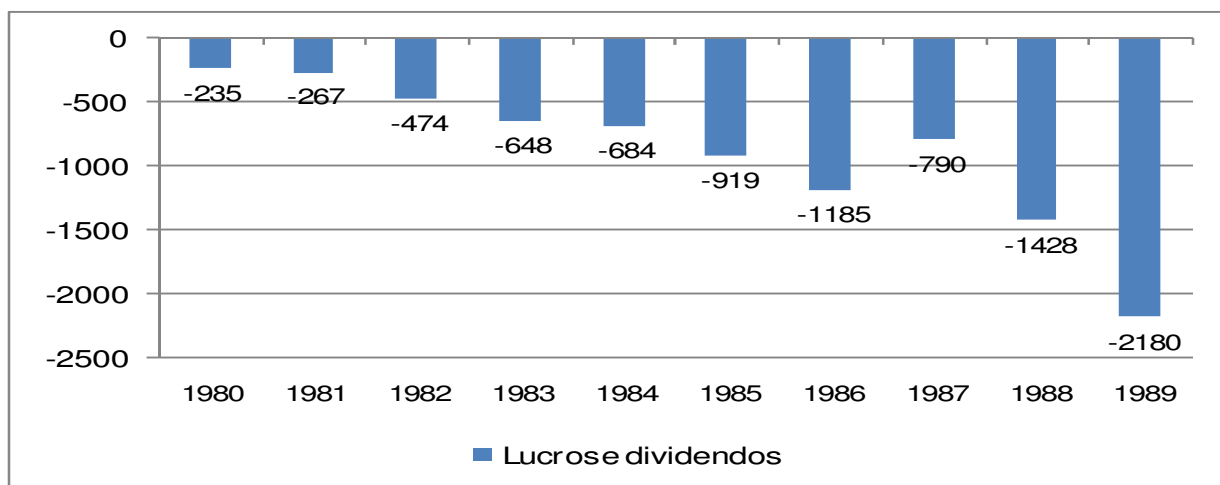
GRÁFICO 27 – Investimento Estrangeiro Direto
Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A remessa de Lucros e Dividendos, embora tenha iniciado a década de 1980 com uma redução de 57% em seu valor – foram remetidos US\$ 235 milhões em 1980 –, deu continuidade à expansão de seus valores a partir de 1981 e atingiu US\$ 1,18 bilhão em 1986 (Gráfico 28). Neste contexto, apesar da queda de 33% na remessa de Lucros e Dividendos em 1987, a tendência ascendente da década predominou, de modo que o ano de 1989 registrou um envio de US\$ 2,18 bilhões sob a forma de Lucros e Dividendos ao exterior, o que representa uma elevação de 827% com relação ao início da década.

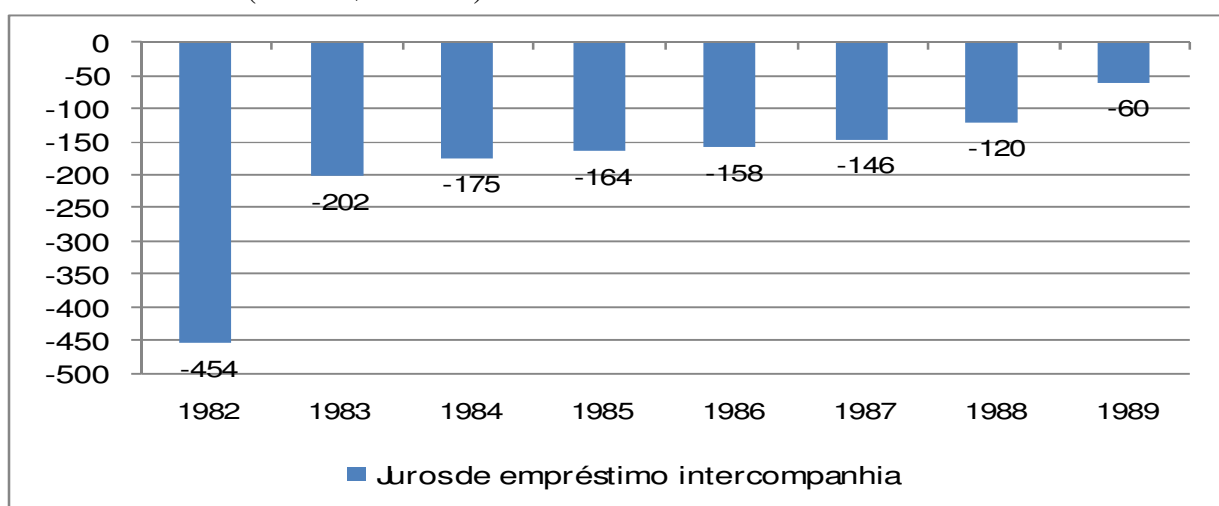
GRÁFICO 28 – Lucros e Dividendos
Brasil - 1980-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Os Juros de empréstimos intercompanhia associam-se aos juros pagos, recebidos ou amortizados referentes aos empréstimos empresariais da matriz no Brasil a filial no exterior ou de filial no Brasil a matriz no exterior, tanto com relação aos investimentos diretos estrangeiros quanto aos investimentos brasileiros no exterior. Esta Conta passou a ser computada no Balanço de Pagamentos brasileiro somente a partir de 1982 e, desde então, foi verificada uma tendência de queda em seu valor, que durou até o ano de 1992 (Gráfico 29).

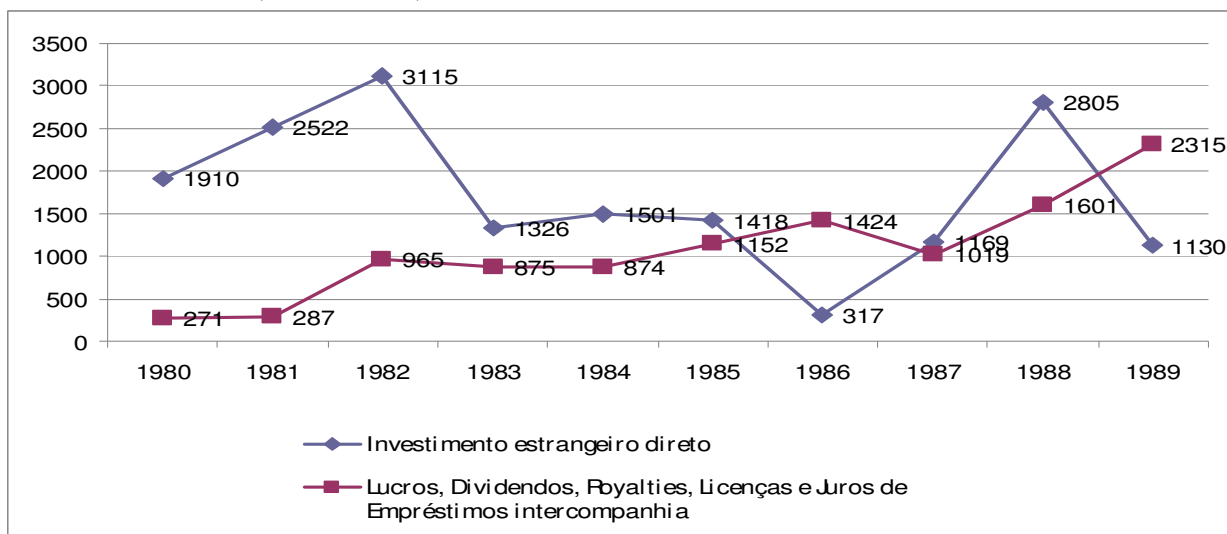
GRÁFICO 29 – Juros de Empréstimo Intercompanhia
Brasil - 1982-1989 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Através do Gráfico 30 podemos notar que, em alguns anos da década de 1980, as remessas de divisas ao exterior superaram o ingresso de IDE. Deste modo, a necessidade de compensar o déficit em Serviços e Rendas, derivado especialmente da repatriação dos lucros e pagamento de juros e *royalties*, passa a pedir um esforço exportador crescente. Contudo, as exportações permanecem sustentadas pelos produtos primários, o que irá gerar um agravamento da necessidade de elevação das mesmas, razão pela qual justificar-se-á, no discurso (e na prática) oficial, o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, como única via racional para aumentar a eficiência e a competitividade das exportações nos anos 1990.

GRÁFICO 30 – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia
Brasil – 1980-1989 (Em milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Mostraremos, no entanto, que essa nova “rodada” de internacionalização a qual o Brasil foi submetido acarretou resultados, em vários aspectos, piores do que os obtidos nas décadas de 1950 a 1970, o que dá sustentação e atualidade à hipótese das referências teóricas em que nos apoiamos – Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Francisco de Oliveira – de que a forma como foi conduzida e implementada a industrialização no Brasil, recorrendo ao capital estrangeiro, produziu uma situação de dependência estrutural de exportações de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico para dar sustentação e continuidade à dinâmica (instável) da economia nacional. É o que será apresentado e defendido no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 2

MAIS DESNACIONALIZAÇÃO E MAIS DEPENDÊNCIA

2.1 - A liberalização comercial e financeira: os anos 1990

A década de 1990 teve como característica a mudança de foco da política industrial brasileira: a idéia de internalizar os setores produtivos através da política de substituição de importações havia sido substituída pela necessidade de tornar os setores produtivos internacionalmente competitivos, via liberalização comercial.

Isto porque se acreditava que o problema da indústria brasileira derivava de falta de eficiência e competitividade, de modo que os níveis destes dois parâmetros deveriam ser ampliados, e o Estado deveria deixar de ser interventor para se tornar apenas regulador dos setores produtivos. Desta forma, as privatizações foram fortemente incentivadas, a fim de promover a elevação dos padrões de eficiência, competitividade e qualidade das empresas.

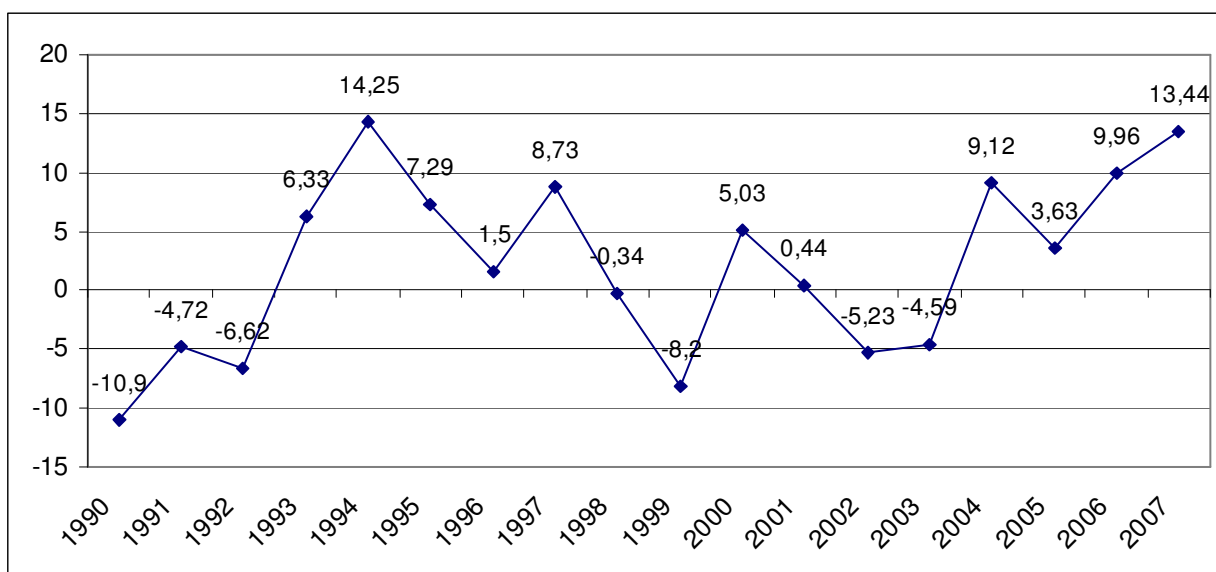
Neste contexto, as empresas ficaram expostas a um ambiente concorrencial acirrado, sem que as condições de adaptação ao novo ambiente fossem, de fato, criadas. Além disso, os setores produtivos que possuíam condições de concorrer neste ambiente internacionalizado estavam principalmente relacionados às *commodities* primárias e aos setores intensivos em trabalho e recursos naturais.⁴⁰

As medidas pró-concorrência e pró-competitividade, juntamente com a abertura comercial, determinaram, de fato, a redução do *mark-up* das empresas em diversos setores produtivos. Embora esta consequência fosse desejada, a queda do *mark-up* trouxe também um outro resultado, qual seja a dificuldade de realização de novos investimentos, o que acabou por comprometer a capacidade de crescimento futura. Este fato é corroborado pela redução da

⁴⁰ Com a entrada de empresas estrangeiras no parque produtivo nacional, produtos cujas escalas de produção ou estrutura de custos não apresentavam competitividade foram abandonados, assim como aumentou fortemente o processo de terceirização das atividades produtivas e o coeficiente de importação, devido à substituição de fornecedores nacionais por estrangeiros, conforme veremos adiante.

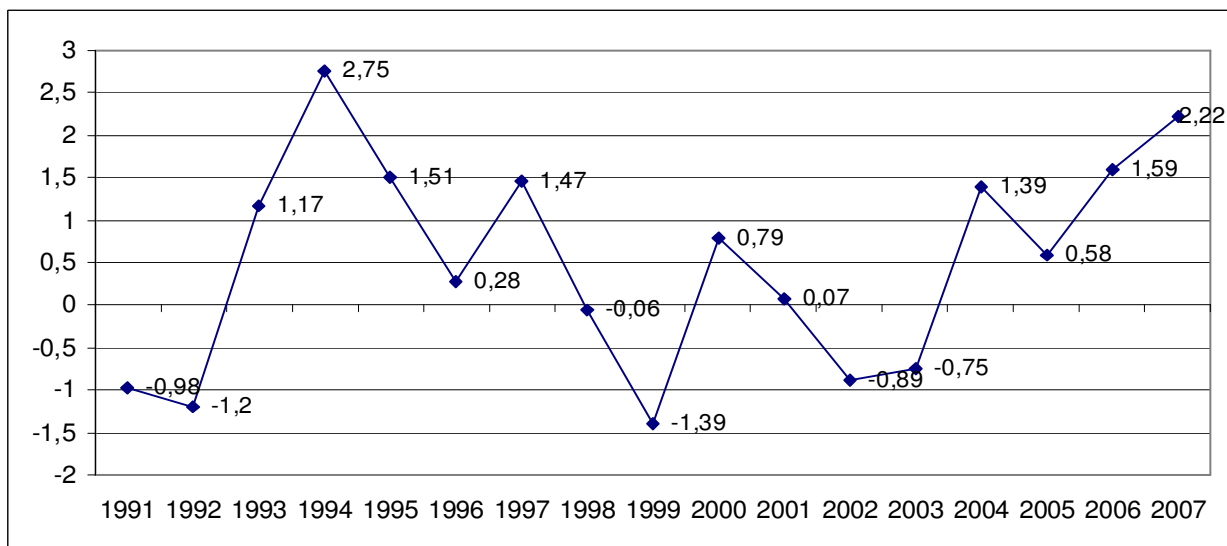
variação da formação bruta de capital fixo e da contribuição da formação bruta de capital fixo para o crescimento do PIB nos últimos anos da década de 1990, como pode ser verificado nos Gráficos 31 e 32.

GRÁFICO 31 – Variação Real Anual da Formação Bruta de Capital Fixo
Brasil – 1991-2007 (Em percentagem)



Fonte de dados: IPEADATA. Elaboração própria.

GRÁFICO 32 – Contribuição da Formação Bruta de Capital Fixo para o Crescimento do PIB
Brasil – 1991-2007 (Em percentagem)



Fonte de dados: IPEADATA. Elaboração própria.

O plano de estabilização monetária implementado ainda no governo Itamar Franco pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, trouxe consigo, além da queda da inflação, o aumento da internacionalização da economia brasileira, sem promover, contudo, a realização de uma política industrial de fato.

Desta forma, o crescimento econômico seria consequência, em primeiro lugar, da estabilização dos preços, a qual facilitaria os investimentos através do favorecimento do horizonte de cálculo dos empresários. Em segundo lugar, o crescimento derivaria do bom estado dos fundamentos macroeconômicos, gerado pela modernização do aparelho estatal, pela maior operacionalidade do setor público e pelo “enxugamento” das finanças estatais. Em terceiro lugar, seria resultado do choque causado pela abertura comercial e pelo câmbio, o qual forçaria uma reestruturação das empresas e um aumento da eficiência, além da possibilidade de importação de máquinas e equipamentos a preços mais baixos oferecida pela valorização cambial. Por último, mas não menos importante, o crescimento econômico seria derivado na entrada de investimentos diretos estrangeiros, em um momento de rápida internacionalização dos oligopólios, conjugado à estabilização monetária e ao bom estado dos fundamentos macro.

Neste contexto, segundo Belluzzo & Carneiro (2004, p.1),

[...] o Plano Real, tomado num sentido amplo, foi uma tentativa de colocar a economia brasileira sob a disciplina imposta por um regime de crescente conversibilidade financeira e comercial. Não se tratava, portanto, de obter apenas a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da “âncora” cambial. O objetivo era claramente mais vasto: um projeto de desenvolvimento liberal que, através da dupla abertura ao exterior, supunha a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas, da produtividade e da taxa de juros da economia brasileira na direção dos padrões das economias avançadas.

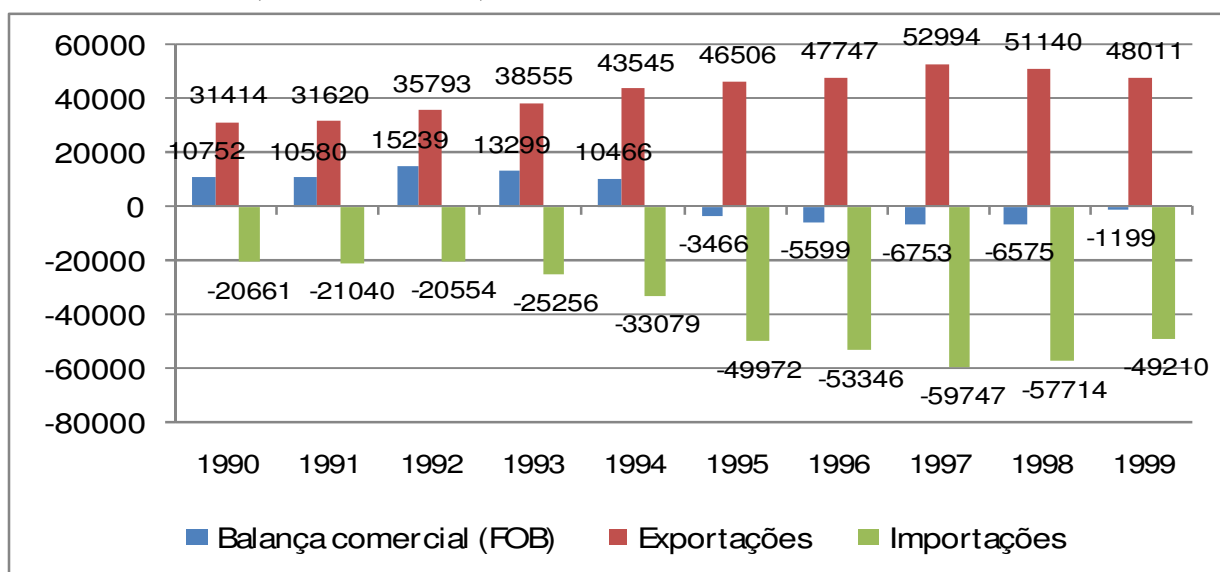
Além da redução da participação do Estado na economia, principalmente através dos processos de desregulamentação e privatização, a teoria liberal pregava que os investimentos diretos estrangeiros trariam para o Brasil o capital “bom”, aumentando a geração de renda e emprego. Assim, a entrada de empresas multinacionais no País ampliaria a capacidade de produção e contribuiria para a modernização do parque produtivo como um todo.

A necessidade de tornar os setores produtivos internacionalmente competitivos, via liberalização comercial, dominou o pensamento político brasileiro na década de 1990. A década iniciou-se com um superávit de US\$ 10,75 bilhões na Conta de Comércio, derivado de US\$ 31,41 bilhões em exportações e US\$ 20,66 bilhões em importações em 1990 (Gráfico 33). As

importações não se elevaram de forma brusca (e até mesmo se reduziram em 1992), apesar da intensidade da liberalização comercial, porque os baixos índices de crescimento econômico naquele momento não permitiram.

GRÁFICO 33 - Balança Comercial (FOB)

Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Em 1994, a tendência verificada no ano anterior, de elevação tanto do valor exportado – cerca de 12,94% - quanto do valor importado – em torno de 30,97% -, determinou um superávit de US\$ 10,47 bilhões na Conta de Comércio. Este ano marcou o início do Plano Real, o qual trouxe consigo, além da reafirmação da necessidade de liberalização comercial – e também financeira – a valorização cambial, no intuito de favorecer as importações de bens de capital, o que auxiliaria na promoção do crescimento econômico.

O ano de 1995 representa o início de um período marcado por seis déficits comerciais consecutivos, derivados, especialmente, do câmbio valorizado. Os três primeiros anos deste período caracterizaram-se por uma elevação das importações mais do que proporcional ao aumento das exportações. Posteriormente, tanto o valor exportado quanto o valor importado reduziram-se por dois anos consecutivos e somente voltaram a se elevar em 2000, o último ano do período deficitário.

Em 1996 o valor exportado aumentou em 2,67%, enquanto o valor importado cresceu 6,75%, o que determinou um déficit de cerca de US\$ 5,6 bilhões. Neste ano, de acordo com o Banco Central, a política externa dedicou-se ao aprofundamento do processo de abertura comercial, especialmente por meio da redução das tarifas de importação. Esta medida tinha o objetivo de possibilitar a atualização tecnológica⁴¹ e o favorecimento dos consumidores nacionais, através da provável redução dos preços internos.

Por outro lado, havia a necessidade de estimular as exportações, o que implicou na concessão de crédito pelos BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aos setores mais atingidos pela competição externa e àqueles considerados de maior potencialidade na conquista de novos mercados.⁴² Além disso, a desoneração tributária possibilitada pela isenção da cobrança do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os produtos primários e semi-elaborados e pela alteração da forma de arrecadação deste imposto pelos Estados visava à promoção das exportações nacionais a médio e longo prazo.⁴³ Contudo, as exportações que seriam, e de fato foram incentivadas, estão relacionadas a produtos com baixo conteúdo tecnológico e baixa capacidade de conquistar novos mercados. Desta forma, conforme o Relatório Anual do Banco Central do Brasil, o estímulo às exportações proporcionado pela desoneração tributária sobressaiu com relação à concessão de crédito.

O ano de 1996 também foi marcado pela considerável imposição de barreiras aos produtos brasileiros por parte dos Estados Unidos, Japão e União Européia, barreiras estas especialmente associadas às questões fitossanitárias relativas aos produtos *in natura*; à exigência de adequação a algumas normas técnicas; às cotas restritivas e à sobretaxação do aço e siderúrgicos.⁴⁴

O ano de 1997 caracterizou-se pela criação e aprofundamento de programas de incentivo às exportações, por exemplo, o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) e o Proex (Programa de Financiamento às exportações), respectivamente. Com o objetivo de minorar os reflexos derivados da crise financeira asiática, por um lado, o aumento da

⁴¹ Ver Sarti e Laplane, 2003.

⁴² Segundo o Relatório Anual do Banco Central do Brasil, em 1996, os setores beneficiados foram: autopeças, calçados, confecções, móveis, revestimentos cerâmicos, rochas de mármore e granito, eletroeletrônicos, ferramentas e cutelaria e manufaturas de plástico.

⁴³ Lei Complementar nº 87, de 13.09.96 (Lei Kandir).

⁴⁴ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 1996.

competitividade nacional foi estimulado e, por outro, a modificação nas tarifas concedeu mais disciplina às importações.

Em 1998 o valor exportado representou US\$ 51,14 bilhões, o que significou um decréscimo de 3,5% com relação ao ano anterior, apesar da continuidade dos incentivos às atividades exportadoras, principalmente através da ampliação da área de atuação do Proex e da consolidação de novas normas, a fim de tornar o programa mais eficiente.

A necessidade de eliminar o déficit comercial brasileiro estava diretamente relacionada ao objetivo primordial de estabilização da economia. Para tanto, recorreu-se ao auxílio do Programa Especial de Exportação, o Fundo de Garantia de Promoção da Competitividade e o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) com vistas a incentivar as atividades exportadoras, além disso, foram implementadas medidas no sentido de desburocratizar e facilitar as exportações realizadas por empresas de pequeno porte.⁴⁵ Contudo, a crise econômica e o baixo crescimento internacional, além da redução do preço das *commodities* determinaram, no Brasil, em 1998, um desempenho comercial abaixo de esperado.

Em 1999 as exportações caíram 6,12% e as importações, 14,73%, o que resultou em um déficit de quase US\$ 1,2 bilhão. Este fato pode ser explicado, apesar da desvalorização cambial - a qual deveria ter implicado em um aumento das exportações -, pela necessidade de realização de ajuste fiscal, derivada das negociações com o FMI, o que comprometeu os programas destinados ao incentivo às exportações, além de gerar uma elevação da carga tributária relacionada aos produtos exportados. Entretanto, as medidas relacionadas à modernização e desburocratização dos procedimentos de importação e exportação foram mantidas.

Em suma, na década de 1990, a queda da demanda mundial e os preços de alguns dos mais importantes produtos da pauta de exportação nacional – especialmente os produtos agrícolas - ofereceram uma grande contribuição para que a desvalorização da moeda não gerasse os efeitos esperados em termos de promoção das exportações.

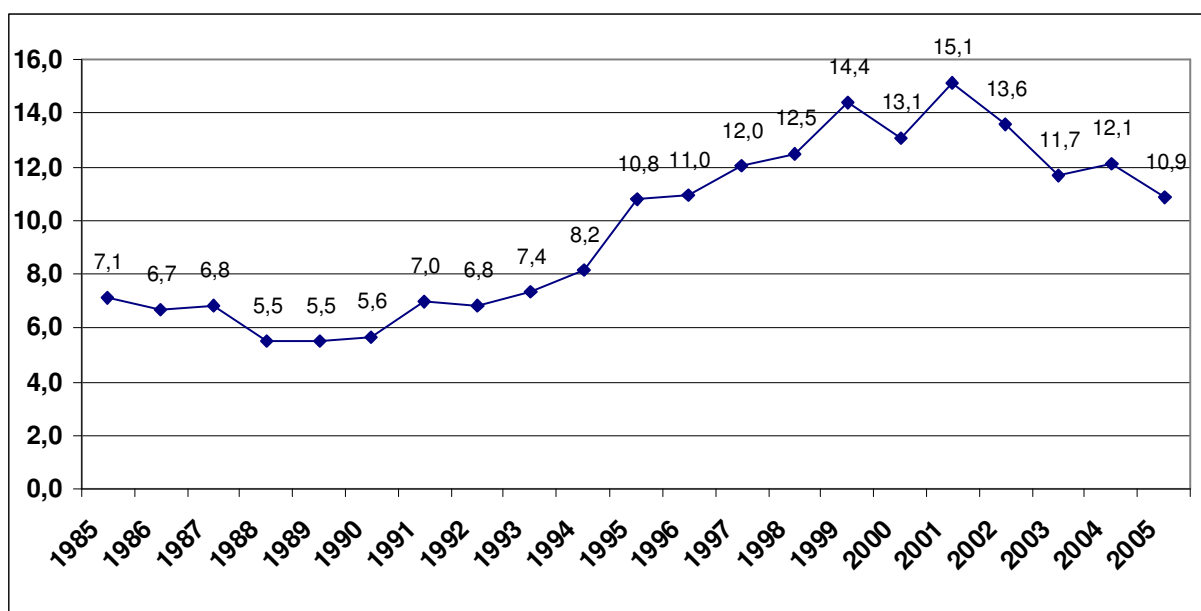
Além disso, a “missão” de tornar os setores produtivos internacionalmente competitivos, através do aumento da eficiência e da competitividade, foi delegada ao capital externo, o que determinou, no Brasil, o aprofundamento da desnacionalização da economia. Esse é o processo que nos interessa ressaltar no presente capítulo. Procuraremos mostrar que os efeitos da desnacionalização, anteriormente apontados por Caio Prado Júnior, Francisco Oliveira e Celso

⁴⁵ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 1998.

Furtado agravam-se nos anos 1990, cujo resultado é a manutenção da dependência de exportações de produtos primários e com baixo conteúdo tecnológico para sustentar a dinâmica da economia.

Alguns estudiosos acreditavam que a eficiência dos setores que sobrevivessem mais do que compensaria a eliminação dos setores ineficientes.⁴⁶ Entretanto, não foi o que se verificou e, ao contrário do se esperava, aprofundou-se a especialização brasileira em setores intensivos em trabalho, recursos naturais e energia. Além disso, conforme Marconi (2008), há claros sinais de uma tendência de desindustrialização. E, segundo Britto (2003), o coeficiente de importação aumentou em todos os setores,⁴⁷ como pode ser observado no Gráfico 34 - o que gerou graves problemas no Balanço de Pagamentos, além de causar redução no emprego e na renda do País.

GRÁFICO 34 – Coeficiente de importação*
Brasil – 1985-2005 (Em percentagem)



(*) Exclusive agropecuária

Fonte de dados: Funcex. Elaboração própria.

A Tabela 5 mostra que os setores intensivos em tecnologia apresentaram o maior crescimento dos coeficientes de penetração no Brasil durante a década de 1990 – uma elevação

⁴⁶ Embora uma das conseqüências deste processo tenha sido a desindustrialização nacional, como vem sendo demonstrado por trabalhos recentes, por exemplo, em Marconi (2008).

⁴⁷ O aumento do valor importado geralmente determina uma elevação do coeficiente de importação, o que, por sua vez, indica a substituição de produtos nacionais por produtos importados na estrutura de consumo nacional.

de 34,3 pontos percentuais de 1990 a 1998. Paralelamente, os setores intensivos em capital sofreram um acréscimo de 14,3 p.p. no mesmo período; os intensivos em mão-de-obra cresceram 9,7 p.p.; e os intensivos em recursos naturais aumentaram 4,7 pontos percentuais.

Com relação aos coeficientes de abertura, a discrepância entre os setores não é tão grande. Os setores intensivos em tecnologia também foram os que apresentaram o maior crescimento – 13,2 pontos percentuais. Em seguida estavam os setores intensivos em mão-de-obra – com 6,9 p.p. -, logo acompanhado pelos intensivos em capital – 6,1 p.p. – e pelos setores intensivos em recursos naturais, os quais registraram uma elevação de 3,5 pontos percentuais.

Estes resultados apontam para o crescimento da dependência brasileira de produtos com alto teor tecnológico, dependência esta que não é compensada por uma elevação equivalente das exportações neste setor.

TABELA 5 - Coeficientes de Penetração* e Abertura por Intensidade de Fator**
Brasil - 1990-1998 (Em percentagem)

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
	Coeficientes de Penetração (%)		
Tecnologia	9,8	16,8	44,1
Capital	9,9	13,5	24,2
Mão-de-Obra	2,0	5,6	11,7
Recursos Naturais	3,4	6,0	8,1
	Coeficientes de Abertura (%)		
	1990	1994	1998
Tecnologia	10,0	13,6	23,2
Capital	7,9	9,6	11,4
Mão-de-Obra	6,4	9,7	13,3
Recursos Naturais	12,7	16,0	18,8

(*) Coeficiente de penetração = Importações/produção;

(**) Coeficiente de abertura = Exportações/produção.

Fonte: Carneiro (2002, p. 319).

A Tabela 6 informa sobre a taxa de comércio (X/M) e o saldo comercial brasileiro em percentagem $[(X-M)/P]$ na década de 1990. A taxa de comércio registrou redução em todos os setores produtivos, o que significa que o País importou mais do que exportou, fato corroborado pelos elevados déficits comerciais a partir de meados da década. Podemos observar que a taxa de comércio relativa aos bens intensivos em tecnologia foi reduzida em 50% entre os anos de 1990 e 1998, enquanto os setores intensivos em recursos naturais registraram uma queda de 37,8% em sua taxa de comércio.

TABELA 6 – Taxa de Comércio e Saldo* por Intensidade de Fator
Brasil – Anos selecionados (1990-1998)

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
Taxa de Comércio (X/M)			
Tecnologia	1,0	0,8	0,5
Capital	0,8	0,7	0,5
Mão-de-Obra	3,2	1,7	1,1
Recursos Naturais	3,7	2,7	2,3
Saldo Comercial (X-M)/P (°)			
Tecnologia	0,2	-3,2	-20,9
Capital	-2,0	-3,9	-12,8
Mão-de-Obra	4,4	4,1	1,6
Recursos Naturais	9,3	10,0	10,7

Nota: (*) Em % da produção do setor.

Fonte: Carneiro (2002, p. 328).

Além disso, devemos nos atentar para o fato de que o saldo comercial relativo aos setores intensivos em tecnologia foi decrescente e fortemente deficitário ao fim do período analisado, o que se deve, para além do déficit comercial no setor, à evolução dos índices de preços destes bens. Os setores intensivos em capital também registraram um resultado deficitário, enquanto os intensivos em mão-de-obra e recursos naturais apresentaram resultados positivos – vale destacar que, no caso dos setores intensivos em recursos naturais, o resultado foi positivo e crescente ao longo do período.

Com relação às exportações, a Tabela 7 nos mostra a redução e a instabilidade dos preços dos produtos classificados como agrícolas e agropecuários. Além disso, apesar da quantidade exportada ter se elevado em todos os grupos de produtos brasileiros na década de 1990, apenas os produtos manufaturados apresentaram um aumento em seus índices de preços, fato que enfatiza a urgência da necessidade de uma transformação na cadeia produtiva nacional, através do direcionamento para a produção de bens com maior valor agregado, mais alto conteúdo tecnológico e maior capacidade de abrir novos mercados.

TABELA 7 - Evolução das Exportações por Tipo de Produto
Brasil - 1974-2003 (Média 1974-1980=100)

Produto	Índice	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2003
Agrícola (FAO) ⁽¹⁾	Preço	94,6	88,3	86,6	82,4	61,4
	Quantidade	139,7	138	168,6	249,7	384,7
	Valor	132,3	121	147	202,9	237,4
Agropecuário (FUNCEX)	Preço	91,3	86,6	78,6	83,3	68,8
	Quantidade	101,3	124,6	146,2	252,6	524,2
	Valor	94,4	110,2	118,1	213,1	375,9
Manufaturados	Preço	125,8	131,3	140,4	147,5	132,4
	Quantidade	229,3	285,4	368,7	452,5	609,9
	Valor	272,1	356,6	488,7	629,3	764,4
Total	Preço	112,5	116,9	118,5	123,6	107,6
	Quantidade	173	207,1	271,8	341,5	487,2
	Valor	190,1	238,7	315,8	410,7	514,6

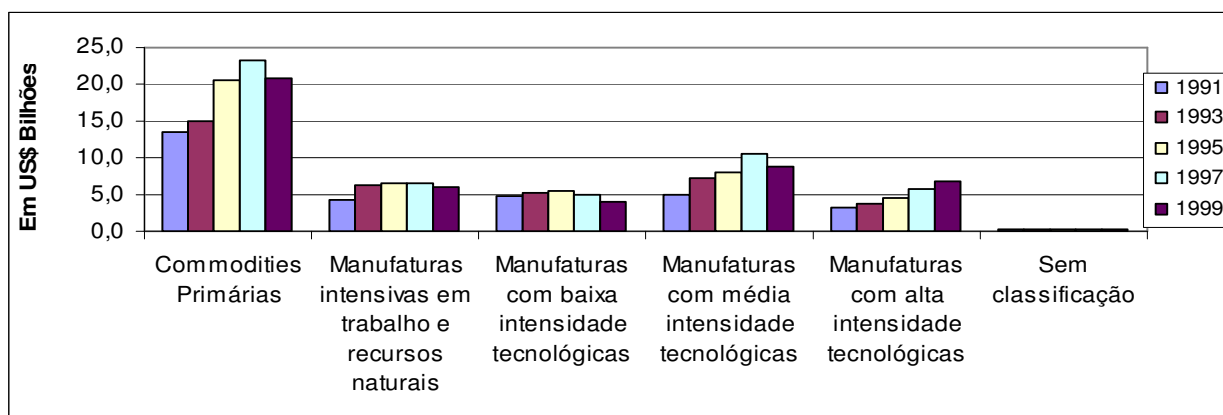
Notas: Os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) consideram apenas os produtos agrícolas *in natura* e os da Food and Agriculture Organization (FAO) englobam também os produtos agrícolas manufaturados.

⁽¹⁾Dados disponíveis até 2002.

Fonte: Carvalho e Silva (2005, p. 22).

De Negri (2005) realizou alguns estudos acerca da inserção brasileira em termos de comércio mundial e da importância das empresas estrangeiras para tal inserção. Neste contexto, a autora afirma que as exportações baseadas em *commodities* e produtos intensivos na utilização de mão-de-obra e recursos naturais e as importações intensivas em bens com maior conteúdo tecnológico caracterizaram o padrão de especialização comercial nacional na década de 1990. Nossos dados confirmam as observações desta autora, conforme os Gráficos 35 e 36.

GRÁFICO 35 – Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1991-1999 (em US\$ bilhões)

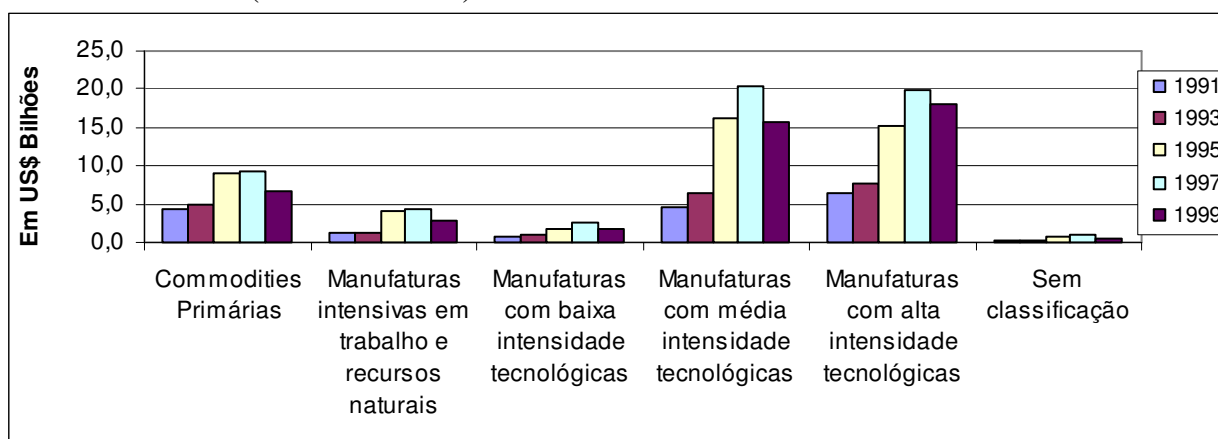


Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

O padrão de especialização baseado nas exportações de *commodities* está relacionado, dentre outros fatores, à alteração, em 1996, da forma de cobrança do ICMS pelos Estados. Assim, as exportações de produtos primários e semi-elaborados tornaram-se isentas do recolhimento de tal imposto, de modo que várias políticas de incentivo às exportações destes produtos foram desenvolvidas pelo País, seja por meio de concessão de crédito, seja pelo aperfeiçoamento e criação de novas linhas de financiamento destinadas aos exportadores, e também por incentivos fiscais. Por outro lado, o Brasil é pouco competitivo em setores de maior conteúdo tecnológico, conforme já afirmava Celso Furtado e, atualmente, Fernando Sarti, Mariano Laplane e Fernanda de Negri.

Os dados do Gráfico 36 confirmam as observações de Carneiro (2002), citadas anteriormente. Neste contexto, o processo de desindustrialização determinou uma dependência crescente de produtos com alto valor agregado na década de 1990. Segundo De Negri (2005), mesmo os setores que sobreviveram e se desenvolveram no País não se internalizaram de forma suficiente, por isso, além de gerarem baixas relações de cadeia inter-setorial, também contribuem com o aumento das importações de máquinas e insumos.

GRÁFICO 36 – Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1991-1999 (em US\$ bilhões)



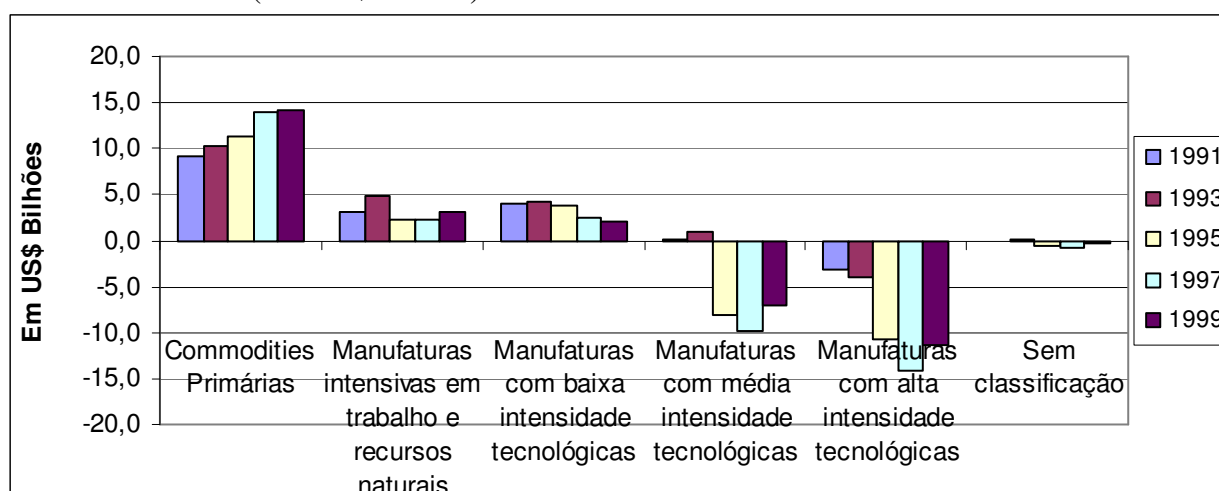
Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

Além disso, observando conjuntamente o comportamento dos Gráficos 35, 36 e 37, podemos inferir que todas as transformações realizadas nos anos 1990 não reverteram o quadro de dependência estrutural que Caio Prado, Francisco Oliveira e Celso Furtado haviam

diagnosticado já nos anos 1960. Observa-se que durante toda a década de 1990 – repetindo o que já estava manifestado nos anos 1980 –, foram as *commodities* e os manufaturados intensivos em trabalho e baixa intensidade tecnológica que, em grande medida, sustentaram, com seus superávits, as importações dos setores que supostamente deveriam vir a se tornar os líderes das exportações brasileiras com a abertura econômica e a nova “rodada” de desnacionalização⁴⁸ da economia: os manufaturados com média e alta intensidade tecnológica.

Mas, como veremos, tal suposição não se confirmou. Pelo contrário, aumentou a tendência à dependência estrutural de geração de divisas com exportações de *commodities* e de manufaturados intensivos em trabalho e baixa intensidade tecnológica. Ademais, a referida dependência agrava-se em sincronia com o aprofundamento da desnacionalização da economia, cujo processo aprofunda os aspectos levantados por Caio Prado, Celso Furtado e Francisco Oliveira nos anos 1960 – o crescimento das remessas de lucros e dividendos e a elevação das importações de bens de capital e bens de consumo duráveis, por exemplo. Além disso, diferentemente dos anos 1950 e 1970, os investimentos estrangeiros dos anos 1990 não construíram novos ativos, e são predominantemente importadores⁴⁹.

GRÁFICO 37 – Composição e Evolução do Saldo da Balança Comercial por Conteúdo Tecnológico
Brasil - 1991-1999 (Em US\$ bilhões)



Fonte de dados: COMTRADE. Elaboração própria.

⁴⁸ Segundo Garcia (2008, p.21), pesquisadora do IBGE, há informações estatísticas claras de que ocorreu um aprofundamento da desnacionalização industrial no Brasil de tal sorte que entre 1985 e 2002 “a empresa estrangeira consolidou sua presença onde já estava e avançou para novas indústrias, de grande e de médio porte, tornando significativa sua base produtiva instalada no Brasil”.

⁴⁹ Ver Laplane e Sarti, 2006.

Marconi (2008, p.6) afirma que “há uma vasta discussão sobre os setores que podem gerar um estímulo maior, ou um efeito multiplicador mais amplificado, sobre a produção e o crescimento da renda per capita”. Neste contexto, De Negri (2005) aponta para a necessidade de alteração da pauta de exportações brasileira por meio da incorporação de produtos com maior conteúdo tecnológico. Uma alternativa viável para a resolução desse problema poderia ser o aproveitamento do potencial das multinacionais instaladas no País, de modo a aumentar a utilização de tecnologia e o valor agregado dos bens exportados e reduzir as importações de produtos com alto nível de tecnologia empregada.

As empresas estrangeiras, apesar de exportarem muito, importam bens de alto valor agregado, o que gera déficits comerciais em relação aos produtos de média e alta intensidade tecnológica. Este fato ocorre quando, por exemplo, as empresas importam os componentes mais sofisticados necessários à fabricação do produto e somente realizam a montagem no Brasil.

A justificativa para se agregar mais tecnologia e mais valor na pauta de exportações passa por vários fatores, dentre eles a maior elasticidade-renda apresentada por este tipo de produto, a qual determina uma maior possibilidade de aumento na demanda perante um aumento na renda mundial. Além disso, De Negri aponta para as elevadas barreiras à entrada nos setores inovadores⁵⁰ - o que determina poder de mercado e elevação da renda - e, por último, menciona os efeitos de encadeamento com outros setores da economia, além dos ganhos de aprendizado e de produtividade.

A autora parte do pressuposto de que o Investimento Direto Estrangeiro é capaz de moldar os padrões de comércio em nível mundial, além disso, refere-se à importância crescente dos fluxos de comércio intrafirma para as relações comerciais. Neste sentido, afirma que

[...] entre os principais benefícios prováveis decorrentes da atuação das empresas multinacionais em países menos desenvolvidos encontram-se a possibilidade de transpor barreiras de acesso a recursos externos e o fato de que o IDE fornece pacote produtivo tecnologicamente superior aos das firmas domésticas: habilidades gerenciais, acesso a mercados e novas tecnologias etc. (DE NEGRI, 2005, p.15)

Assim, espera-se que as filiais das empresas transnacionais contribuam para o aumento das exportações nos países em desenvolvimento em que se instalam pelo fato de geralmente se caracterizarem como empresas líderes em inovação e diferenciação de produtos, por possuírem

⁵⁰ Ver também Silveira, 2001.

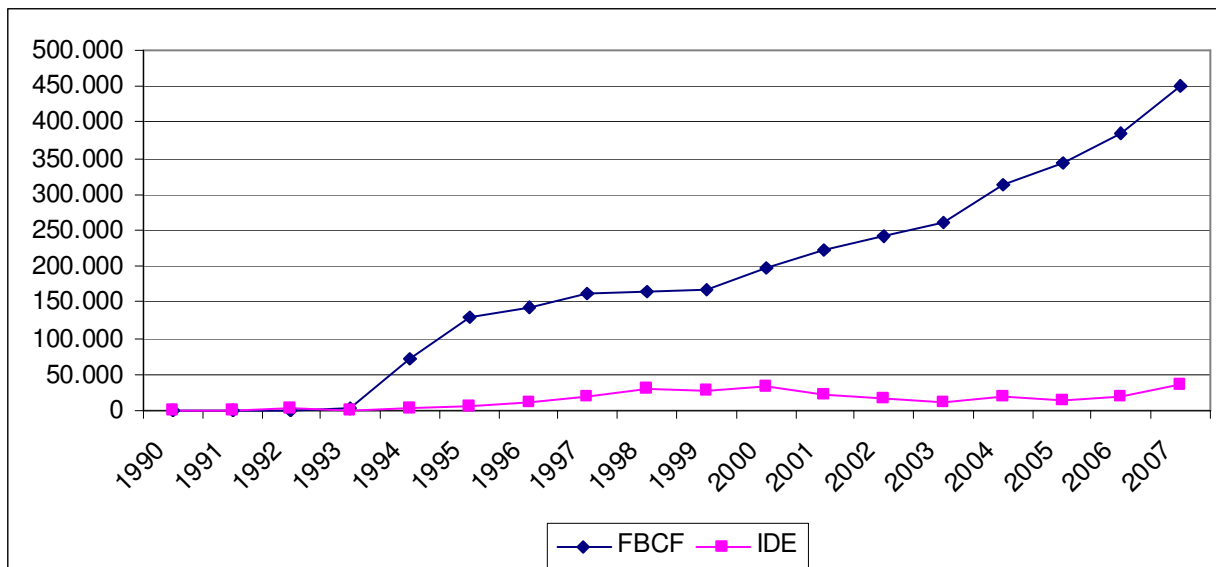
grande acessibilidade aos maiores mercados mundiais e, finalmente, pela abundância de recursos financeiros e gerenciais. Entretanto, nem tudo se constitui como benefício, afinal, problemas derivados de manipulações nos preços de transferência com o objetivo de evitar as tarifas domésticas, além de outras distorções comuns nas relações intrafirma e de possíveis divergências de interesses entre as matrizes e os países hospedeiros são freqüentes com a entrada de empresas estrangeiras na economia.

Neste contexto, como a valorização cambial contribuía para o aumento do déficit comercial - derivado, principalmente, da elevação das importações (Gráfico 33) -, em meados da década de 1990 o governo defendia que a instalação das multinacionais e a modernização das empresas nacionais promoveriam a elevação das exportações no momento subsequente. Mas enquanto este momento não chegava, acreditava-se que não haveria grandes transtornos com relação a este assunto, pois o acúmulo de reservas e o excesso de capitais seriam responsáveis pela manutenção do equilíbrio financeiro nacional.

O excesso de capitais podia ser associado, em grande parte, aos investimentos diretos estrangeiros, os quais, além de exigir, de forma implícita, o envio de moeda estrangeira para o exterior, devem ser entendidos como “quase-firmas”, isto é, o centro de decisões está localizado no país de origem, e geralmente as necessidades do país em que elas se instalam não são levadas em consideração.

Além disso, grande parte dos investimentos diretos estrangeiros foi destinada à aquisição de empresas nacionais, em detrimento da formação de novas capacidades produtivas, o que resulta na baixa contribuição dos IDE para os investimentos como um todo no Brasil (Gráfico 38), dado que a formação bruta de capital fixo somente ocorre quando novos investimentos são realizados no ativo adquirido, seja em termos de ampliação ou em termos de modernização.

GRÁFICO 38 – Formação Bruta de Capital Fixo e Investimento Direto Estrangeiro
Brasil – 1990-2007 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: IPEADATA. Elaboração própria.

Em 1995 o reflexo da crise mexicana (efeito tequila) provocou na economia brasileira uma forte retirada dos investidores internacionais – embora o saldo da Conta de Investimentos Diretos Estrangeiros tenha permanecido elevado - devido à possibilidade de que o governo não tivesse condições de bancar o déficit no Balanço de Pagamentos. Para manter os capitais no País, o governo aumentou a taxa de juros, o que provocou, direta e indiretamente, um grande aumento da dívida interna, uma estagnação do crescimento e uma forte vulnerabilidade da economia nacional.

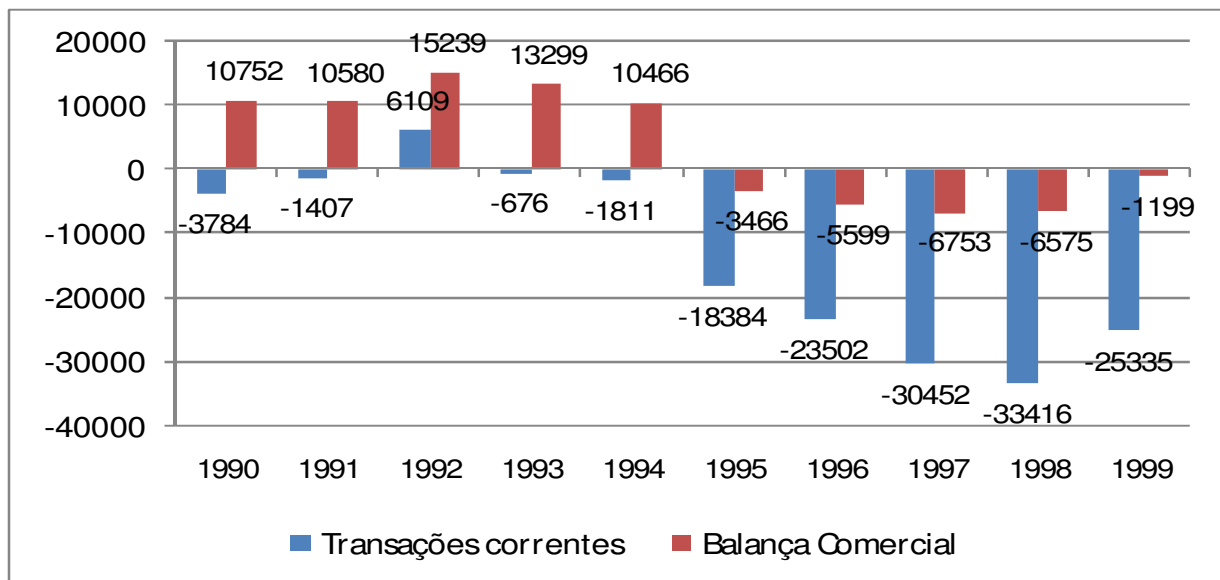
De acordo com Batista Júnior (2002, p.175),

[...] a vulnerabilidade da posição externa da economia brasileira decorre basicamente de três fatores: o elevado déficit em conta corrente, a excessiva abertura da conta de capitais e a insuficiência das reservas internacionais do país.

Podemos observar, através do Gráfico 39, que a segunda metade da década de 1990 foi marcada por profundos déficits em Transações Correntes, os quais resultam, em especial, dos consecutivos resultados negativos na Conta de Comércio brasileira entre os anos de 1995 e 2000.

GRÁFICO 39 – Transações Correntes e Balança Comercial

Brasil - 1990-1999 (Em US\$ milhões)

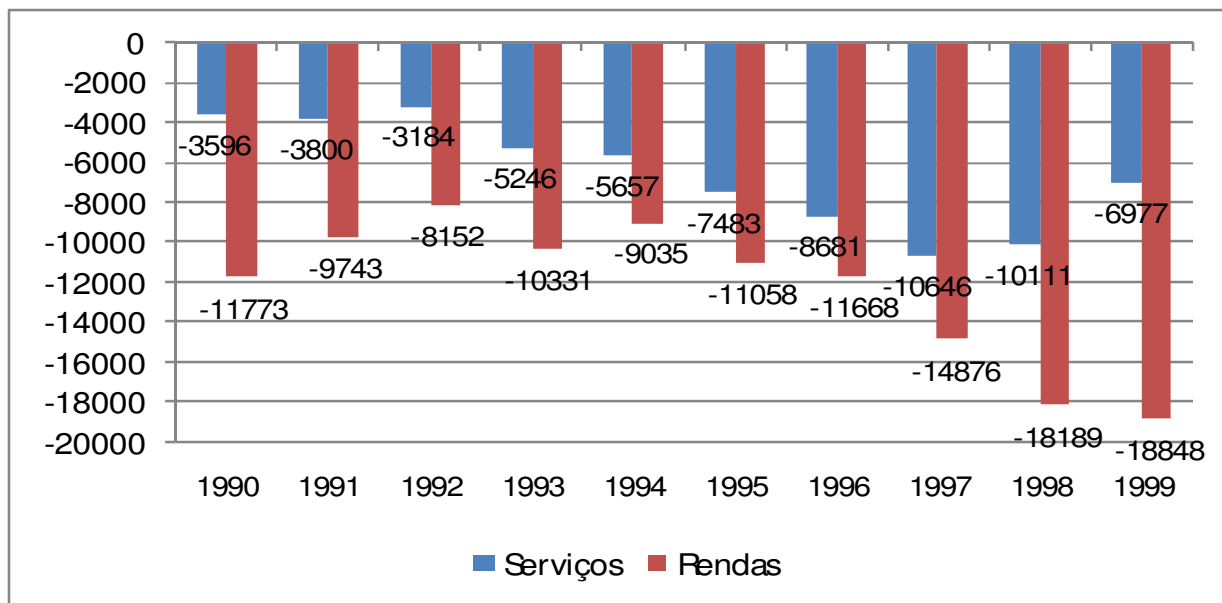


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Observa-se que nos anos 1990, além do saldo comercial negativo dos produtos de alto conteúdo tecnológico (Gráfico 37), o resultado deficitário da conta de Serviços e Rendas agravou-se progressivamente (Gráfico 40). Como vimos no Gráfico 37, somente as *commodities* primárias, as manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica contribuíram para atenuar este quadro. Os capitais externos de curto prazo se responsabilizavam pela outra parte, atraídos pelos elevados juros domésticos.

Assim, além do desequilíbrio na Conta de Comércio, as contas de Serviços e de Rendas tiveram um acréscimo em seu déficit, derivado principalmente da remessa de lucros, juros, *royalties* e outros tipos de pagamentos ao exterior, como reflexo desse processo de aprofundamento da desnacionalização da economia.

GRÁFICO 40 – Serviços e Rendas
Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

De acordo com Sarti e Laplane (1997), a entrada de IDE no Brasil está relacionada ao objetivo de racionalização e modernização da estrutura produtiva nacional, em um processo acelerado principalmente após a intensificação da abertura da comercial e financeira da economia brasileira a partir de 1994.

Dentre os fatores que mais estimularam o ingresso de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, Carneiro (2002) aponta para a abertura de novos setores ao IDE e a promoção de facilidades às empresas estrangeiras em termos do acesso ao sistema de crédito, aos benefícios fiscais e à remessa de capitais aos países de origem, sob a forma de lucros, dividendos e *royalties*. Desta forma, a entrada de IDE no Brasil passou a ser crescentemente incentivada pelo governo - com o objetivo de modernizar o parque produtivo nacional e contribuir com a elevação das exportações necessária para o fechamento do Balanço de Pagamentos.

Segundo Carneiro (2002, p.271),

[...] no que se refere ao acesso dos investidores estrangeiros ao mercado brasileiro de ativos reais e financeiros (...), as condições também se modificaram substantivamente ao longo da década. Considerando as duas formas do investimento estrangeiro – direto e porta-fólio-, houve uma expressiva modificação no que tange à regulação da primeira e o surgimento de um aparato regulatório para a segunda, inexistente até então.

Neste contexto, a legislação brasileira, por meio de alterações no marco regulatório, foi adaptada a fim de permitir que os capitais pudessem se movimentar com maior facilidade no País. Neste sentido, as formas de captação dos bancos e empresas – especialmente a Resolução 63 e a Lei nº 4.131 – foram modificadas, e passaram a substituir os tradicionais créditos bancários sindicalizados por títulos emitidos nos mercados internacionais de capitais.⁵¹

Podemos verificar, no Gráfico 41, que os investimentos em carteira (portfólio)⁵² predominaram no Brasil até o ano de 1997, quando foram superados pelos investimentos diretos estrangeiros. Desde então, os IDE representam os investimentos estrangeiros predominantes no País, o que significa, segundo Carneiro (2002, p.274) que,

[...] da perspectiva dos fluxos líquidos, melhorou a qualidade da captação cujo sentido foi o da substituição dos fluxos de maior pelos de menor volatilidade. Essa característica, todavia, não elimina a ampliação da vulnerabilidade do balanço de pagamentos, porque esta última está associada não só à volatilidade e reversibilidade dos fluxos, mas também, e em alguns momentos principalmente, ao comportamento dos estoques de capitais internalizados previamente.

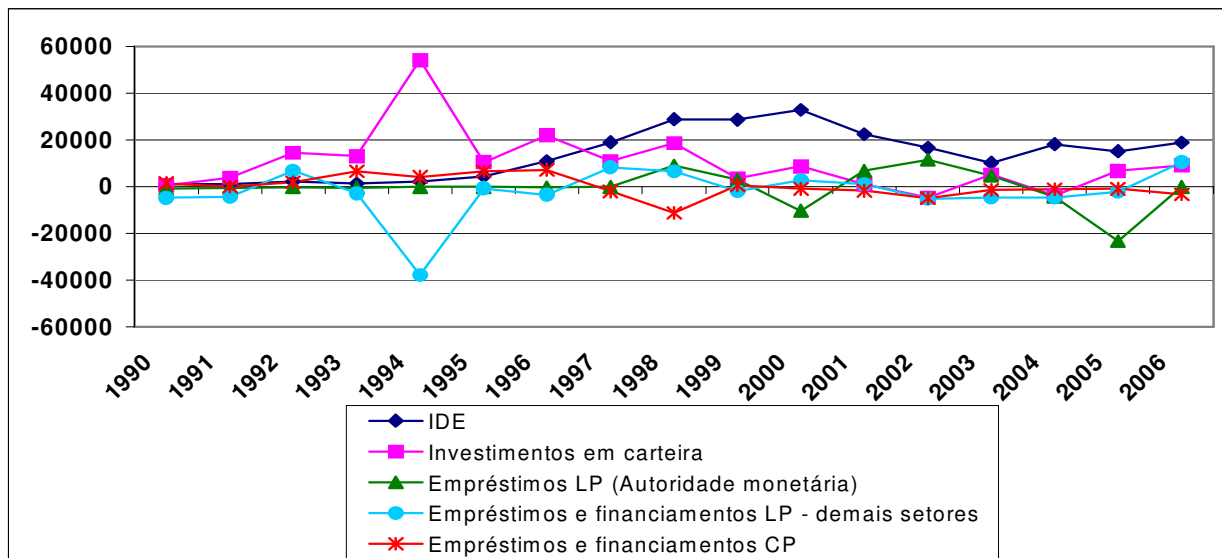
Além disso, Sarti e Laplane (1997) afirmam que os investimentos industriais realizados por empresas estrangeiras no Brasil crescem a reboque da expansão do mercado interno e concentram-se nos setores de bens de consumo duráveis. Mas, apesar dos investimentos industriais no País encontrarem-se praticamente estagnados, os autores afirmam que os investimentos estrangeiros crescem em proporção maior do que os investimentos nacionais, de modo que a participação do IDE em relação ao investimento global aumentou durante toda a década de 90, indicando o agravamento da internacionalização da produção industrial brasileira.

⁵¹ Ver Carneiro, 2002.

⁵² Os investimentos de portfólio (ou porta-fólio) possuem um caráter de curto prazo e direcionam-se, fundamentalmente, à compra de ações no mercado secundário e aos fundos de renda fixa, de privatização, de empresas emergentes, de investimento imobiliário etc.

GRÁFICO 41 – Fluxo de Capitais – itens selecionados

Brasil – 1990-2006 (Em US\$ milhões)



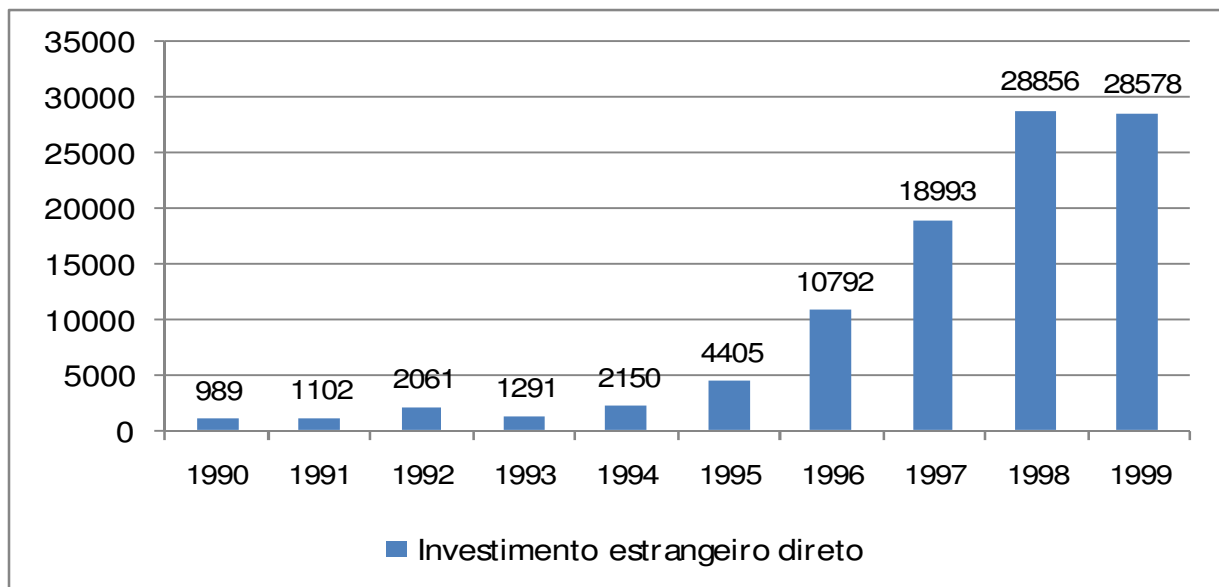
Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Neste sentido, a década de 1990 teve início com um saldo de US\$ 989 milhões na Conta de Investimentos Diretos Estrangeiros e, em 1991, o saldo foi de US\$ 1,1 bilhão (Gráfico 42). A assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, contribuiu para a posterior elevação do ingresso de IDE no Brasil, dado que, além de fortalecer os laços comerciais entre os países membros – Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina - o acordo visava a complementação das estruturas produtivas entre estes países.⁵³ Após uma breve queda registrada em 1993, a partir de 1994 a tendência da Conta de Investimentos Diretos Estrangeiros foi fortemente ascendente até o ano de 1999, quando houve uma ligeira redução do saldo.

⁵³ Ver Mattos, Cassuce e Campos (2007).

GRÁFICO 42 – Investimento Estrangeiro Direto

Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O aumento dos Investimentos Diretos líquidos deriva da percepção, por parte dos estrangeiros, de uma conjuntura de menor risco para os investimentos. Neste contexto, a estabilização monetária, o “bom” estado dos fundamentos macroeconômicos, a abertura comercial e financeira e a valorização do câmbio derivados do Plano Real geraram um ambiente propício à realização de novos investimentos, o que, por sua vez, estimulou a entrada de IDE.

Mais uma vez, acreditava-se que as multinacionais, além de modernizarem o parque produtivo nacional, promoveriam uma elevação das exportações e, talvez, contribuíssem para a reversão do período de consecutivos déficits comerciais iniciado em 1995. Conforme Sarti e Laplane, isto decorre da visão teórica dos gestores da política econômica no Brasil, a qual acreditava que

[...] o capital estrangeiro desempenha papel crucial na nova fase de expansão: financia o crescimento e os desequilíbrios externos transitórios, participa ativamente na reestruturação industrial, fornecendo recursos tecnológicos para a modernização organizacional e produtiva, e garante acesso a canais de comércio internacional. Dessa forma, a intensificação da internacionalização produtiva é uma dimensão importante da remoção dos obstáculos ao crescimento sustentado. (SARTI e LAPLANE, 1997, p.143)

Entretanto, o centro de decisões das multinacionais está instalado em suas matrizes e, portanto, não costuma levar em consideração as necessidades dos países hospedeiros, além do que a atenção destas empresas estava voltada para o enorme potencial do mercado interno, e não para a produção para exportação, conforme já ressaltaram Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Além disso, ainda de acordo com Sarti e Laplane (1997), a tendência seguida pelas multinacionais é de crescente contribuição para o aumento das importações - especialmente de matérias-primas e componentes utilizados na produção de equipamentos mecânicos e de bens de capital.

Simultaneamente, em períodos de expansão da demanda interna, o desempenho exportador das multinacionais fica abaixo da média nacional. Os efeitos de encadeamento gerados por tais empresas também se encontram em um nível inferior aos gerados pelas empresas nacionais, o que pode ser justificado pela crescente especialização das filiais - cujas necessidades tecnológicas são supridas pelas matrizes - e pela restrição imposta pela crescente demanda por matérias-primas e componentes importados.⁵⁴

O intenso programa de privatizações iniciado em 1996 colaborou para que grande parte dos IDE's ingressantes no Brasil se direcionasse à aquisição de empresas nacionais, e não à construção de nova capacidade. Além disso, a entrada de investimentos diretos estrangeiros no Brasil durante toda a década de 1990 - a fim de contribuir, juntamente com os investimentos e portfólio e os empréstimos de longo prazo, para financiar os déficits em Conta Corrente -,⁵⁵ foi estimulada por taxas de juros elevadas, as quais tinham também a finalidade de controlar o nível da atividade econômica e das importações. Assim, de acordo com Sarti e Laplane (2006), todos estes fatos servem para reafirmar o aprofundamento - em piores condições - da desnacionalização brasileira.

Os investimentos diretos estrangeiros ingressantes no Brasil na década de 1990 destinaram-se, especialmente ao mercado interno ou regional, caracterizando-se, predominantemente, como investimentos do tipo *market seeking*. Devemos salientar também o crescimento dos IDE's destinados ao setor de serviços, em detrimento da indústria. De acordo com Sarti e Laplane (1997), a participação de 23% do setor de serviços no estoque de investimentos diretos estrangeiros no Brasil em 1989 subiu para 42,5% em 1995. Tal elevação se

⁵⁴ Sobre este tema, discorrem também De Negri, 2005; Sarti e Laplane, 2006; Hiratuka, 2003; e Gonçalves, 2003.

⁵⁵ Sarti e Laplane, 1997.

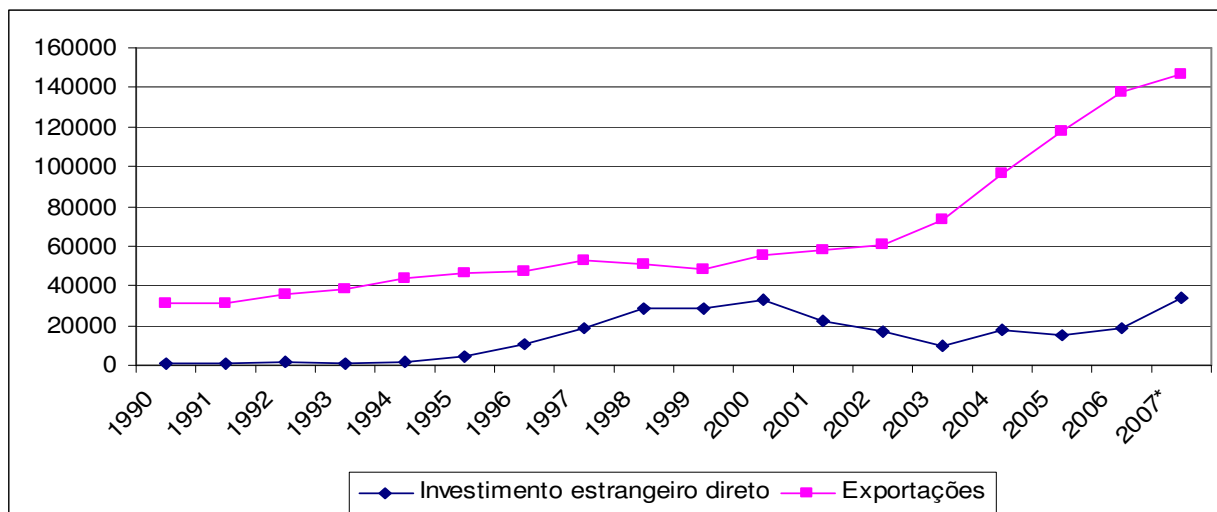
deve, especialmente, aos serviços de utilidade pública, tais como telecomunicações, energia elétrica, transportes etc. Dando continuidade a esta tendência, Sarti e Laplane (2003) registraram que 85% do IDE no Brasil destinou-se ao setor de serviços, os quais, como agravante do problema crucial que aqui nos ocupa, são setores *non tradables*, isto é, não geradores de divisas, mas que, por outro lado, são potenciais importadores, agravantes dos déficits na Conta Comercial, assim também como na de Serviços e Rendas, por suposto.

Sarti e Laplane (1997) previam uma provável (e posteriormente confirmada) queda do volume de investimentos estrangeiros no Brasil após a estagnação ou finalização do processo de privatizações intensamente acelerado na segunda metade da década de 90. Este fato, derivado do baixo dinamismo do mercado interno, determinaria conseqüências ainda mais graves, relacionadas à continuidade da remessa de divisas ao exterior pelas empresas estrangeiras aqui instaladas, contudo sem poder contar com novos IDE's para financiar tal remessa.

O IDE, além disso, provoca um aumento nas importações de insumos, complementos e bens de capital, a fim de que os produtos das multinacionais sejam produzidos (ou muitas vezes simplesmente montados) no Brasil. Neste sentido, assemelha-se ao investimento nacional e gera um déficit (teoricamente transitório) na Balança Comercial. A justificativa para este tipo de investimento concentrava-se no fato de que este déficit seria compensado, a médio e longo prazo, pelas exportações geradas pelas empresas estrangeiras aqui instaladas, de forma a produzir superávits na Conta de Comércio e até mesmo nas Transações Correntes.

Contudo, a vinda destas empresas para o País, apesar de implicar no aumento da eficiência e da competitividade, não gera, necessariamente, elevação das exportações e superávits comerciais, como pode ser notado no Gráfico 43, que mostra que em alguns períodos, mesmo com o comportamento crescente do Investimento Direto Estrangeiro, as exportações estavam em queda e, alternativamente, períodos de exportações crescentes não coincidem, necessariamente, com a expansão do IDE. Além do mais, as vantagens oferecidas pelo Brasil que atraem o IDE são encontradas, na maioria das vezes, em setores intensivos em recursos naturais, dado que nos outros setores, por exemplo, intensivos em capital ou em tecnologia, o País não oferece atratividade suficiente para que as empresas estrangeiras se instalem e promovam as exportações.

GRÁFICO 43 – Investimento Direto Estrangeiro e Exportações
Brasil – 1990-2007 (Em US\$ milhões)



*Acumulado de Janeiro a Novembro.

Fonte de dados: Relatório do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Portanto, podemos notar que, ao compararmos a internacionalização dos anos 1990 e 2000 com aquela analisada por Oliveira, Furtado e Prado Júnior, a nova internacionalização é de qualidade pior: renovam-se, assim, - de forma agravada -, as condições analisadas por estes pensadores.

Sarti e Laplane (1997, p.176) afirmam que

[...] a excessiva dependência do financiamento externo para manter o crescimento não é apenas consequência de uma conjuntura que apresenta condições internacionais favoráveis, mas também da incapacidade de vencer o desafio da construção de canais de mobilização da poupança doméstica.

Os autores, corroborando o ponto fundamental a ser destacado neste trabalho, completam a sua análise ao ressaltarem que

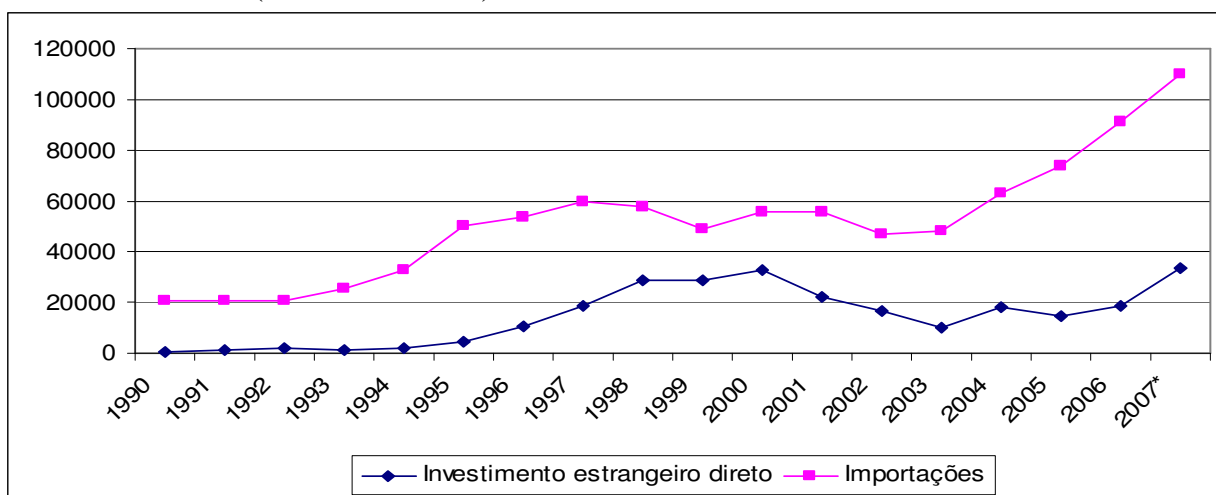
[...] a despeito de a globalização, a abertura e a privatização aparentemente oferecerem um 'atalho' para retomar o crescimento sustentado, os 'problemas de industrialização avançada em capitalismos tardios e periféricos' permanecem. Os parâmetros podem ter mudado, mas a natureza dos problemas e a incapacidade de contorná-los, pela via da modernização conservadora, permanecem. (SARTI e LAPLANE, 1997, pp.176-177).

Acreditava-se que a entrada de IDE na economia brasileira seria de extrema importância para o crescimento e a modernização do parque produtivo nacional, além de se constituir como

uma nova forma de financiamento de longo prazo, a fim de suprir a insuficiência de poupança doméstica com a atração crescente de poupança externa. Entretanto, os autores afirmavam que o IDE, ao invés de provocar a redução da restrição estrangeira ao crescimento, provocaria a o aprofundamento de tal restrição.

Isso porque, de acordo com Sarti e Laplane (1997), ao contrário do que se imaginava, maiores que as exportações geradas pelas empresas estrangeiras aqui instaladas, passaram a ser as importações de insumos, máquinas e componentes necessários para que a produção fosse realizada (Gráfico 44), de modo que a contribuição destas empresas para o saldo comercial tornou-se muito pouco significativa, ou até mesmo prejudicial.

GRÁFICO 44 – Investimento Direto Estrangeiro e Importações
Brasil – 1990-2007 (Em US\$ milhões)



*Acumulado de Janeiro a Novembro.

Fonte de dados: Relatório do Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

De acordo com Sarti e Laplane (2006, p.5), nos anos 1990,

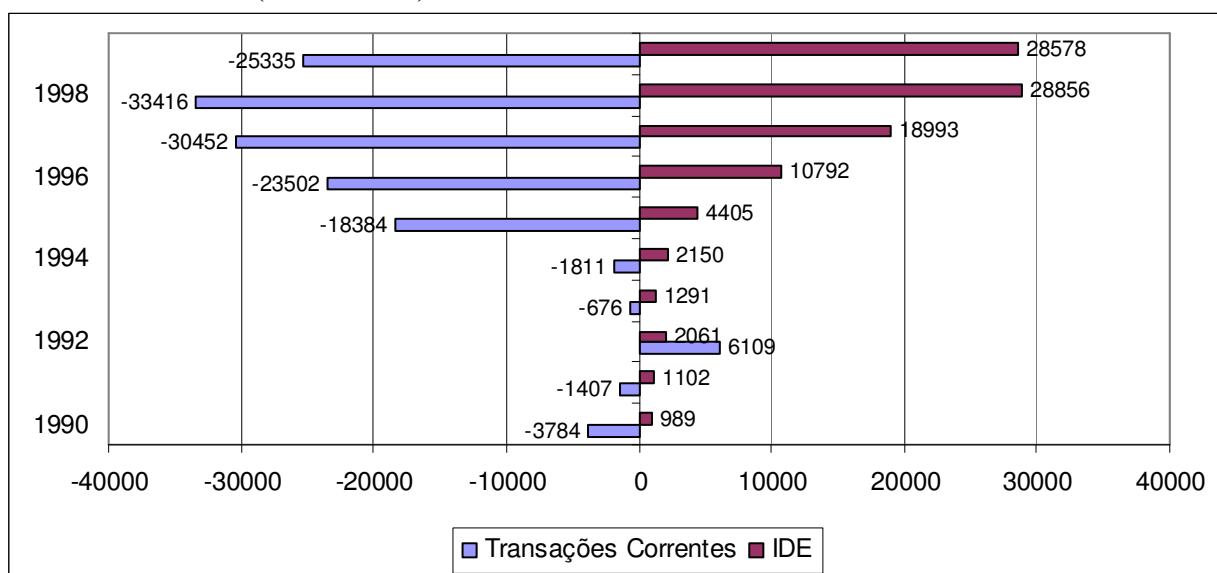
[...] a sobrevalorização da taxa de câmbio e os juros elevados fizeram com que as empresas industriais procurassem atalhos para melhorar rapidamente sua competitividade, atualizando produtos, substituindo insumos nacionais por importados e modernizando equipamentos. Paradoxalmente, a melhora rápida da eficiência dos produtores locais (tanto empresas nacionais como filiais de empresas estrangeiras) foi facilitada pelo relativo atraso tecnológico acumulado nos anos 1980, particularmente nos setores voltados para o mercado interno.

Desta forma, para os autores, a tecnologia foi sendo atualizada através da incorporação dos procedimentos adotados no exterior, o que representou, para as empresas, a forma mais rápida e mais barata de ter acesso às inovações estrangeiras e, assim, aumentar a competitividade.

Pode-se observar, portanto, que os efeitos da internacionalização da indústria neste período - derivada do aumento da parcela de importação pelas empresas estrangeiras em relação às exportações realizadas por elas - têm uma relação muito maior com a forte desnacionalização industrial do que com uma melhor inserção em termos de competitividade, eficiência e conquista de novos espaços no mercado mundial.

Com relação à cobertura do déficit em Transações Correntes pelos investimentos diretos estrangeiros, este fato somente ocorreu, durante a década de 1990, nos anos de 1993, 1994 e 1999 (Gráfico 45). Neste ano, a forte entrada de recursos externos direcionados às privatizações foi contrabalançada pelas turbulências derivadas da alteração do regime cambial, o que determinou uma leve queda no ingresso de IDE no Brasil, entretanto, em um montante suficiente para cobrir o déficit em Transações Correntes, no valor de US\$ 25,33 bilhões.

GRÁFICO 45 – Investimento Direto Estrangeiro e Transações Correntes
Brasil – 1990-1999 (Em milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Sarti e Laplane (2002) outra vez apontam para o aumento da internacionalização da economia brasileira derivado da elevação do fluxo de investimentos diretos estrangeiros. Esta

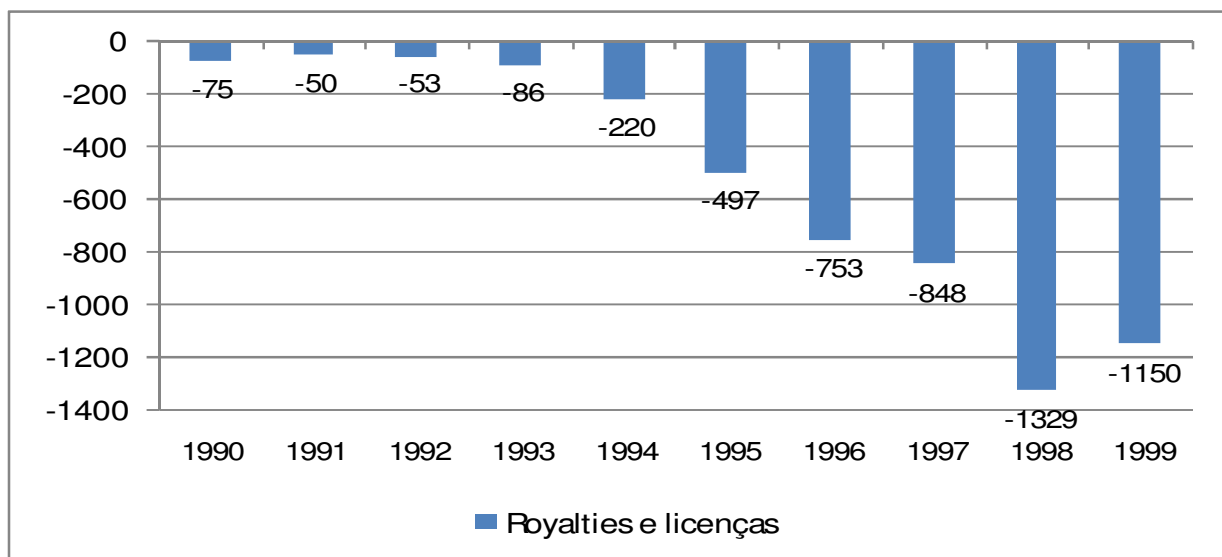
internacionalização pode ser notada tanto no âmbito da desnacionalização, com relação à aquisição de empresas nacionais por grupos estrangeiros mais do que proporcional à aquisição de empresas estrangeiras por grupos nacionais; quanto no âmbito do nível de importações realizadas pelas multinacionais aqui instaladas, geralmente superior ao conteúdo exportado por elas.

Os autores alertam para o fato de que, apesar dos investimentos diretos estrangeiros promoverem um ganho de eficiência e competitividade nos setores em que adentram, tal ganho é contrabalançado pelo aumento de importações, principalmente aquelas relacionadas a componentes e tecnologia e pelo não acompanhamento proporcional com relação às exportações. Deste modo,

[...] o aumento da eficiência no plano micro tem como contrapartida macroeconômica indesejada o agravamento do déficit comercial, de serviços e de renda (juros, lucros e *royalties*). Paradoxalmente, portanto, o fluxo de investimentos estrangeiros se traduz, no médio e longo prazo, no agravamento, e não na redução da restrição de divisas. (Sarti e Laplane, 2002, p. 64)

Os resultados da Conta *Royalties* e Licenças, apesar de historicamente deficitários, somente se tornaram expressivos a partir de 1994, ano caracterizado pelo aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira (Gráfico 46).

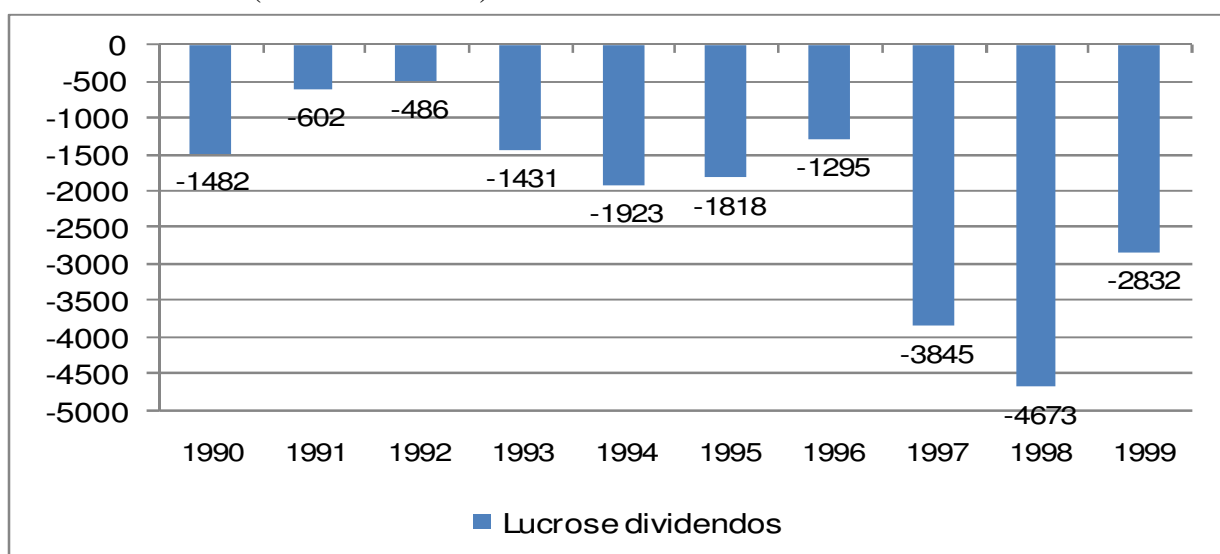
GRÁFICO 46- *Royalties* e Licenças
Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O primeiro triênio da década de 1990 registrou quedas sucessivas nas remessas de Lucros e Dividendos – 32% em 1990, 59,38% em 1991 e 19,27% em 1992 – de forma que em 1992 foram remetidos US\$ 486 milhões ao exterior (Gráfico 47). A partir de 1993, embora a remessa de Lucros e Dividendos tenha apresentado queda em alguns anos – 1995, 1996, 1999 –, a tendência de crescimento é visível, especialmente nos anos de 1997 e 1998, período marcado por um grande volume de privatizações. É válido destacar o considerável incremento da remessa de Lucros e Dividendos em 1997, o qual se deve, principalmente, ao envio de lucros de subsidiárias e filiais às suas matrizes, além da remuneração do capital próprio, na forma de juros.

GRÁFICO 47 - Lucros e Dividendos
Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)

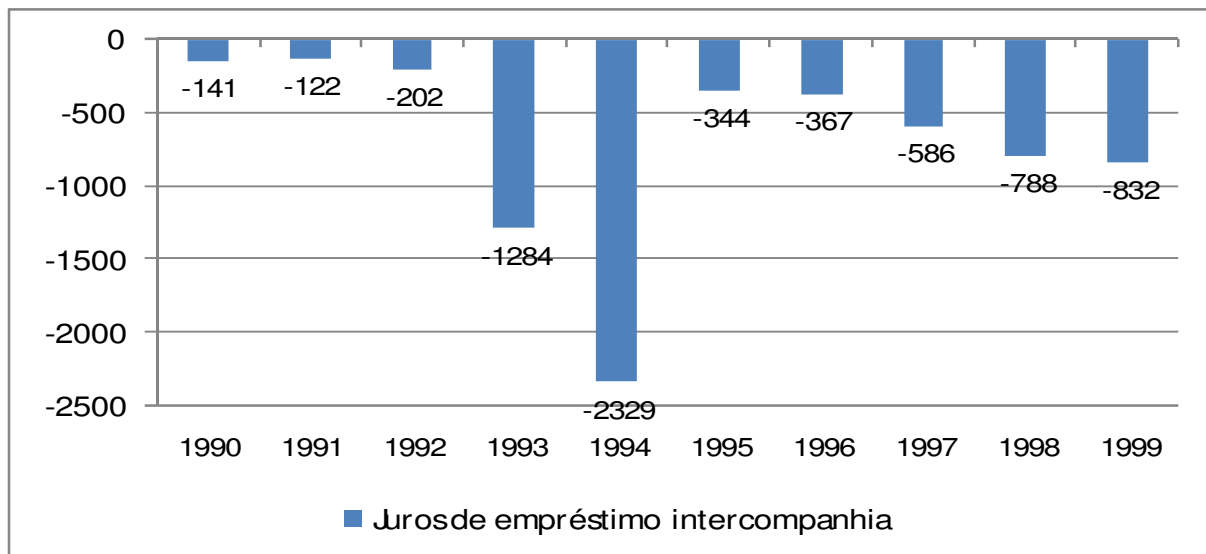


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No ano de 1992 houve uma reversão da tendência de queda apresentada pelos Juros de Empréstimos Intercompanhia desde 1982, o que culminou no ápice de juros pagos em 1994 (Gráfico 48). Apesar de uma importante redução em seu montante ter sido verificado em 1995, uma nova tendência de alta teve início a partir de então.

GRÁFICO 48 – Juros de Empréstimo Intercompanhia

Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)

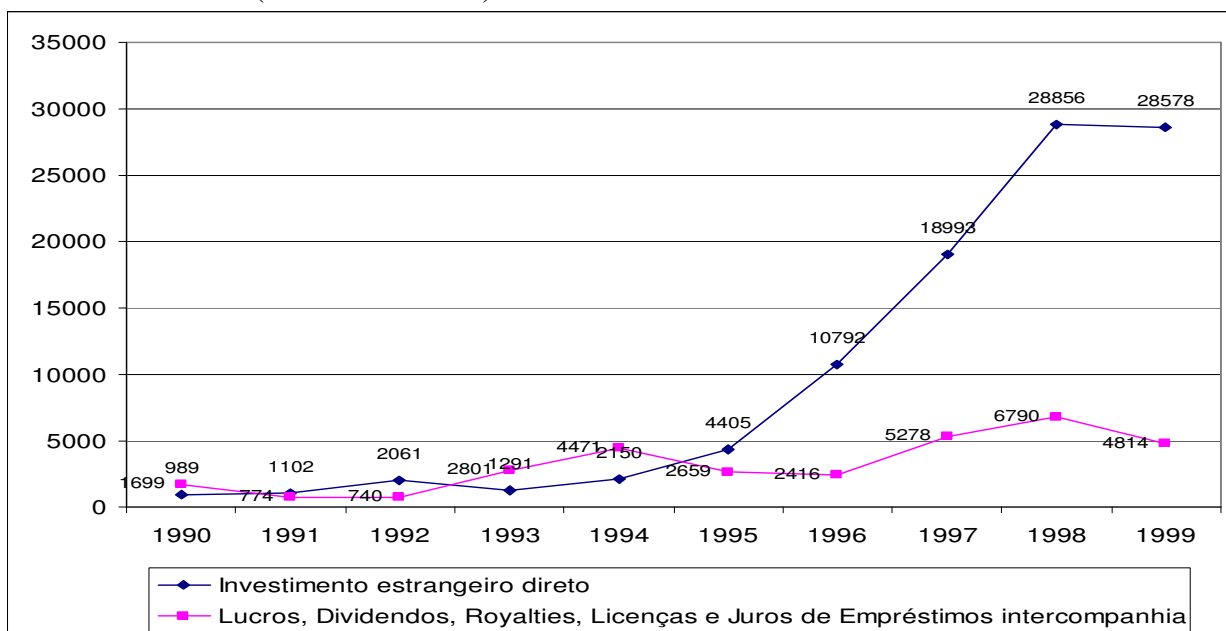


Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Como pode ser notado no Gráfico 49A, geralmente as remessas de divisas (Lucros, Dividendos, *Royalties*, Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia) ao exterior acompanham o comportamento ascendente do investimento direto estrangeiro. Todavia, o fato deste comportamento ser descendente não implica que a remessa de divisas se comporte, necessariamente, da mesma forma, o que pôde ser observado no Brasil em 1992.⁵⁶ Esta situação agravou-se ainda mais nos anos de 1993 e 1994, quando houve uma superioridade da remessa de divisas ao exterior sob a forma de Lucros, Dividendos, *Royalties*, Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia em relação ao ingresso de IDE. Considerando o conjunto das contas de Serviços e Rendas, o Gráfico 49B mostra que ao longo de toda a década de 1990 – com única exceção de 1999 – os IDEs foram de longe insuficientes para cobrir os saldos negativos dessas contas.

⁵⁶ Uma queda na remessa de lucros e dividendos pode significar, por exemplo, um aumento dos lucros reinvestidos no País ou uma elevação do pagamento de juros de empréstimos intercompanhia.

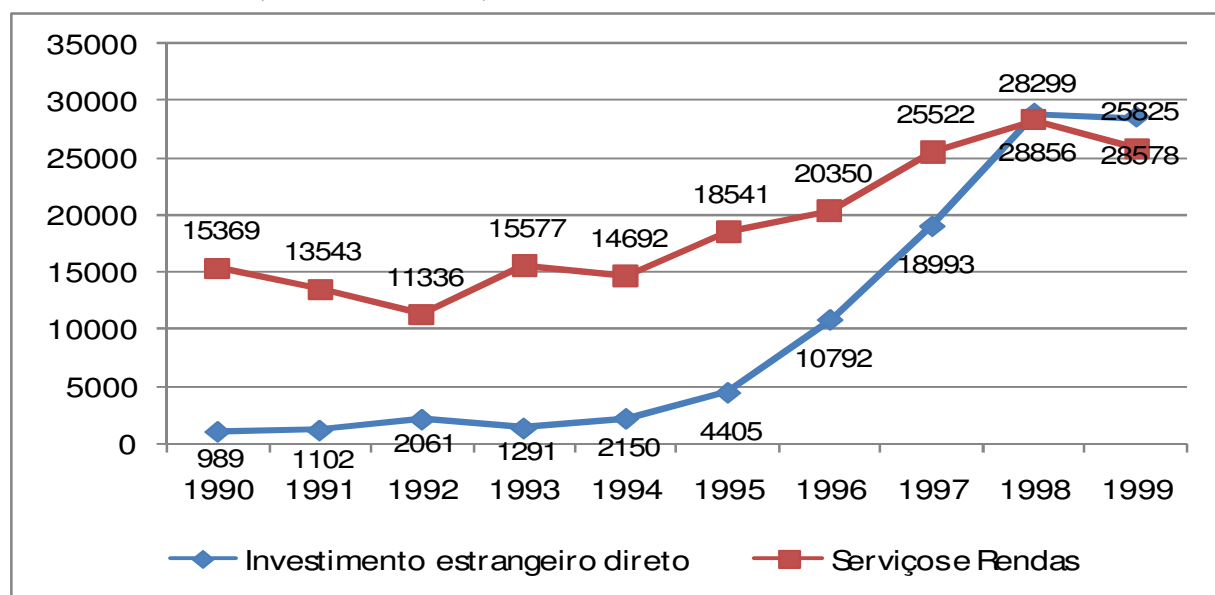
GRÁFICO 49.A – Investimento Estrangeiro Direto e Remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia
Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



*Os valores das Contas de Remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia correspondem a números negativos.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

GRÁFICO 49.B – Investimento Estrangeiro Direto e Serviços e Rendas*
Brasil – 1990-1999 (Em US\$ milhões)



*Os valores das Contas Serviços e Rendas correspondem a números negativos.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

De Negri (2005) aponta para a importância das transnacionais para a formação e o crescimento do parque industrial brasileiro e para o sucesso da substituição de importações. Também defende a maior probabilidade de exportação das empresas estrangeiras perante as nacionais, contudo, os resultados obtidos em seu estudo mostram que o grau de abertura das transnacionais pode ser maior em relação aos coeficientes de importação do que os de exportação. Isto é, a probabilidade de que as empresas estrangeiras importem mais do que as nacionais pode ser até mesmo maior do que a probabilidade de que exportem mais.⁵⁷ Este fato torna a contribuição das transnacionais – principalmente as exportadoras de bens intensivos em tecnologia - para o Brasil ainda não conclusiva, pois elas parecem ser, ao mesmo tempo, mais participantes do comércio internacional e mais dependentes de importações, de modo a gerar um saldo de comércio negativo. Neste contexto, a autora analisou as relações de comércio exterior no Brasil entre as firmas nacionais e estrangeiras⁵⁸ de acordo com o conteúdo tecnológico dos produtos comercializados entre os anos de 2000 e 2003.

TABELA 8 - Comércio Exterior Brasileiro, Segundo Origem de Capital das Firms e Intensidade Tecnológica do Produto
Brasil – 2000-2003 (Em US\$ milhões)

Intensidade tecnológica do produto	Firmas nacionais					Firmas estrang.				
	Exp.	%	Imp.	%	Saldo	Exp.	%	Imp.	%	Saldo
<i>Commodities</i>	66.489	43	14.781	13	51.708	29.447	32	984	7	22.463
Trabalho e recursos naturais	27.832	18	7.348	7	20.485	4.839	5	4.048	4	792
Baixa intensidade	15.568	10	3.304	3	12.265	3.737	4	3.498	4	240
Média intensidade	9.596	6	23.950	21	(14.354)	34.541	38	35.516	37	(975)
Alta intensidade	20.908	13	30.950	28	(10.041)	16.294	18	42.340	45	(26.046)
Não classificados	15.037	10	31.587	28	(16.550)	2.438	3	2.489	3	(50)
Total	155.432	100	111.919	100	43.513	91.297	100	94.874	100	(3.577)

Fonte: Secex e Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central. Elaboração: DE NEGRI, 2005.

De acordo com a Tabela 8, as empresas estrangeiras concentram suas exportações nos bens com média intensidade tecnológica e em *commodities* e, as nacionais, nas exportações de

⁵⁷ Sobre este tema também discorrem Britto, 2003; Gonçalves, 2003; e Hiratuka, 2003.

⁵⁸ Todas as empresas cuja participação majoritária do capital fosse externa foram consideradas estrangeiras.

commodities e, em menor grau, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais. As exportações de bens de média intensidade tecnológica destinam-se, principalmente ao mercado latino-americano, o que explicita a importância do mercado regional para a atração de IDE no Brasil.

Ou seja, confirmando-se as observações de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Francisco Oliveira, as transnacionais aqui instaladas destinam sua produção principalmente para o mercado interno ou regional (Mercosul, por exemplo), uma vez que não são competitivas nos mercados centrais, assim como também tais mercados estão fora de suas estratégias.

Com relação às empresas exportadoras de *commodities*, não há diferenças significativas entre as nacionais e as estrangeiras, pois ambas apresentam superávits comerciais significativos. O estudo apresenta que a ausência de diferenças significativas é semelhante nas empresas exportadoras de bens com elevada utilização de tecnologia, dado que a discrepância existente em relação às exportações das firmas nacionais e estrangeiras é menor do que a existente entre as empresas de média e baixa intensidades. Neste sentido, a autora chama a atenção para o fato de que a liderança tecnológica das transnacionais não significa um desempenho externo muito diferente das empresas nacionais em termos de bens com elevada intensidade tecnológica no Brasil. E este resultado se deve, principalmente, ao grande volume de importações realizado por aquelas empresas.

O estudo também indica que o elevado coeficiente de importação por parte das empresas estrangeiras está, muitas vezes, relacionado à importação de matérias-primas, peças e componentes utilizados na produção - principalmente por parte das empresas exportadoras de bens com alta intensidade tecnológica -, e em menor número de vezes, associado à importação de bens complementares aos produzidos internamente.

Também é avaliada a contribuição das empresas estrangeiras para a alteração do padrão de especialização produtiva nacional, dado que o Brasil é tradicionalmente especializado na produção de *commodities* e bens intensivos na utilização de trabalho e recursos naturais. Assim, como as transnacionais geralmente são líderes em inovação e diferenciação de produtos em seus países de origem, acreditava-se que elas contribuiriam para a incorporação de produtos com maior conteúdo tecnológico na pauta de exportações brasileira.

Mas a autora explica que as

[...] características de liderança das transnacionais não são, por si só, garantia de que o país possa, por meio delas, entrar em mercados de maior conteúdo tecnológico. Aspectos relativos ao tipo de atuação e às estratégias das multinacionais no mercado doméstico podem ser mais relevantes, do ponto de vista de seus impactos sobre o comércio exterior do país, que a própria capacitação tecnológica dessas empresas. Assim, o fato dos investimentos estrangeiros no Brasil serem essencialmente *market seeking* pode reduzir o potencial impacto positivo das ETs na balança comercial brasileira.⁵⁹ (DE NEGRI, 2005, p.19)

Além disso, as relações intrafirma e as estratégias comerciais das transnacionais podem determinar alterações no padrão de comércio dos países hospedeiros, dada a possibilidade de transferência de produtos intensivos em tecnologia no sentido matriz-filial.

Com relação à atuação das firmas estrangeiras no cenário nacional no que tange ao agronegócio, Benetti (2004) discorre a respeito da contribuição das multinacionais para o aumento das exportações de soja, das frutas cítricas, álcool, açúcar e fumo. A autora afirma que a globalização permitiu ao agronegócio brasileiro a incorporação dos padrões de produção apresentados pelos países desenvolvidos, padrões estes que envolvem novas tecnologias e também novos produtos e processos, os quais, por sua vez, implicaram numa diversificação e segmentação do setor agrícola semelhante ao setor industrial, e até mesmo na associação destes dois setores.

Segundo Benetti (2004), a indústria de biotecnologia agrícola, a qual é responsável pelo comando das grandes transformações na cadeia industrial, juntamente com a indústria agroquímica e sementeira, necessitam de vultuosos investimentos para a realização de pesquisas e desenvolvimento, além do que tais pesquisas apresentam riscos elevados, seus resultados somente aparecerem no médio ou longo prazo. Por isso, geralmente este tipo de indústria apresenta um porte bastante elevado, a fim de que as economias de escala e escopo possibilitem a realização dos grandes investimentos.

Na maior parte das vezes, as empresas nacionais não possuem a capacidade de realizar tais investimentos, de modo que as firmas estrangeiras acabaram por se fundir ou mesmo adquirir as firmas domésticas, e encontraram, no processo de integração vertical, uma alternativa para reduzir os elevados riscos intrínsecos à pesquisa tecnológica.

Assim, a autora afirma que as empresas-líderes no setor agroquímico, de biotecnologia e sementes instalaram suas filiais no Brasil, promovendo centralização patrimonial e concentração

⁵⁹ Os investimentos *market seeking* englobam aqueles IDEs destinados principalmente aos mercados doméstico ou regional.

nos respectivos mercados brasileiros. Este processo ocorreu de forma particularmente intensa no cultivo da soja, dado que, além da forte presença de multinacionais neste cultivo, uma empresa específica, a Monsanto, realizou uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA, com vistas a aproveitar todo o material genético reunido por esta para desenvolver suas pesquisas tecnológicas, controlando, assim, o mercado brasileiro da oleaginosa. A Monsanto também participa do mercado de defensivos químicos, a fim de evitar a incompatibilidade entre suas sementes e os seus defensivos.

Com relação aos adubos e fertilizantes, utilizados em praticamente todos os cultivos agrícolas, entre eles a soja, Benetti discorre que a escassez das jazidas de fósforo – um dos três componentes dos principais fertilizantes básicos, constituídos por nitrogênio, fósforo e potássio – e a privatização deste setor na década implicaram numa elevadíssima concentração industrial, apoiada em empresas transnacionais.

Benetti também discorre a respeito da forte participação de empresas estrangeiras e, assim, de fortes barreiras à entrada de novas empresas, tanto com relação ao acesso a novos conhecimentos e às matérias-primas, quanto a respeito da industrialização, processamento, comercialização e distribuição agrícola, num processo de desnacionalização de toda a cadeia produtiva agroalimentar.

O estudo desta autora também aponta para o aumento da participação das exportações agrícolas na pauta de exportações brasileira na década de 1990, para o aumento da quantidade exportada com relação à quantidade produzida e também para a elevação da participação das denominadas ‘*commodities* puras’, isto é, matérias-primas brutas, tais como soja em grãos e farelo; carnes de aves e bovinos; açúcar e álcool; café; fumo e tabaco; celulose e papel; e madeiras.⁶⁰ Neste contexto, a Tabela 9 mostra a importância do agronegócio para a sustentação do saldo da Balança Comercial brasileira.

⁶⁰ O farelo de soja, apesar de se constituir com um resíduo do processo de esmagamento, é considerado uma *commodity* pura.

TABELA 9 - Balança Comercial e Balança Comercial do Agronegócio
Brasil – 1989-2007 (Em US\$ bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part. % (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,120	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,753	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,041	3,642	17,31	10,579	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,792	8,613	17,30	-3,286	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,367	44,09	59,747	8,193	13,71	-6,753	15,173
1998	51,140	21,546	42,13	57,763	8,041	13,92	-6,624	13,505
1999	48,013	20,494	42,68	49,302	5,694	11,55	-1,289	14,800
2000	55,119	20,592	37,36	55,851	5,756	10,31	-0,732	14,836
2001	58,287	23,846	40,91	55,602	4,801	8,64	2,685	19,045
2002	60,439	24,826	41,08	47,243	4,449	9,42	13,196	20,377
2003	73,203	30,627	41,84	48,326	4,746	9,82	24,878	25,881
2004	96,678	39,003	40,34	62,836	4,831	7,69	33,842	34,172
2005	118,529	43,589	36,77	73,600	5,110	6,94	44,929	38,479
2006	137,807	49,424	35,86	91,351	6,696	7,33	46,457	42,728
2007	160,649	58,420	36,37	120,621	8,719	7,23	40,028	49,701

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); elaborado por: CGOE / DPI / SRI / MAPA⁶¹; apud Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Sobre a contribuição das multinacionais para o aumento da participação das *commodities* na pauta de exportações brasileira e a respeito da autonomia de tais empresas neste processo, isto é, se elas atuam de forma passiva - simplesmente reagindo ao mercado -, ou se elas obedecem a estratégias de decisão globais, externas às filiais domésticas, a autora aponta que

[...] independentemente das sobredeterminações institucionais que estiveram a influenciar as formas concretas de dissociação territorial do processo produtivo pelas multinacionais, defende-se que a forma *commodity* de inserção comercial recente do agronegócio brasileiro nos mercados globais está relacionada às estratégias globais dos grandes grupos multinacionais. Aceita a premissa metodológica, pode-se concluir que a atuação das corporações globais no espaço brasileiro contribuiu para reforçar e dar novo alento a uma já conhecida divisão internacional do trabalho entre regiões centrais e periféricas e que alterações nesse quadro, em um horizonte de médio prazo, dependerão, de forma importante, do desenvolvimento e das estratégias das corporações globais. (BENETTI, 2004, p.172)

⁶¹ Coordenação Geral de Organização para Exportação (CGOE); Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI); Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Desta forma, pode-se afirmar que a internacionalização brasileira no que tange ao agronegócio obedece a tendências semelhantes à internacionalização da economia como um todo, isto é, segue estratégias externas e, nos casos em que determina a elevação das exportações, geralmente não gera incorporação significativa de conteúdo tecnológico, tampouco de valor agregado ou de relações de encadeamento com outros setores, razão pela qual o saldo da Balança Comercial e das Transações Correntes segue seu padrão histórico de ser coberto com exportações de *commodities* e manufaturas intensivas em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica.

2.2 – Os anos 2000

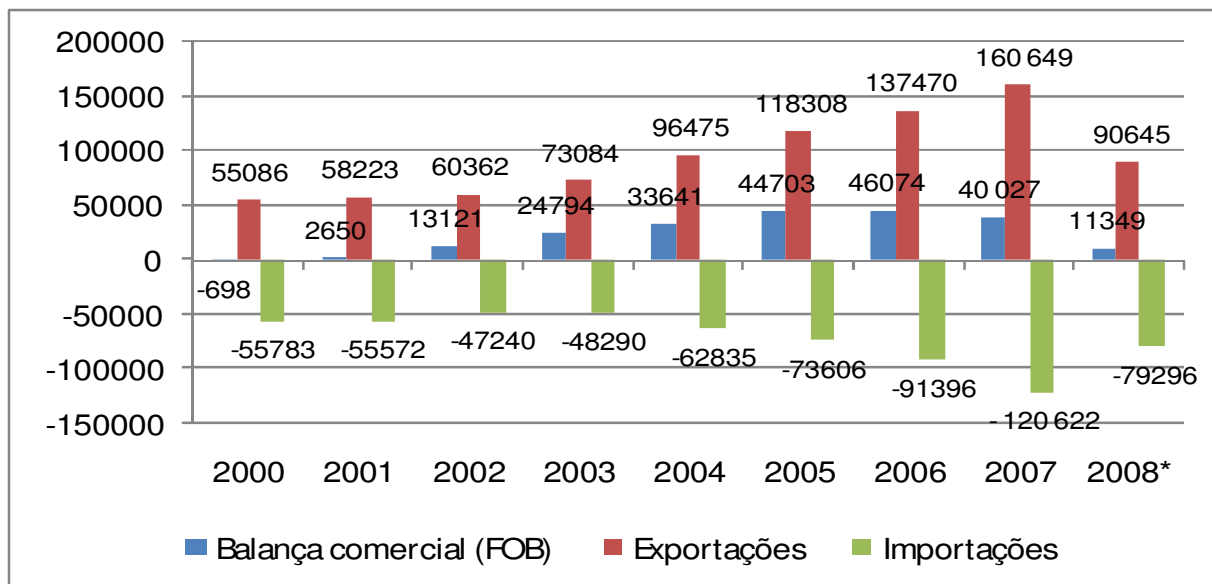
No ano 2000 as exportações apresentaram uma elevação maior do que o aumento das importações – favorecidas pelo crescimento da rede de comércio mundial -, embora este fato não tenha sido suficiente para reverter o déficit na Balança Comercial, o qual registrou US\$ 698 milhões (Gráfico 50). Neste ano, a restrição orçamentária derivada do ajuste fiscal foi mantida – o que contribuiu para que os créditos e incentivos à atividade exportadora permanecessem em níveis reduzidos. Todavia, os processos de desburocratização e aperfeiçoamento dos trâmites aduaneiros, as medidas de controle fitossanitário, de defesa da indústria e promoção do comércio e da competitividade não deixaram de vigorar.⁶²

Dado que a desvalorização cambial ocorrida no ano anterior não determinou os resultados esperados em termos de elevação das exportações e reversão do déficit, foi criado o Programa de Exportações 2001, o qual tinha como objetivos básicos reduzir os custos de exportação, difundir a cultura exportadora e estimular as estratégias empresarias neste sentido. Em termos de importação, o objetivo de modernização do parque industrial nacional determinou a redução das alíquotas de importação dos bens de capital que não possuísem similares nacionais.

⁶² Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 2000.

GRÁFICO 50 - Balança Comercial (FOB)

Brasil – 2001-2008 (Em US\$ milhões)



* Acumulado Janeiro-Junho

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A partir de 2001, o superávit na Conta de Comércio brasileira registrou um importante e contínuo crescimento, o qual foi determinado, com exceção de 2002 - quando as importações apresentaram uma queda - por um crescimento das exportações superior ao registrado pelas importações. A política comercial brasileira em 2001 priorizou a ampliação e a diversificação dos mercados de exportação, além de aprofundar as negociações a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Também foram implementadas algumas medidas de desoneração fiscal às exportações, no intuito de reverter os consecutivos déficits na Conta de Comércio. Quanto às importações, passaram a ser concedidos incentivos aos setores que normalmente geram déficits comerciais, por exemplo, o setor de eletroeletrônicos.⁶³

A queda nas importações resultou, dentre outros fatores, da retração do crescimento industrial derivada da crise de energia. Tal queda foi verificada, especialmente, com relação aos produtos agrícolas e bens intermediários.

Em 2002, as políticas de desoneração das exportações e de ampliação dos mercados comerciais tiveram continuidade no Brasil. Além disso, a redução do protecionismo dos países desenvolvidos no que tange aos produtos brasileiros também foi objeto de discussão,

⁶³ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 2001.

especialmente em relação aos Estados Unidos e às negociações da Alca. Neste ano, o valor exportado cresceu 3,67% com relação ao ano anterior, apesar da contração das linhas de crédito às exportações pelos bancos estrangeiros, derivada de uma maior aversão ao risco no mercado financeiro internacional. Sendo assim, com o objetivo de contrabalançar tal situação, o governo brasileiro implementou algumas medidas de financiamento nacional às exportações, por exemplo, através de recursos do BNDES.

O bom desempenho das exportações refletiu, em 2002, além do sucesso das parcerias comerciais tradicionais, os resultados da ampliação da corrente de comércio para outros mercados, até então pouco explorados, como por exemplo, a China, a Rússia e o Japão.

O valor importado caiu aproximadamente 15%, o que determinou um superávit de US\$ 13,12 bilhões. As tarifas de importação de bens de capital, informática e telecomunicações permaneceram privilegiadas, contudo a participação dos produtos manufaturados na pauta de importações foi reduzida. Além disso, foi verificada a redução tarifária de alguns outros produtos importados, por exemplo, o trigo e o arroz, a fim de compensar a desvalorização do câmbio.

Em 2003, a conquista de novos mercados, a intensificação das relações comerciais com países da América do Sul e as medidas de fomento às exportações – especialmente a desoneração tributária⁶⁴, a concessão de créditos a desburocratização das práticas aduaneiras - foram de fundamental importância para o bom resultado comercial apresentado pelo Brasil neste ano.

As importações de bens de capital, de informática e telecomunicações continuaram a ser facilitadas por meio da redução tarifária, no intuito de modernizar o parque produtivo nacional. Além disso, foi instituído um Regulamento Técnico com o objetivo de exercer maior controle sobre os temas relacionados à vigilância sanitária.⁶⁵

As exportações, por sua vez, foram beneficiadas, em 2003, por uma conjuntura internacional favorável, relacionada, por exemplo, ao aumento dos preços da *commodities* e à conquista de novos mercados derivada da crise da “vaca louca” na Europa.

No ano de 2004, a sustentabilidade e o aumento das exportações, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa brasileira foram os pilares básicos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de modo que os investimentos, a eficiência e a

⁶⁴ O modo de cobrança da Cofins foi alterado, de forma a eliminar a sua cobrança em cascata nas diferentes etapas de do processo produtivo, o que beneficiou, especialmente, as exportações de produtos de maior valor agregado, conforme o Boletim do Banco Central de 2003.

⁶⁵ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 2003.

competitividade das empresas nacionais e a difusão tecnológica foram crescentemente incentivados. Além disso, foi verificada uma importante expansão dos mercados de destino dos produtos brasileiros, além de uma redução da concentração das exportações.⁶⁶ Deste modo, o valor exportado registrou uma elevação de 32% e o valor importado aumentou 30,12%, de modo a gerar um superávit de US\$ 33,64 bilhões.

Este resultado da Balança Comercial deriva, de acordo com o Boletim do Banco Central, do crescimento do comércio internacional, do aumento dos preços das *commodities* agropecuárias e metálicas - as quais são de considerável importância na pauta de exportação - e também da intensa política de promoção das exportações implementada pelo Brasil nos últimos anos.

Em 2005, o intenso crescimento do comércio internacional e a elevação dos preços de alguns dos principais produtos de exportação brasileiros⁶⁷ representam os fatores determinantes para o elevado saldo comercial obtido. Neste ano, várias questões da PITCE relativas aos processos de inovação tecnológica e de desoneração dos investimentos produtivos foram regulamentadas e implementadas, e foi mantida a política de promoção das exportações e de ampliação dos mercados de destino. Os créditos para financiamento concedidos pelo Proex elevaram-se com relação ao ano anterior, e atingiram US\$ 3,5 bilhões. Deste total, excluindo-se o setor de serviços, para o qual foram concedidos 57% dos créditos, o agronegócio abocanhoun 38% dos recursos, representando assim o setor mais beneficiado.⁶⁸

O ano de 2006 foi marcado por mais um recorde na Balança de Comércio brasileira - o superávit atingiu US\$ 46,07 bilhões -, dando seqüência aos resultados derivados da política de fomento das exportações, de desburocratização dos trâmites aduaneiros, da PITCE e da ampliação e diversificação dos mercados de destino.

Os incentivos à exportação concedidos pelo BNDES e pelo Proex beneficiaram, em 2006, de acordo com o Boletim do Banco Central, especialmente a produção e exportação de máquinas, equipamentos e bens de capital, de modo que o agronegócio não absorveu grande parte dos recursos.

⁶⁶ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 2004.

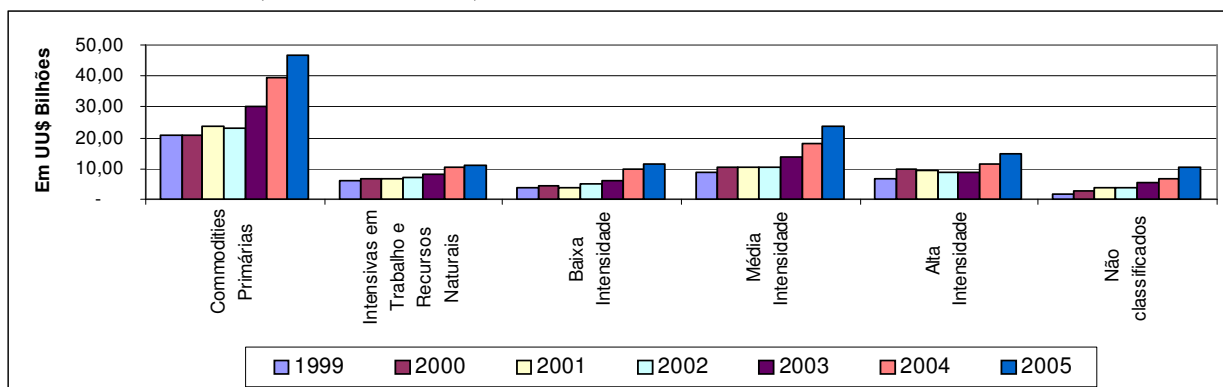
⁶⁷ De acordo com o Banco Central, os preços do café, minério-de-ferro, petróleo, carne de frango e suínos contribuíram para a elevação de 14,2% dos preços dos produtos básicos.

⁶⁸ Boletim do Banco Central, Relatório Anual, 2005.

O acumulado de 2007 fornecido pelo Banco Central mostra um saldo comercial de US\$ 40,02 bilhões e o acumulado de Janeiro a Junho de 2008 mostra um saldo de US\$ 11,34 bilhões, e sugere um novo recorde de exportações, especialmente sustentadas por *commodities* primárias e produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica.

Os dados da UNCTAD reafirmam o destaque das *commodities* primárias nas exportações brasileiras, paralelamente à elevada participação dos bens com média e alta intensidade tecnológica na pauta de importações nacional entre 2000 e 2005 (Gráfico 51 e 52).

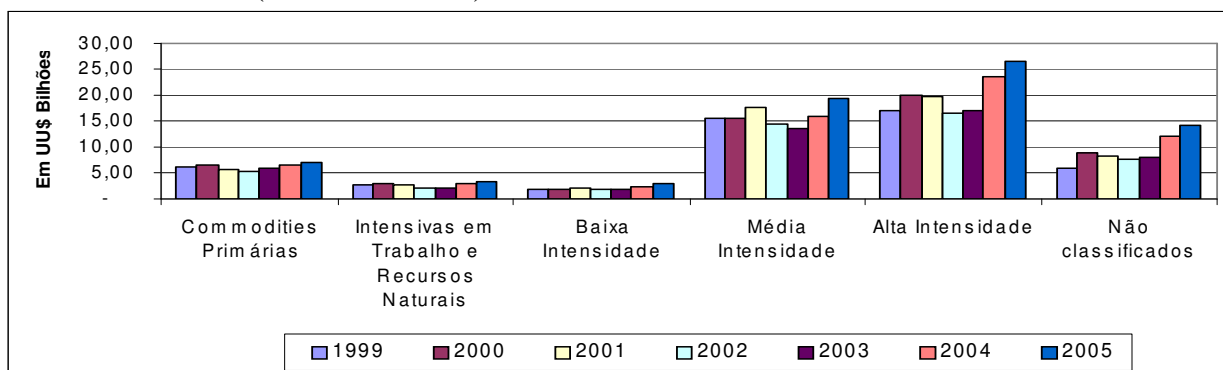
GRÁFICO 51 - Composição e Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico
Brasil – 1999-2005 (Em US\$ bilhões)



Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

GRÁFICO 52 - Composição e Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico
Brasil – 1999-2005 (Em US\$ bilhões)



Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

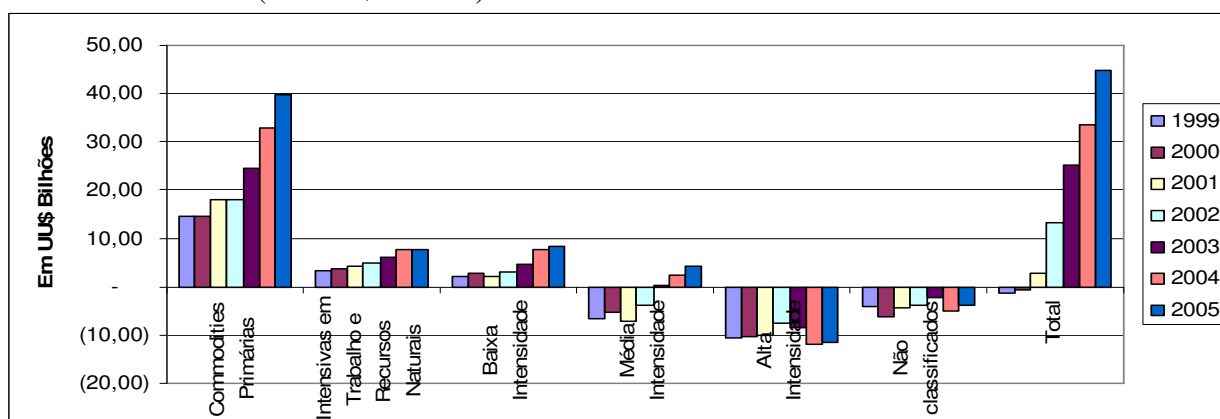
Neste contexto, com relação ao saldo comercial brasileiro por conteúdo tecnológico entre 2000 e 2005, podemos observar, através do Gráfico 53, que os produtos com alta

intensidade de tecnologia apresentaram déficits em todo o período, e aqueles com média intensidade somente registraram superávits a partir de 2003. Já as commodities primárias, os produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e os produtos com baixa intensidade de tecnologia apresentaram superávits em todo o período, o que reflete o predomínio das exportações nestes setores.

Reflete também o aspecto central desta dissertação, que é mostrar o aprofundamento da dependência estrutural, da economia brasileira, de exportações de *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica, o que revela a imprecisão das análises recentes que apontam para uma tendência de “re”primarização. Na verdade, os dados que aqui estamos apresentando, revelam não uma “re”primarização, mas sim um aprofundamento da mencionada dependência. Tal observação revela também – no nosso entender – a exatidão da hipótese de Caio Prado Júnior, Francisco Oliveira e Celso Furtado sobre essa temática, conforme discorrido anteriormente no Capítulo 1.

GRÁFICO 53 - Composição e Evolução do saldo da Balança Comercial por conteúdo tecnológico

Brasil – 1999-2005 (Em US\$ bilhões)



Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

Poderíamos, assim, sugerir a existência de uma possível tendência a um processo de desindustrialização no Brasil, de modo que ao invés de o País aumentar a sua especialização na produção de bens de valor agregado mais alto, maior conteúdo tecnológico, com grande possibilidade de geração de novos mercados e que promovam mais efeitos de encadeamento entre

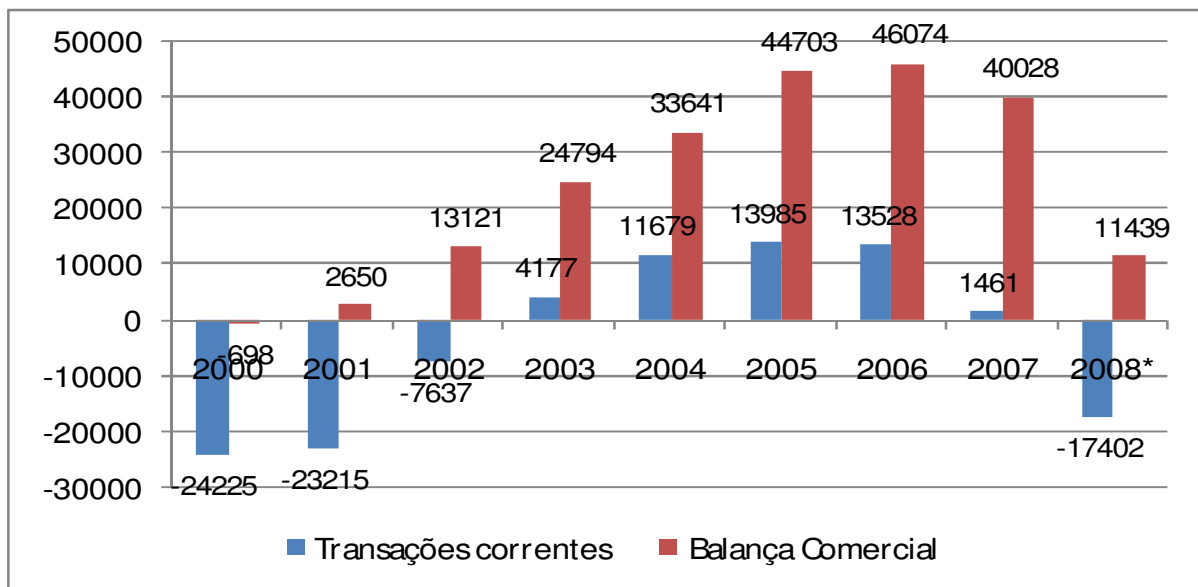
os setores produtivos, esta especialização, conforme os dados, está ocorrendo no sentido contrário, isto é, baseada em produtos de baixo valor agregado, que muitas vezes apresentam pequeno conteúdo tecnológico, baixa capacidade de gerar novos mercados e, acima de tudo, não promovem efeitos de encadeamento significativos com os demais setores produtivos.⁶⁹

O histórico déficit em Transações Correntes agrava ainda mais esta situação, como podemos observar no Gráfico 54. Assim, mesmo em 2001 e 2002, quando os déficits comerciais já haviam sido revertidos, a Conta de Transações Correntes apresentou resultados deficitários, dado que os superávits comerciais não foram grandes o suficiente para compensar o histórico déficit nas Contas de Serviços e Rendas (Gráfico 55). Cabe destacar ainda que os superávits obtidos nas Transações Correntes a partir de 2003 derivam, principalmente, do elevado saldo comercial possibilitado por um considerável volume de exportações, com predomínio das *commodities* primárias, dos produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica. Mas, como podemos observar, estes superávits foram revertidos em 2008, e o déficit histórico voltou ao cenário econômico brasileiro. Esse fato demonstra o estreito limite das possibilidades de crescimento da economia brasileira; ou seja, parece que não se pode apostar na capacidade de geração de saldos comerciais apenas em *commodities* agrícolas e minerais para manter a dinâmica da economia evitando estrangulamentos na conta de Transações Correntes. Entendemos que essas constatações justificam políticas industriais mais ativas.

⁶⁹ Ver Marconi, 2008.

GRÁFICO 54 – Transações Correntes e Balança Comercial

Brasil – 2000-2008 (Em US\$ milhões)

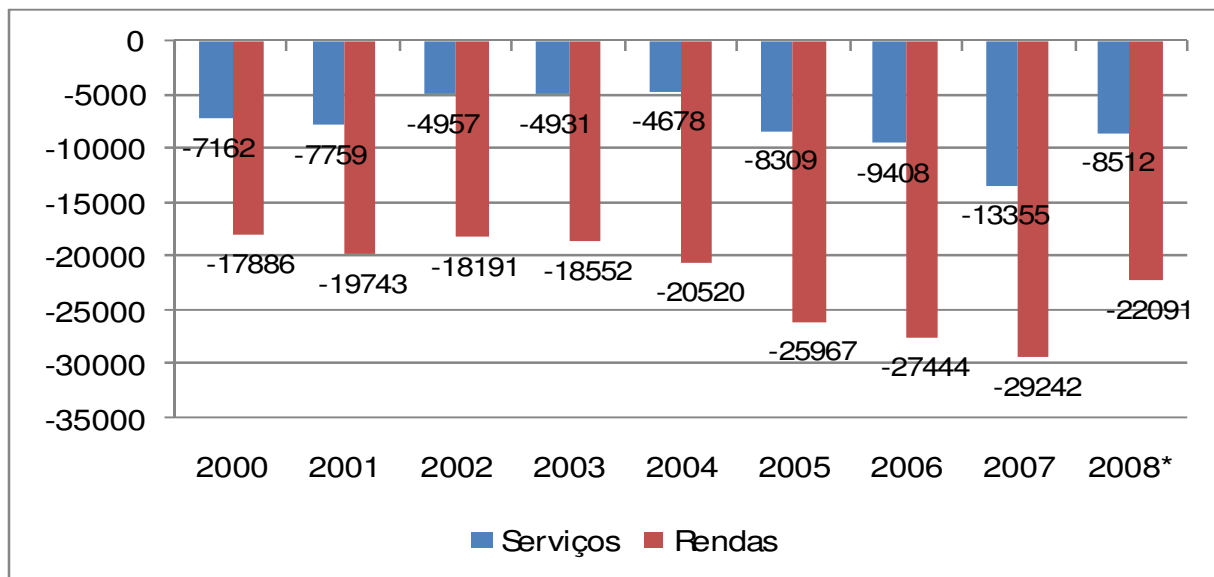


*Acumulado Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Como podemos observar no Gráfico 55, a tendência de elevação do déficit nas contas de Serviços e de Rendas permanece. Deste modo, é necessário um esforço exportador cada vez maior, pois, apesar dos recordes das exportações serem superados a cada ano, o acumulado dos primeiros seis meses de 2008 já mostra um retorno ao resultado deficitário na conta de Transações Correntes. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, a qualidade das exportações deixa a desejar em termos, tanto de geração de receita quanto de relações de cadeia com outros setores produtivos e do desenvolvimento econômico nacional, dado que as mesmas se baseiam, especialmente, em *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica.

GRÁFICO 55 – Serviços e Rendas
Brasil – 2000-2008 (Em US\$ milhões)

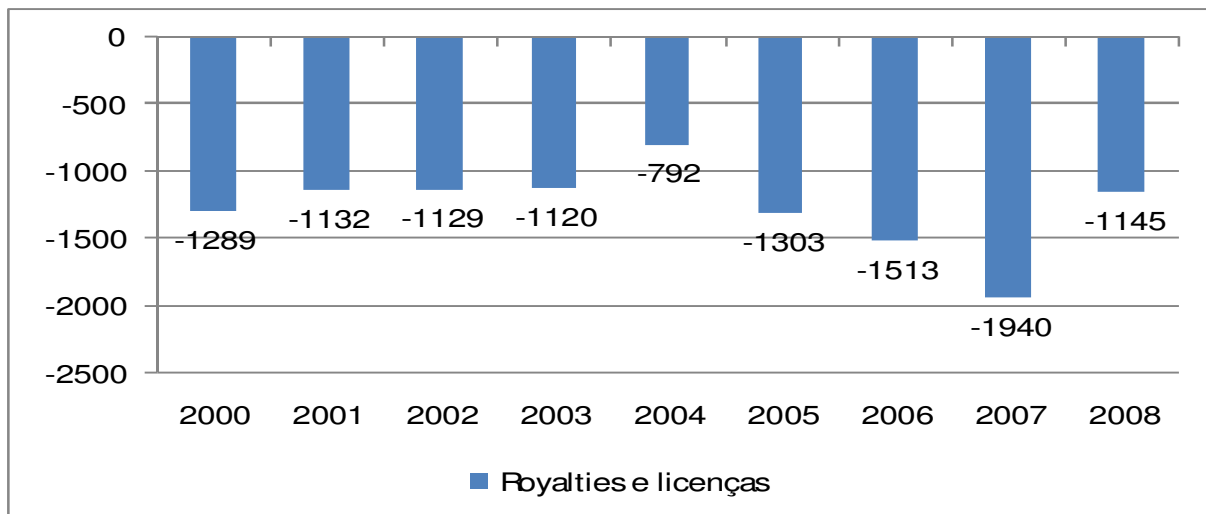


*Acumulado Janeiro-Junho

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O déficit em *Royalties* e Licenças atingiu US\$ 1,28 bilhão no ano 2000 e, apesar da queda para US\$ 792 milhões em 2004, chegou a US\$ 1,94 bilhão em 2007 (Gráfico 56). A elevação destes valores representa um aumento no grau da dependência tecnológica e/ou um aumento do seu custo para o País. Desta forma, faz-se necessária uma análise do custo/benefício derivado da opção pela aquisição externa de pacotes tecnológicos em detrimento do desenvolvimento de tecnologias nacionais, dado que a insuficiência tecnológica representa um dos determinantes para que o Brasil reafirme a sua especialização em produtos com baixo conteúdo de tecnologia.

GRÁFICO 56 - Royalties e Licenças
Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)

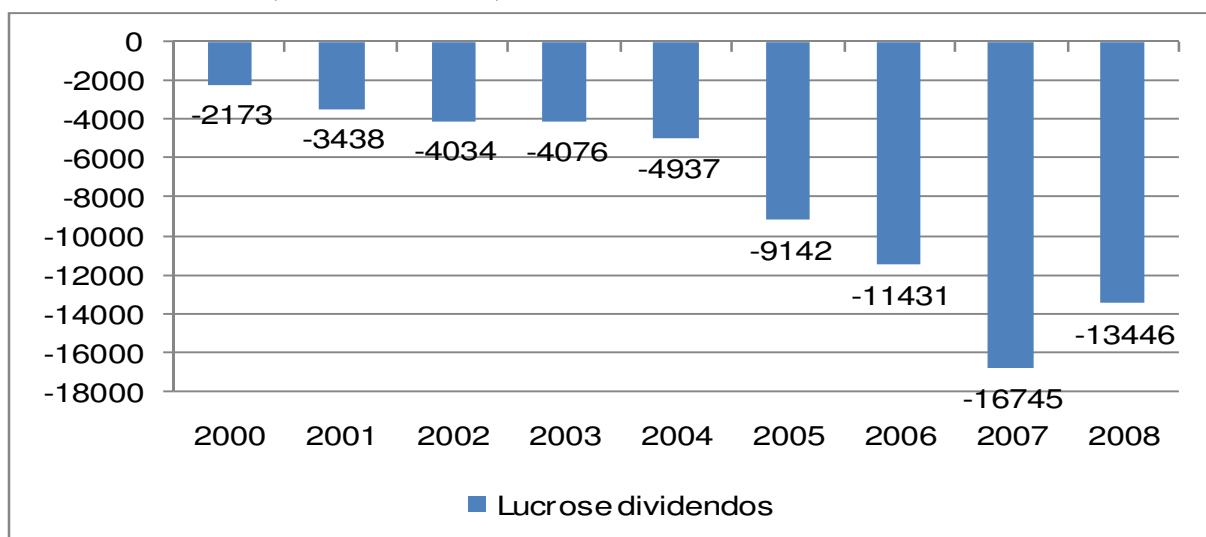


* Acumulado Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A remessa de Lucros e Dividendos pelo Brasil sofreu uma enorme elevação no século XXI, como podemos observar no Gráfico 57. Desta forma, o envio de US\$ 2,17 bilhões no ano 2000 passou a US\$ 16,74 bilhões em 2007, um acréscimo de mais de 770%, o que indica, mais uma vez, a elevada (e crescente) quantia de divisas remetidas ao exterior.

GRÁFICO 57 – Lucros e Dividendos
Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)

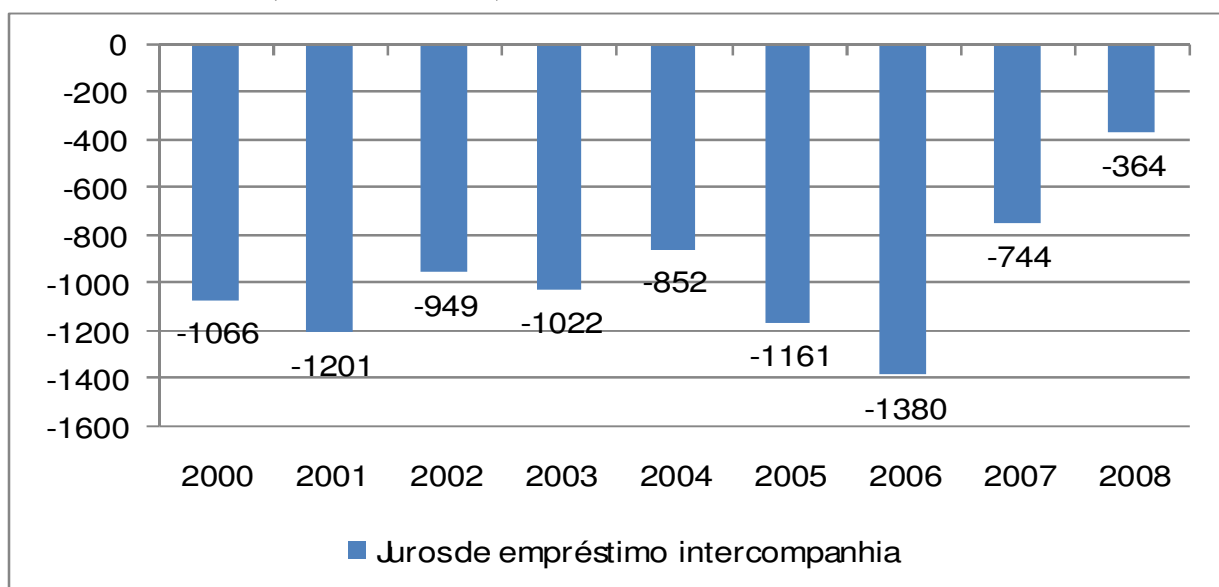


* Acumulado entre os meses de Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O pagamento de Juros de Empréstimos Intercompanhia manteve valores elevados entre os anos de 2000 e 2007, e voltou a atingir a casa de US\$ 1,0 bilhão em 2000, lembrando os anos de 1993 e 1994, quando superou os US\$ 2,3 bilhões (Gráfico 58).

GRÁFICO 58 – Juros de Empréstimo Intercompanhia
Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)



*Acumulado Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

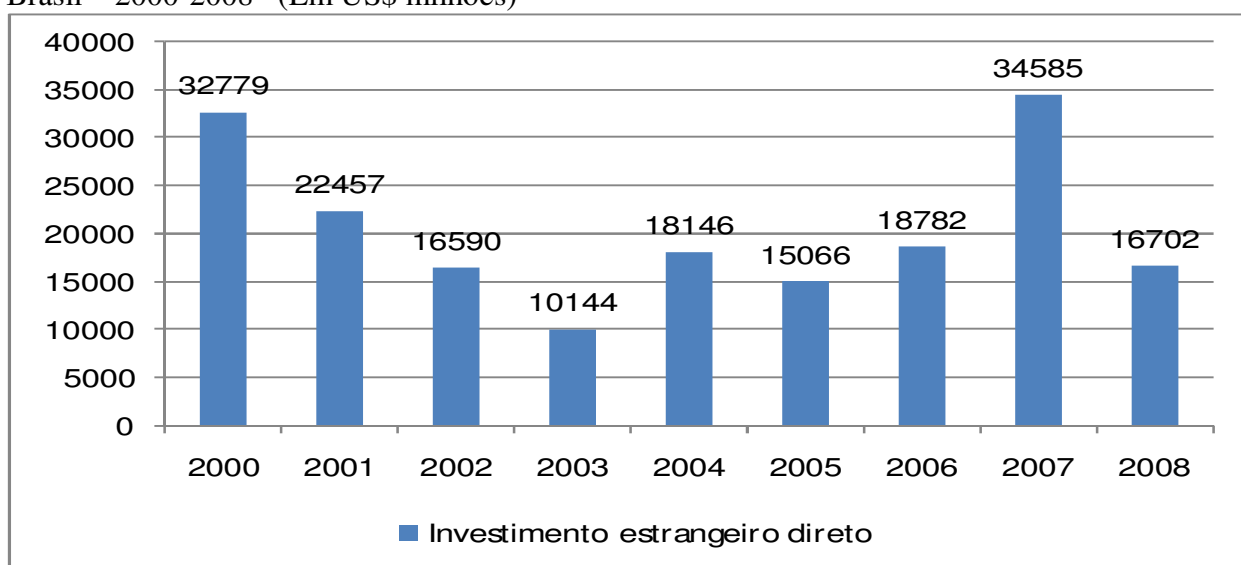
O ano 2000 registrou o segundo maior volume de investimentos diretos estrangeiros ingressantes no Brasil - um saldo de US\$ 32,78 bilhões - este resultado foi superado somente em 2007 (Gráfico 59). O elevado montante de IDE ingressante no Brasil em 2000 foi consequência de uma tendência mundial de elevação dos investimentos, os quais foram direcionados, inclusive, para o País. No ano seguinte, porém, atentados terroristas, guerras e fraudes contábeis determinaram uma queda nas bolsas dos Estados Unidos suficiente para implicar em uma drástica redução do nível de investimentos em todo o mundo, e não foi diferente no Brasil, que ainda se deparou com uma crise energética e com a redução dos processos de privatização. Neste contexto, o saldo da Conta de IDE fechou em US\$ 22,46 bilhões.

A tendência decrescente nos níveis de investimentos diretos estrangeiros permaneceu em 2003, e voltou a se manifestar em 2005. Os dois anos seguintes foram marcados por um forte

aumento no ingresso de IDE - em 2006 o saldo obtido foi de US\$ 18,78 bilhões e, em 2007, US\$ 34,58 bilhões, o maior valor registrado no Brasil.

Neste sentido, como a elevação do ingresso de IDE no Brasil não coincide com um período de intenso crescimento econômico, pode-se notar o fato de que as empresas multinacionais que se instalaram no Brasil não se orientaram por uma economia forte e em ascensão, mas por motivos de outra espécie, por exemplo, uma conjuntura externa favorável e capitais ávidos de valorização.⁷⁰

GRÁFICO 59 – Investimento Estrangeiro Direto
Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)



* Acumulado entre os meses de Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

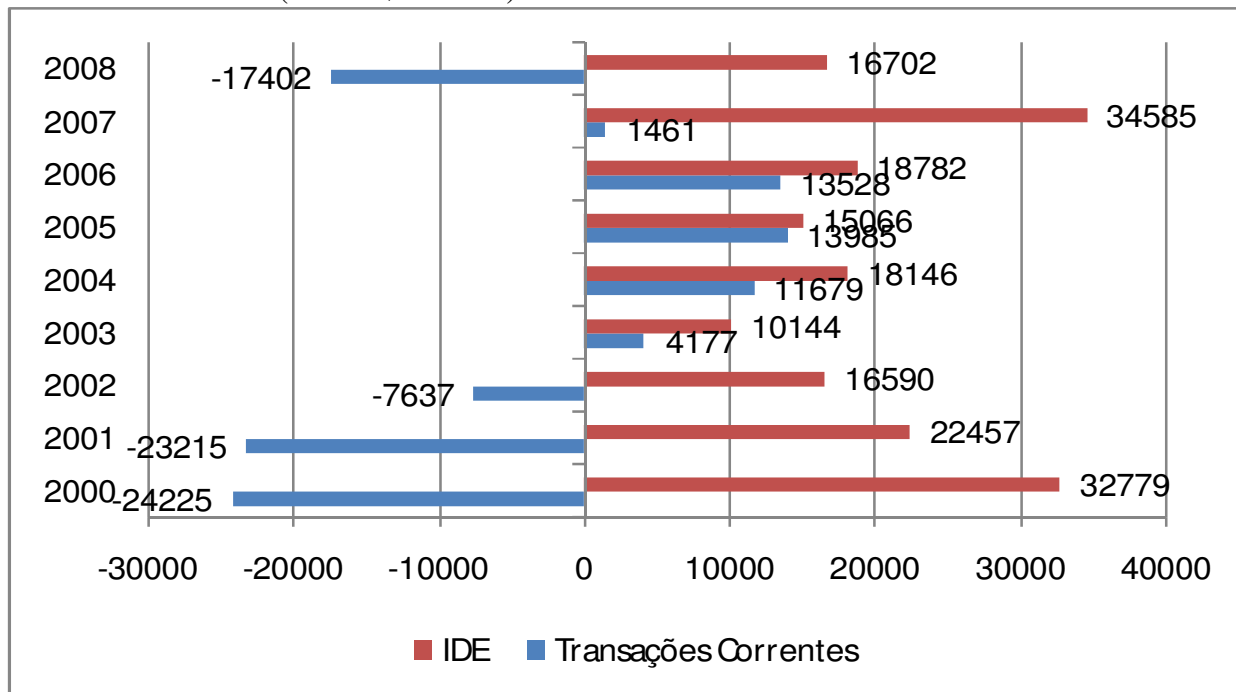
No ano 2000, o ingresso de US\$ 32,78 bilhões em investimento direto estrangeiro foi mais o que suficiente para financiar o déficit em Transações Correntes, que neste ano atingiu US\$ 24,22 bilhões (Gráfico 60). Tal déficit manteve-se em 2001 – aproximadamente US\$ 23,21 bilhões -, apesar do superávit na Balança Comercial. Este fato relaciona tal déficit aos resultados negativos da Conta de Serviços e Rendas, os quais se devem, principalmente, à intensa remessa de divisas ao exterior, sob a forma de lucros, dividendos, *royalties* e pagamento de juros. Neste ano, a queda no volume ingressante de investimentos diretos estrangeiros implicou na impossibilidade de que o déficit em Transações Correntes fosse totalmente coberto pela entrada

⁷⁰ O problema neste processo pode ser o que Prado Júnior (1972) suscita em relação à baixa capacidade de retenção dos lucros no mercado doméstico. Abordagem semelhante faz Kalecki (1980).

de IDE. Neste contexto, a redução do ritmo das privatizações, a crise no setor de energia elétrica, as turbulências no cenário internacional - relacionadas especialmente aos atentados terroristas nos Estados Unidos e à crise argentina – foram de extrema importância para a redução dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil.

A queda no volume de investimentos diretos estrangeiros no Brasil em 2002 foi acompanhada de uma forte redução no déficit em Transações Correntes, o qual registrou US\$ 7,64 bilhões. Este resultado está relacionado, em primeiro lugar, ao elevado superávit comercial obtido no ano e, em segundo lugar, à redução do déficit na Conta de Serviços.

GRÁFICO 60 – Investimento Direto Estrangeiro e Transações Correntes
Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)



* Acumulado entre os meses Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O ano de 2003 foi marcado por mais uma queda no ingresso de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, o que pode ser justificado pela manutenção do baixo otimismo no cenário internacional. Simultaneamente, foi verificado um importante processo de reversão do déficit em Transações Correntes – o qual atingiu um saldo positivo de US\$ 4,18 bilhões -, o qual se deve, fundamentalmente, ao elevado superávit comercial.

Em 2004, o volume de investimentos diretos estrangeiros e o saldo de Transações Correntes apresentaram uma forte elevação – o superávit em Transações Correntes registrou aproximadamente US\$ 11,68 bilhões. Este fato, por um lado, contou com a fusão a Ambev com a Interbrew, por meio de uma operação casada de entrada e saída de recursos em um valor que superou US\$ 5,0 bilhões.⁷¹ Por outro lado, o aumento do saldo em Transações Correntes deriva da manutenção dos elevados saldos na Conta de Comércio.

Ao contrário dos investimentos diretos estrangeiros, a Conta de Transações Correntes apresentou uma razoável elevação em 2005 e registrou US\$ 13,98 bilhões. Este resultado deriva, em parte, da compensação dos saldos comerciais pelo aumento do déficit na Conta de Serviços, para o qual contribui a valorização do real.

Em 2006, a crescente elevação do saldo da Conta de Transações Correntes foi interrompida - devido à elevação do déficit na Conta de Serviços e Rendas - e o seu resultado apresentou uma breve queda, registrando US\$ 13,53 bilhões. Ao mesmo tempo, o saldo de investimentos diretos estrangeiros voltou a crescer, apoiado pela forte liquidez internacional e pelas altas taxas de juros internas.

Os dados para o ano de 2007 indicam mais uma redução do saldo em Transações Correntes, resultante da queda do superávit comercial e da elevação do déficit na Conta de Serviços e Rendas. Em 2008, como já foi mencionado, as Transações Correntes voltaram a apresentar um resultado negativo, de forma que o ingresso de investimentos estrangeiros já não é suficiente para compensar o déficit.

De acordo com o que vimos anteriormente, Sarti e Laplane (2002), assim como De Negri (2005), alertam para o fato de que, apesar dos investimentos diretos estrangeiros promoverem um ganho de eficiência e competitividade nos setores em que adentram, tal ganho é contrabalançado pelo aumento de importações, principalmente aquelas relacionadas a componentes e tecnologia e pelo não acompanhamento proporcional com relação às exportações. Deste modo,

[...] o aumento da eficiência no plano micro tem como contrapartida macroeconômica indesejada o agravamento do déficit comercial, de serviços de renda (juros, lucros e *royalties*). Paradoxalmente, portanto, o fluxo de investimentos estrangeiros se traduz,

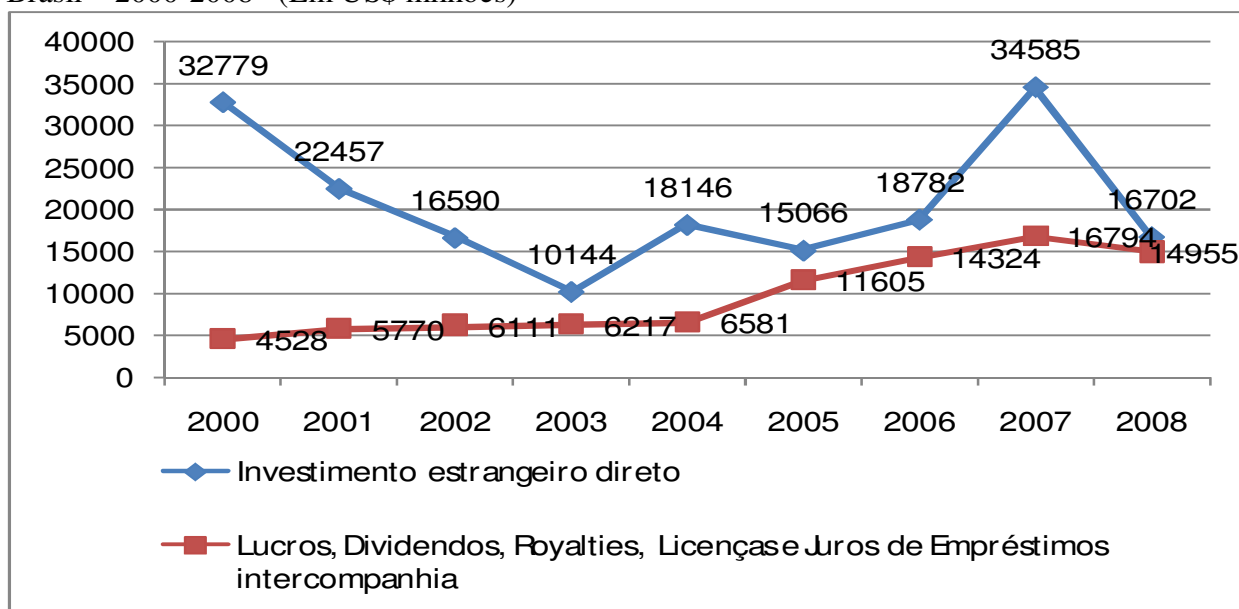
⁷¹ Boletim de Conjuntura IPEA nº 67, dez/2004.

no médio e longo prazo, no agravamento, e não na redução da restrição de divisas. (Sarti e Laplane, 2002, p. 64).⁷²

Podemos observar, neste sentido, a tendência crescente da remessa de divisas ao exterior, mesmo em períodos de queda do IDE (Gráfico 61).

GRÁFICO 61 – Investimento Estrangeiro Direto e remessa de Lucros e Dividendos, Royalties e Licenças e Juros de Empréstimos Intercompanhia

Brasil – 2000-2008* (Em US\$ milhões)



* Acumulado entre os meses de Janeiro-Junho.

Fonte de dados: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Assim, a queda no ingresso de investimentos diretos estrangeiros no Brasil de 2000 a 2003 e, posteriormente, em 2005, não impediu a elevação da remessa de divisas ao exterior sob a forma de lucros, dividendos, *royalties*, licenças e pagamento de juros de empréstimos intercompanhia. Paralelamente, os períodos de elevação dos IDE's determinaram um vigoroso aumento da remessa divisas. Estes acontecimentos podem ser explicados, por um lado, pelo aumento do desempenho e da rentabilidade das multinacionais instaladas no Brasil, ou seja, o que acontece nos anos 2000 é um reflexo dos vultuosos investimentos destinados às privatizações. Por outro lado, a valorização cambial também se caracteriza como um fator estimulante à

⁷² Observação semelhante à de Kalecki, 1980.

remessa de divisas ao exterior, dada a possibilidade de envio de uma maior quantia em dólares para um mesmo volume em reais.

Carneiro (2002) destaca o fato de que os investimentos diretos estrangeiros, devido à sua baixa ou até mesmo nula volatilidade, não são balizados pelos rendimentos de curto prazo. Portanto, devem ser analisados sob a perspectiva da “relação entre o aporte de recursos e a geração de um fluxo de divisas compatível com a sua remuneração”. (Carneiro, 2002, p.277). Nesta perspectiva, o crescente envio de capitais ao exterior necessita ser compensado por elevados superávits comerciais, o que explica o grande esforço exportador brasileiro, especialmente nos últimos anos.

Desta forma, pode-se afirmar que, em termos gerais, a economia brasileira nos anos 2000 corroborou o cenário de mudanças marginais mencionado por Gonçalves (2003). As reformas realizadas visaram principalmente a concessão de maior racionalidade ao sistema; foram mantidas as políticas de promoção das exportações e substituição de importações – as quais não conseguiram livrar o País da situação de dependência econômica; também permaneceram as elevadas metas de superávit primário e os acordos com o FMI, além da elevada taxa de juros real e da negligência com relação ao controle de capitais.

Entretanto, apesar das pequenas alterações em termos econômicos e sociais, as quais foram insuficientes para promover uma ruptura histórica, o governo Lula, ao contrário do que Gonçalves esperava para este cenário, conseguiu se manter no poder, e continua apegado às mudanças marginais a fim de promover racionalidade, algum dinamismo e uma pequena e conjuntural redução dos níveis de miséria e desigualdade no Brasil, especialmente através de políticas sociais compensatórias e focalizadas.

Um agravante à atual situação econômica brasileira é ressaltado no estudo feito por Maria Auxiliadora de Carvalho e César Roberto Leite da Silva,¹ o qual afirma que

[...] uma das implicações naturais do desenvolvimento econômico é a queda da importância relativa da agricultura na atividade econômica. No Brasil esse processo foi acelerado pela adoção do modelo de substituição de importações e, entre 1950 e 1990, a participação do setor no PIB caiu à taxa média anual de 2,3%. No começo da década de 1950 a agricultura representava ¼ do PIB brasileiro a preços básicos e chegou ao mínimo de 7,6% em 1993. Daí em diante o setor voltou a crescer mais que o restante da economia ultrapassando 10% em 2003. (CARVALHO e SILVA, 2005, p.15)

Neste sentido, verifica-se uma situação preocupante, dada a maior dependência brasileira dos produtos agrícolas como fornecedores de divisas de exportação e a elevação destas

exportações baseada no aumento das quantidades – e não nos preços ou na maior agregação de valor –, o que se confronta com o menor crescimento da demanda de bens agrícolas do que bens industrializados e com a deterioração dos termos de troca para os produtos brasileiros.

Entretanto, os autores defendem que,

[...] se houver capacidade ociosa o comércio exterior pode promover o crescimento econômico pelo efeito multiplicador das exportações sobre a economia local. O tamanho desse efeito depende, entre outras coisas, dos encadeamentos do setor exportador com os demais setores. Quanto mais dinâmica e diversificada for a pauta de exportação, maior o grau de envolvimento entre setores e maiores as possibilidades de gerar estímulos ao crescimento do mercado interno. (CARVALHO e SILVA, 2005, pp.24-5)

Mas não pode ser esquecido o fato de que o crescimento do mercado interno acarreta, por si só, o aumento das importações. Assim, de acordo com o grave problema relacionado à solvência das contas externas no Brasil, o País precisa contar com as receitas obtidas através das exportações para saldar a elevação das importações. Contudo, como já foi apresentado, a dependência das divisas agrícolas implica numa vulnerabilidade cada vez maior da economia nacional.

Sarti e Coutinho (2003) discorrem a respeito da diversificação da base industrial brasileira, apesar de o País não apresentar a competitividade necessária para que a economia consiga obter um contínuo e “elevado superávit comercial que permita reduzir a vulnerabilidade do balanço de pagamentos, recuperar um volume expressivo das reservas próprias de divisas e viabilizar uma queda segura e irreversível da taxa de juros”. (SARTI e COUTINHO, 2003, p.334).

Os autores apontam para a urgente necessidade de realização de uma política industrial no Brasil, a fim promover a competitividade e o desenvolvimento tecnológico da indústria, além de auxiliar na redução da restrição ao crescimento, através da geração de superávits comerciais crescentes apoiados em uma importante alteração da pauta de exportações brasileira. Para que tal política se diferenciasse do que ocorre atualmente - em um momento em que só se verificam os superávits crescentes -, seria necessário que a política industrial fosse desenvolvida de forma conjunta com políticas tecnológicas e de comércio exterior, com vistas atingir um objetivo maior de fortalecimento da política macroeconômica, criando assim um “círculo vicioso mutuamente benigno”. (SARTI e COUTINHO, 2003, p. 336)

Mendonça de Barros (2007) aponta que em cerca de dez anos, os livros de economia irão se referir a uma espécie de “doença” brasileira, ou seja, um processo de desindustrialização derivado da taxa de câmbio gerada pelo excesso de exportações de *commodities*, a qual apresenta uma forte incompatibilidade com os setores industriais mais sofisticados. O autor cita como efeitos desta desindustrialização o rebaixamento dos salários, a interiorização dos postos de trabalho e a desqualificação da mão-de-obra, efeitos estes gerados pelo fechamento de empresas nacionais e pela redução do valor agregado da produção daquelas que continuarem em funcionamento.

Além disso, a enorme extensão de terras cultiváveis proporciona ao Brasil a capacidade de ser uma das poucas nações capaz de desempenhar um importante papel nos próximos anos: o de produzir combustíveis limpos derivados da agricultura. Neste sentido, os excedentes comerciais gerados pelas exportações agrícolas propiciarão um acúmulo cada vez maior de reservas em dólares, de modo que o Real se tornará cada vez mais valorizado, e a política do Banco Central de manter a taxa de câmbio através do controle de divisas cambiais deixará de ser eficaz.

Contudo, o autor aponta para dois problemas derivados da possibilidade de crescimento apresentada pela agricultura brasileira de exportação. O primeiro deles refere-se à elevação do valor dos alimentos, e o segundo, à continuidade da valorização do Real em um cenário de crescente necessidade de um desempenho competitivo da indústria.

Neste contexto, Marconi (2008) refere-se a uma “doença holandesa” no Brasil, derivada do fato de que

A taxa de câmbio vem sofrendo uma apreciação significativa em termos reais desde o início de 2003 e mesmo assim a receita de exportações continua evoluindo favoravelmente, ainda que a taxas menores mais recentemente, bem como o saldo da balança comercial se mantém elevado. (MARCONI, 2008, p.1)

É com este cenário que devemos nos preocupar, pois, como já foi visto, o crescimento econômico por si só implica na elevação das importações que, no caso brasileiro, estão concentradas em produtos com média e alta tecnologia. Assim, será necessário um esforço exportador cada vez maior para compensar, não só a necessidade de importações, como também a necessidade de remeter divisas ao exterior derivada do crescente ingresso de investimento direto estrangeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação consistiu em mostrar a dependência estrutural que o Brasil apresenta com relação às exportações de *commodities* agrícolas e minerais como sustentadoras da dinâmica econômica nacional. Este fato já era mencionado por autores como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Francisco de Oliveira, que ainda nas décadas de 1960 e 1970, conseguiram enxergar que a citada dependência, além de gerar problemas conjunturais, seria responsável, no futuro, pela continuidade da qualificação do Brasil como nação subordinada e (sub)desenvolvida.

Neste contexto, podemos relacionar as exportações de *commodities* agrícolas e minerais, no período anterior à industrialização, com a garantia de importações de bens finais de consumo; durante o processo de substituição de importações, com as importações de bens de produção e intermediários; posteriormente, além deste último, com o retorno do capital estrangeiro investido no Brasil à circulação internacional do capital e com o financiamento do componente externo da acumulação; e, na fase atual de economia globalizada, as exportações de *commodities* agrícolas e minerais podem ser facilmente relacionadas à crescente importação de bens de capital e bens intermediários de elevado conteúdo tecnológico e à elevada (e também crescente) necessidade de remessa de divisas ao exterior, derivadas da realização dos ganhos dos investimentos diretos estrangeiros no País.

Assim, a pauta de exportações brasileira permanece concentrada, em termos de valor, em *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo teor de tecnologia, ao mesmo tempo em que as importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica. Desta forma, o saldo comercial por conteúdo tecnológico nos últimos anos tem seguido o padrão histórico – apresentado ao longo deste trabalho – de ser deficitário com relação aos produtos com alta intensidade tecnológica e superavitário para as *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e os produtos com baixa intensidade de tecnologia, fato que corrobora a sustentação da pauta exportadora por produtos com baixo teor tecnológico e, simultaneamente, a dependência de tecnologia estrangeira.

A permanência da concentração das exportações em *commodities* agrícolas e minerais deve ser ressaltada, pois, como já foi afirmado anteriormente, o processo que pode ser verificado no Brasil atual não se trata de uma “re”-primarização, pois não se retorna a uma situação da qual nunca se saiu. Portanto, a nosso entender, a dependência brasileira de *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade de tecnologia como sustentadores dos saldos do comércio exterior brasileiro, aliada à dependência de importações com elevado teor tecnológico pode ser caracterizada como uma dependência estrutural, imanente à economia brasileira.

Além disso, o crônico (e crescente) déficit em Serviços e Rendas, instaurado a partir do aumento da internacionalização da economia ocorrido no período JK, e derivado especialmente da realização dos ganhos dos investimentos diretos estrangeiros no País, pede um esforço exportador também crescente. E, como as exportações permanecem concentradas em produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico, agrava-se a necessidade de elevação das mesmas, o que justifica o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira como única via racional para aumentar a eficiência e a competitividade das exportações nos anos 1990, fato que se manteve nos anos 2000, e que se configura como uma dependência estrutural por *commodities* agrícolas e minerais apresentada pelo País, responsável por sustentar a dinâmica (instável) da economia nacional.

Caio Prado Júnior, já em 1972 não conseguia ter perspectivas otimistas com relação às possibilidades brasileiras acerca de produtos exportáveis, pois acreditava que a conjuntura internacional e as mercadorias de exportação brasileiras não ofereciam vantagens ao País em termos de comércio.

Todavia, esta situação prevista por Caio Prado foi agravada por vários motivos. Em primeiro lugar, a função de aumentar a eficiência e a competitividade das empresas defendida pela teoria vigente na década de 1990 foi delegada ao capital externo, o que determinou o aprofundamento da desnacionalização da economia, ao mesmo tempo que as importações de manufaturados com média e alta intensidade tecnológica realizadas naquele período não determinaram uma proporcional elevação das exportações.

Ainda com relação aos capitais estrangeiros, devemos ressaltar que os IDE's nos últimos quinze anos não se destinaram à construção de nova capacidade produtiva, mas apenas adquiriram capacidades existentes, o que resultou na baixa contribuição para os investimentos

como um todo no Brasil. Tampouco se orientaram por uma economia forte e em ascensão, mas por motivos de outra espécie, por exemplo, uma conjuntura externa favorável e capitais ávidos de valorização. Além disso, a tecnologia utilizada não era desenvolvida no País, mas sim atualizada através da incorporação dos procedimentos adotados no exterior, o que representou, para as empresas, a forma mais rápida e mais barata de ter acesso às inovações estrangeiras. Os investimentos diretos estrangeiros também determinaram uma vultuosa repatriação de divisas, como ganhos da sua realização. Os capitais externos de curto prazo, por sua vez, eram cada vez mais atraídos pelos elevados juros domésticos.

O déficit em Transações Correntes, derivado justamente do aprofundamento da desnacionalização da economia, a qual determina a necessidade de se remeter lucros, dividendos, *royalties*, licenças e se pagar juros de empréstimos ao exterior, entra em cena para corroer grande parte das divisas que são geradas pelas exportações - vale repetir, apoiadas em *commodities* primárias e produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica.

Outra consequência importante desse processo de aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira, aliado à dependência estrutural anteriormente mencionada, passa a ser uma configuração de uma tendência à desindustrialização⁷³, conforme apontam vários autores – por exemplo, Marconi (2008) e Britto (2003). Conjugado a essa tendência apresenta-se um aumento do coeficiente importado, em especial, nos setores com elevada intensidade tecnológica (BRITTO, 2003).

A instabilidade dos índices de preços dos produtos primários também se configura como um importante problema, que é somado aos baixos efeitos de encadeamento com outros setores da economia, à reduzida capacidade que tais produtos apresentam de abrir novos mercados e à sua baixa elasticidade-renda. Entretanto, o governo brasileiro não parece se preocupar com estas questões, pois, a nosso entender, decisões como a desoneração tributária para os produtos primários e semi-elaborados e as políticas de incentivo a estas exportações – através de concessão de crédito e novas linhas de financiamento – por exemplo, podem comprometer cada vez mais o desenvolvimento econômico nacional, dada a ameaça de “Doença Holandesa” (MARCONI, 2008).

⁷³ Contudo, fica aqui apenas esse registro, mas que não nos cabe tratá-la com mais detalhes uma vez que não é o nosso objeto de estudo.

Devemos nos ater ainda para o fato de que o crescimento econômico por si só implica na elevação das importações que, no caso brasileiro, estão concentradas em produtos com média e alta tecnologia. Neste contexto, no momento em que a economia voltar a crescer (se é que isso irá acontecer), será necessário um esforço exportador cada vez maior para compensar, não só a necessidade de importações, como também a necessidade de remeter divisas ao exterior derivada do crescente ingresso de investimento direto estrangeiro.

Neste contexto, cabe a seguinte indagação a respeito do fim da vulnerabilidade brasileira: dado que a tendência das importações é de elevação em proporção ao PIB conforme aumenta o nível de crescimento econômico, devemos acreditar que os crescentes superávits comerciais, apoiados especialmente em *commodities* primárias e produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo conteúdo tecnológico, são capazes de sustentar o crescimento econômico nacional e livrar o País da situação de dependência econômica?

Atualmente o Brasil não apresenta dificuldades em gerar bons resultados em sua Conta de Comércio, ao contrário, as divisas oriundas das exportações têm apresentado um volume crescente. A geração de divisas para o fechamento do Balanço e Pagamentos, portanto, não representa a preocupação central deste trabalho. O que se questiona é a qualidade destas divisas, isto é, de quais produtos elas se originam e, conseqüentemente, quais efeitos elas determinam no País.

Será mesmo que o Brasil deve aproveitar as suas “vantagens comparativas” na produção de gêneros agro-exportáveis e fornecer incentivos e subsídios crescentes, a fim de arrecadar divisas de exportação a qualquer custo? Ou será que a exportação de bens industriais não poderia, além de arrecadar um maior volume de divisas, provocar outros efeitos, econômicos e sociais, estimulando, assim, o desenvolvimento nacional?

Não se defende neste trabalho que os produtos agrícolas deixem de ser produzidos ou exportados. Pelo contrário, a produção de gêneros primários, especialmente aqueles destinados ao consumo interno, é de extrema importância para o Brasil, dada a grande parcela da população que se encontra em situação de pobreza, apresentando sinais de fome e miséria. Os gêneros agro-exportáveis também têm a sua importância, inclusive como fonte de divisas, como já foi mencionado.

O questionamento deste trabalho diz respeito ao incentivo de que sejam produzidos no Brasil, preferencialmente, aqueles bens que apresentem certa vantagem em ser gerados aqui, o

que deriva, em geral, do fato de que tais bens possuem um elevado coeficiente de recursos naturais ou trabalho não-qualificado, dada a abundância destes elementos no território nacional. O estímulo à permanente industrialização e, conseqüentemente, ao aumento da participação dos produtos industrializados na pauta de exportações nacional não pode ser relegado a segundo plano.

A elevação dos valores referentes ao pagamento de *Royalties* e Licenças, por exemplo, representa um aumento no grau da dependência tecnológica do exterior e/ou um aumento do seu custo para o País. Portanto, faz-se necessária uma análise do custo/benefício derivado da opção pela aquisição externa de pacotes tecnológicos em detrimento do desenvolvimento de tecnologias nacionais, dado que a insuficiência tecnológica representa um dos determinantes para que o Brasil reafirme a sua especialização em produtos com baixo conteúdo de tecnologia.

Estamos tratando do assunto de forma geral, pois é claro que existem no País empresas fortemente inovadoras, absorvedoras de todas as novidades em termos de processos e tecnologias. Contudo, em sua maioria, tratam-se de empresas multinacionais, as quais simplesmente reproduzem internamente as tecnologias de suas matrizes. O capital nacional, tanto o privado quanto o público tem se mostrado geralmente indiferente às necessidades de crescimento e desenvolvimento da indústria brasileira.

Assim, uma política de diversificação da base industrial, no contexto brasileiro, se promovida de forma simultânea a políticas de inovação tecnológica e de comércio exterior, representa um elemento-chave para a redução da vulnerabilidade do balanço de pagamentos, através da geração de superávits comerciais sustentados por uma alteração qualitativa da pauta de exportações; para a promoção da competitividade da indústria; para a formação de um montante considerável de reservas próprias de divisas e para a viabilização da queda da taxa de juros.

Nesta perspectiva, seria interessante que o Brasil reduzisse sua dependência por importações intensivas em tecnologia e também o déficit nas Contas de Serviços e Rendas, além de ampliar cada vez mais a diversificação da pauta exportadora nacional - a fim de proteger o País de possíveis oscilações em termos de comércio externo, derivadas da provável variabilidade do ingresso de divisas decorrente da concentração da produção agrícola em poucos produtos e também da crescente participação dos produtos agrícolas no PIB e nas relações comerciais brasileiras. Além disso, não podemos nos esquecer da necessidade de proteção derivada da baixa capacidade que os produtos do setor agro-exportador apresentam em “abrir novos mercados” de

consumo, o que nos leva a questionar se tais produtos realmente são capazes de garantir ao País um bom desempenho exportador no longo prazo.

Não podemos nos contentar, como nação, com o fato de que o Brasil apresente apenas competitividade em suas exportações. A competitividade depende basicamente da produtividade dos fatores produtivos e da relação entre os custos domésticos e a taxa de câmbio. No caso brasileiro, a forte competitividade apresentada pelos produtos do setor primário está principalmente relacionada à produtividade dos fatores produtivos. Contudo, além da competitividade, faz-se necessário que nossos produtos apresentem dinamismo no mercado internacional, ou seja, os produtos exportados necessitam de uma demanda crescente, e o seu valor em termos da exportação mundial deve apresentar elevações constantes. Mas não é isso que se verifica no Brasil.

Neste sentido, os questionamentos levantados com relação à manutenção das características de subordinação e subdesenvolvimento brasileiro, derivados dos elementos apresentados nesta dissertação - a dependência estrutural de *commodities* primárias, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com reduzido teor tecnológico como sustentadores das exportações; a dependência por importações com elevada intensidade de tecnologia; e o crescente déficit em Transações Correntes, derivado da considerável remessa de divisas ao exterior, como realização dos ganhos dos capitais estrangeiros aqui investidos – geram, como já anunciava Furtado (1992), incerteza em relação à continuidade da construção de um Estado-nação, construção esta interrompida, dentre outros fatores, pelas escolhas e decisões sociais, políticas e econômicas tomadas pelos governantes do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICULTURA – **Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 03/05/2007, 17:20.

ALBUQUERQUE, M. C. C. de; NICOL. R. **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987, 335 p.

AMARAL LAPA, J. R.. **A economia cafeeira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BAER, M.. **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BAER, W.. O início do desenvolvimento industrial. In: Baer, W. **A economia brasileira**. São Paulo. Ed. Nobel, 1996, pp.41-61.

BATISTA JÚNIOR, P. N.. **Vulnerabilidade externa da economia brasileira**. Estudos avançados 16 (45), 2002.

BELUZZO, L. G. & CARNEIRO, R.. **Bloqueios ao crescimento**. Política Econômica em Foco, n.3 – jan./abr. 2004. Disponível em: www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim3/introducao.pdf - Acesso em 25/02/08 em: 16:09 hs.

BENETTI, M. D.. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Documentos FEE nº 61, Porto Alegre, outubro de 2004.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório anual**. Brasília: vários anos. Disponível em: <<http://bcbr.gov.br>>. Acesso em: 15/03/2007, 09:18.

BRITTO, G.. Abertura comercial e coeficiente de conteúdo importado na indústria. In: LAPLANE, M. COUTINHO, L. HIRATUKA, C. (Org.) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CARDOSO DE MELLO, J. M.. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & BELLUZZO, L. G. M.. Reflexões sobre a crise atual. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil – Ensaio sobre a crise**. São Paulo, Brasiliense, 1982, vol. I.

CARNEIRO, R.. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, M. A., SILVA, C. R. L.. **Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro**. RER, Rio de Janeiro, vol.43, nº 01, p. 9-28, jan/mar 2005 – Impressa em março 2005.

CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. P.. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CASTRO, A. S., ROSSI Jr., J. L.. **Modelos de previsão para as exportações das principais commodities brasileiras**. Texto para discussão nº 716 IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2000.

COUTINHO, L.. A Especialização Regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J. P. R. (org.) **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

COUTINHO, L., SARTI, F. A política industrial e a retomada do desenvolvimento. In: LAPLANE, M.F., COUTINHO, L., HIRATUKA, C. (orgs.) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003a.

_____. A Integração das Políticas Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. **Fórum Nacional Governo Lula: Novas prioridades e Desenvolvimento Sustentado**, v. 1, p. 329-342, 2003b.

CRUZ, P. D.. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE NEGRI, F. **Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras**. Texto para discussão nº 1074 IPEA, Brasília, março de 2005.

DELGADO, G. C.. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. 15 (43): 157-72, 2001.

_____. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: Luciana Jaccoud. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. 01 ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, pp. 51-90.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, C. J.. **Desnacionalização da Indústria Brasileira: uma Avaliação Pós-Abertura**. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política, João Pessoa, PB, 2008.

GIAMBIAGI, F. **A Condição de Estabilidade da Relação Passivo Externo Líquido Ampliado/PIB: Cálculo do Requisito de Aumento das Exportações no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev804.pdf>> . Acesso em: 28/02/2007, 16:35.

_____. **Brasil: raízes do atraso - Paternalismo versus Produtividade**. São Paulo: Campus, 2007.

GIAMBIAGI, F. & MOREIRA, M. M.. (orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES.

GONÇALVES, R.. **Política econômica e macrocenários nacionais: 2003-2006**. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, nº12, p.28-46, junho 2003.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia Brasileira contemporânea**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2005, 638 p.

HIRATUKA, C.. **Comércio exterior de empresas brasileiras: uma análise segundo a origem do capital**. Revista Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 57-90, 2003.

HIRATUKA, C. ; NEGRI, F.. **Notas sobre a influência da origem do capital sobre os padrões regionais de comércio exterior brasileiro**. Revista de economia, Curitiba/PR, v. 28/29, p. 333-360, 2003.

IPEA – **Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Boletim de Conjuntura, números 49 a 78. Abril 2000 a Setembro 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.com.br>>. Acesso em: 03/08/2007, 08:48.

IPEADATA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.com.br>>. Acesso em: 02/05/2007, 08:48.
KALECKI, M.. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril, 1978.

_____. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KAGEYAMA, A. (coord) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. (org) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990.

LAGO, L. A. C. A retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre. In: ABREU, M. P. (org). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

LAPLANE, M. F. & F. SARTI.. **Investimento Direto Estrangeiro e Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90**. Economia e Sociedade, n. 8, 1997.

_____. **O Investimento Direto Estrangeiro e a Internacionalização da Economia Brasileira nos Anos 1990**. Economia e Sociedade, n. 18, 2002.

_____. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização de economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.F., COUTINHO, L., HIRATUKA, C. (orgs.) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

_____. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial. In: CARNEIRO, Ricardo (Org). **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LARA RESENDE, A.. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org) **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

LEITE, S.P. **Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira: 1980-1996**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 1998.

LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento: 1974-76 - Sonho e Fracasso**. São Paulo: Brasília, 1978.

_____. **Projeto Nacional e Organização social produtiva**. Palestra Pensando o Brasil: Programa 2. 61 minutos, 27/04/2006.

MALAN, P.; BONELLI, R.. **Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80**. Texto para discussão interna nº 60, IPEA, RJ, novembro 1983.

MARCONI, N.. **Existe doença holandesa no Brasil?** São Paulo: Editora FGV, 2008.

MATTOS, L. B.; CASSUCE, F. C.C. & CAMPOS, A.C.. **Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004**. Revista de economia contemporânea vol.11 nº.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007.

MAZZUCHELLI, F. (1977). A expansão inconclusa (considerações sobre o setor de bens de capital no Brasil). Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado)

MDIC – **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 02/05/2007, 13:15.

MENDONÇA DE BARROS, L. C.. **A doença brasileira**. Disponível em: <<http://www.itv.org.br>>. Acesso em 16/01/2007, 14:43.

MIRANDA, J.C. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**. Texto para discussão nº 829 IPEA, Brasília, outubro de 2001.

MOREIRA, M. M.. Estrangeiros em uma Economia Aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior. In: GIAMBIAGI, F. & M. M. MOREIRA (orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999a.

MOREIRA, M. M.. A Indústria Brasileira nos Anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, F. & M. M. MOREIRA (orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999b.

OLIVEIRA, F.. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A.. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, M. P. (org.) **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

PAVITT, K. **Sectorial patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory**. The economics of innovations, 1984.

PRADO Jr., C. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SERRA, J.. O Sistema Tributário Brasileiro - Diagnóstico e Reforma. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 3. nº 1, janeiro de 1983

SILVA, B.P. **Análise do crescimento da capacidade de esmagamento de soja no Centro-Oeste brasileiro**. Monografia – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG: 2005.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **Trade and Development Report, 2002**. United Nations, New york and Geneva, 2002.

VILLELA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida: 1956-1963. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA A.; CASTRO L. B. de; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea** (1945-2004). 3. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, pp. 45-65.

ANEXO A – Notas metodológicas do Balanço de Pagamentos

A metodologia utilizada pelo Banco Central do Brasil para a divulgação do Balanço de Pagamentos brasileiro foi modificada em janeiro de 2001, quando começou a seguir as normas da quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (BPM5), publicado em 1993. Desta forma, as contas externas passaram a ser compiladas de forma integrada, englobando os fluxos (Balanço de Pagamentos) e os estoques de ativos e passivos financeiros (Posição Internacional de Investimentos). Algumas contas tiveram a sua nomenclatura e/ou classificação alterada, mas os lançamentos a débito e a crédito permaneceram os mesmos.

Neste contexto, as Contas do Balanço de Pagamentos brasileiro estudadas neste trabalho são, de acordo com o Banco Central do Brasil, apresentadas da seguinte forma:

1) Conta de Transações Correntes - A conta corrente foi redefinida com a exclusão de algumas transações, que passaram a integrar as novas contas capital e financeira. Cabe destacar as reclassificações das operações com derivativos e de ganhos de capital dos investimentos, que passaram a ser registradas na conta financeira, e a realocação das transferências unilaterais relativas a patrimônio para a conta capital. Engloba a Balança Comercial, as Contas de Serviços e Rendas e as Transferências Unilaterais Correntes.

1.1) Balança Comercial – Registra o comércio de bens entre residentes e não-residentes no País.

1.2) Serviços - Os serviços relativos a transportes, viagens internacionais, seguros e governamentais permaneceram com os mesmos critérios de classificação. Introduziram-se novos desdobramentos na conta de serviços, para evidenciar as transações com serviços financeiros, computação e informações, royalties e licenças e aluguel de equipamentos, anteriormente incluídos na rubrica serviços diversos.

A introdução do item serviços financeiros, que compreende serviços bancários tais como corretagens, comissões, tarifas por prestação de garantias e fianças, comissões e outros encargos acessórios sobre o endividamento externo, representa redefinição do conceito de juros. Com efeito, certos valores registrados na conta serviços financeiros eram anteriormente classificados como juros.

1.3) Rendas - A conta de rendas registra a remuneração do trabalho assalariado, composto de salários e ordenados (IMF [1993], BPM5, § 269-72), anteriormente alocados em serviços diversos, e as rendas de investimentos, que correspondem à remuneração das modalidades de aplicação detalhadas na conta financeira. Assim, as rendas de investimento direto abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira.

As rendas de investimentos em carteira englobam os lucros, dividendos e bonificações relativos às aplicações em ações e os juros correspondentes às aplicações em títulos de dívida de emissão doméstica (títulos da dívida interna pública, debêntures e outros títulos privados) e no exterior (bônus, notes e *commercial papers*) de qualquer prazo. Excetuam-se os juros relativos à colocação de papéis entre empresas ligadas, alocados em rendas de investimento direto.

As rendas de outros investimentos registram os juros de créditos comerciais, como os créditos de fornecedores, de empréstimos de agências governamentais, de organismos internacionais e de bancos; e os juros de depósitos e outros ativos e passivos.

1.4) Transferências unilaterais correntes - Corresponde às transferências unilaterais, na forma de bens e moeda, para consumo corrente. Excluem-se as transferências relativas a patrimônio de migrantes internacionais, alocadas na conta capital.

2) Conta Capital e Financeira – Registra o fluxo de entrada e saída de capital que não se destina à compra e venda de bens e serviços.

2.1) Conta capital - Registra as transferências unilaterais de capital relacionadas com patrimônio de migrantes e a aquisição/alienação de bens não financeiros não produzidos, tais como cessão de patentes e marcas.

2.2) Conta financeira - A conta financeira registra fluxos decorrentes de transações com ativos e passivos financeiros entre residentes e não-residentes. A conta financeira é dividida em quatro grupos: investimento direto; investimentos em carteira; derivativos; e outros investimentos.

Cada grupo é desdobrado em ativos e passivos, ou seja, há um item destinado a registrar fluxos envolvendo ativos externos detidos por residentes no Brasil e outro para registrar a emissão de passivos por residentes cujo credor é não-residente. Os ativos e passivos são, em seguida, desdobrados para evidenciar detalhes específicos de cada conta.

2.2.1) Investimentos diretos - São divididos em investimento direto no exterior e investimento direto no país. Nesta dissertação foram estudados somente os investimentos estrangeiros no país.

2.2.1.1) Investimento direto no Brasil - Representa a conta de passivo do grupo investimento direto. É igualmente dividido em dois grupos:

2.2.1.1.1) Participação no capital - Compreende os ingressos de recursos em bens e em moeda e as conversões de obrigações externas em investimento estrangeiro direto⁶, incluindo os valores destinados ao programa de privatizações, relacionados com a aquisição/subscrição/aumento, total ou parcial do capital social de empresas residentes. Registra as saídas relativas à alienação total ou parcial do capital social de empresas residentes e à realização de ganhos de capital.

2.2.1.1.2) Empréstimos intercompanhia - Compreende os créditos concedidos pelas matrizes sediadas no exterior a suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no país. Registra, também, a concessão de créditos pelas subsidiárias ou filiais no país a suas matrizes no exterior (investimento cruzado). Neste caso, o investimento cruzado é conta retificadora do passivo de investimento direto, pois trata-se de conta de natureza ativa classificada no grupo de natureza passiva. São considerados os empréstimos diretos ou colocação de títulos, sem distinção de prazo. As amortizações de empréstimos intercompanhia no grupo investimento direto no Brasil incluem o principal de empréstimos convertidos em investimento estrangeiro direto. Os empréstimos efetuados entre bancos ligados não são considerados empréstimos intercompanhia.

ANEXO B – Growth and classification of world merchandise exports⁷⁴

The product groups are ordered according to the average annual growth rate of their export value during the period 1980–1998, which is used as an indication of “market dynamism”. The table also classifies each product group into different categories according to the mix of different skill, technology and capital intensities and scale characteristics, as follows:

- Primary commodities A
- Labour-intensive and resource-based manufactures B
- Manufactures with low skill and technology intensity C
- Manufactures with medium skill and technology intensity D
- Manufactures with high skill and technology intensity E
- Unclassified products F

A few SITC items are not considered in the analysis because data for these categories are incomplete. These items are: SITC 286 (ores and concentrates of uranium and thorium), SITC 333 (crude petroleum), SITC 351 (electric current), SITC 675 (iron and steel hoops and strips), SITC 688 (uranium and thorium), SITC 911 (postal packages), SITC 931 (special transactions and unclassified commodities), SITC 961 (coin other than gold coin), and SITC 971 (gold). Some other items of SITC section 3, namely SITC 322 (coal), SITC 323 (coke and briquettes), SITC 334 and 335 (petroleum products), and SITC 341 (gas) are also not considered because the analysis only covers non-fuel merchandise trade.

TABELA 10 - Sitic Product Groups: Average Annual Growth Of Export Value, 1980–1998, And Classification According To Factor Intensity (Ranked by export value growth)

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
1	776	Thermionic, cold and photo-cathode valves, tubes, and parts	E	16.3
2	752	Automatic data processing machines and units thereof	E	15.0
3	759	Parts of and accessories suitable for 751, 752	E	14.6
4	871	Optical instruments and apparatus	E	14.1
5	553	Perfumery, cosmetics and toilet preparations	E	13.3
6	261	Silk	A	13.2
7	846	Undergarments, knitted or crocheted	B	13.1

⁷⁴ Este anexo é uma reprodução de: Annex 1 to chapter III: Growth and classification of world merchandise exports.

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
8	893	Articles of materials described in division 58	D	13.1
9	771	Electric power machinery, and parts thereof	D	12.9
10	898	Musical instruments, parts and accessories	F	12.6
11	612	Manufactures of leather or of composition leather, n.e.s.	B	12.4
12	111	Non-alcoholic beverages, n.e.s.	A	12.2
13	872	Medical instruments and appliances	E	12.1
14	773	Equipment for distributing electricity	D	12.0
15	764	Telecommunications equipment, and parts	E	11.9
16	844	Undergarments of textile fabrics	B	11.9
17	048	Cereal preparations and preparations of flour or starch of fruits or vegetables..A	A	11.9
18	655	Knitted or crocheted fabrics	B	11.7
19	541	Medicinal and pharmaceutical products	E	11.6
20	778	Electrical machinery and apparatus, n.e.s.	D	11.5
21	873	Meters and counters, n.e.s.	E	11.3
22	514	Nitrogen-function compounds	E	11.2
23	098	Edible products and preparations, n.e.s.	A	11.2
24	772	Electrical apparatus such as switches, relays, fuses and plugs	D	11.1
25	783	Road motor vehicles, n.e.s.	D	11.1
26	821	Furniture and parts thereof	B	11.0
27	062	Sugar confectionery and other sugar preparations	A	10.9
28	592	Starches, inulin and wheat gluten, albuminoidal substances	E	10.9
29	761	Television receivers	E	10.7
30	812	Sanitary, plumbing, heating and lighting fixtures	C	10.7
31	122	Tobacco, manufactured	A	10.7
32	679	Iron and steel castings, forgings and stampings	C	10.7
33	073	Chocolate and other food preparations containing cocoa	A	10.7
34	628	Articles of rubber, n.e.s.	D	10.6
35	843	Outergarments, women's, of textile fabrics	B	10.5
36	533	Pigments, paints, varnishes and related materials	E	10.3
37	635	Wood manufactures, n.e.s.	B	10.3
38	847	Clothing accessories of textile fabrics	B	10.3
39	657	Special textile fabrics and related products	B	10.3
40	664	Glass	B	10.2
41	583	Polymerization and copolymerization products	E	10.1
42	895	Office and stationery supplies, n.e.s.	F	10.0
43	642	Paper and paperboard, cut to size or shape	B	10.0
44	621	Materials of rubber (pastes, plates, sheets)	D	9.9
45	845	Outergarments and other articles, knitted	B	9.9
46	899	Other miscellaneous manufactured articles	F	9.9
47	743	Pumps, compressors, fans and blowers	D	9.8
48	672	Ingots and other primary forms, of iron or steel	C	9.8
49	774	Electric and radiological apparatus, for medical purposes	D	9.8
50	842	Outergarments, men's, of textile fabrics	B	9.8
51	633	Cork manufactures	B	9.7
52	714	Engines and motors, non-electric	D	9.7
53	726	Printing and bookbinding machinery, and parts	D	9.7
54	551	Essential oils, perfume and flavour materials	E	9.7
55	554	Soap, cleansing and polishing preparations	E	9.7
56	611	Leather	B	9.7

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
57	749	Non-electric accessories of machinery	D	9.6
58	941	Animals, live, n.e.s., including zoo-animals	F	9.5
59	728	Machinery and equipment specialized for particular industries	D	9.5
60	781	Passenger motor cars, for transport of passengers and goods	D	9.4
61	515	Organo-inorganic and heterocyclic compounds	E	9.4
62	582	Condensation, polycondensation and polyaddition products	E	9.4
63	699	Manufactures of base metal, n.e.s.	C	9.4
64	598	Miscellaneous chemical products, n.e.s.	E	9.3
65	694	Nails, screws, nuts and bolts of iron, steel or copper	C	9.2
66	658	Made-up articles, wholly or chiefly of textile materials	B	9.2
67	036	Crustaceans and molluscs, fresh, chilled, frozen, salted, in brine or dried	A	9.1
68	894	Baby carriages and toys	B	9.1
69	716	Rotating electric plant and parts	D	9.1
70	775	Household type, electrical and non-electrical equipment	D	9.1
71	245	Fuel wood (excluding wood waste) and wood charcoal	A	9.0
72	034	Fish, fresh (live or dead), chilled or frozen	A	9.0
73	831	Travel goods, handbags, briefcases, purses and sheaths	B	9.0
74	713	Internal combustion piston engines, and parts	D	8.9
75	741	Heating and cooling equipment, and parts	D	8.9
76	656	Tulle, lace, embroidery, and small wares	B	8.8
77	531	Synthetic organic dyestuffs, etc., natural indigo and colour lakes ..	E	8.8
78	744	Mechanical handling equipment, and parts	D	8.7
79	792	Aircraft and associated equipment, and parts	E	8.7
80	784	Parts and accessories of 722, 781, 782, 783	D	8.7
81	269	Old clothing and other old textile articles; rags	A	8.7
82	874	Measuring, checking, analysing instruments	E	8.7
83	684	Aluminium	A	8.6
84	037	Fish, crustaceans and molluscs, prepared or preserved, n.e.s.	A	8.6
85	742	Pumps for liquids, liquid elevators, and parts	D	8.6
86	663	Mineral manufactures, n.e.s.	B	8.6
87	848	Articles of apparel and clothing accessories, non-textile	B	8.6
88	897	Jewellery, goldsmiths and other articles of precious materials	F	8.6
89	641	Paper and paperboard	B	8.5
90	725	Machinery for paper and pulp mills and paper manufactures	D	8.5
91	892	Printed matter	F	8.5
92	653	Fabrics, woven, of man-made fibres	B	8.5
93	634	Veneers, plywood, improved or reconstituted wood	B	8.4
94	513	Carboxylic acids, and their anhydrides, halides, and derivatives	E	8.4
95	516	Other organic chemicals	E	8.4
96	273	Stone, sand and gravel	A	8.3
97	112	Alcoholic beverages	A	8.3
98	785	Motorcycles, motor scooters and invalid carriages	C	8.3
99	512	Alcohols, phenols, phenol-alcohols, and their derivatives	E	8.2
100	665	Glassware	B	8.2
101	054	Vegetables, fresh, chilled, frozen or simply preserved; roots, tubers .	A	8.1
102	091	Margarine and shortening	A	8.1
103	625	Rubber tyres, tyre cases, for wheels of all kinds	D	8.0
104	786	Trailers and other vehicles, not motorized	C	8.0
105	884	Optical goods, n.e.s.	E	7.9

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
106	292	Crude vegetable materials, n.e.s.	A	7.8
107	692	Metal containers for storage and transport	C	7.8
108	737	Metalworking machinery, and parts	D	7.7
109	431	Animal and vegetable oils and fats, processed	A	7.7
110	058	Fruit preserves and fruit preparations	A	7.7
111	851	Footwear	B	7.7
112	654	Textile fabrics, woven, other than cotton man-made fibres	B	7.6
113	682	Copper	A	7.6
114	667	Pearls, precious and semi-precious stones, unworked or worked	B	7.5
115	532	Dyeing and tanning extracts; synthetic tanning materials	E	7.5
116	652	Cotton fabrics, woven	B	7.5
117	695	Tools for use in hand or in machines	C	7.5
118	689	Miscellaneous non-ferrous base metals employed in metallurgy ...	A	7.4
119	881	Photographic apparatus and equipment, n.e.s.	E	7.4
120	282	Waste and scrap metal of iron or steel	A	7.3
121	727	Food processing machines, and parts	D	7.3
122	014	Meat and edible meat offals, prepared or preserved, n.e.s.; fish extracts ..	A	7.3
123	024	Cheese and curd	A	7.3
124	762	Radio-broadcast receivers	E	7.3
125	291	Crude animal materials, n.e.s.	A	7.2
126	745	Other non-electrical machinery, tools, apparatus, and parts	D	7.1
127	662	Clay construction materials and refractory construction materials ...	B	7.1
128	022	Milk and cream	A	7.1
129	696	Cut	C	7.1
130	882	Photographic and cinematographic supplies	E	7.1
131	057	Fruit and nuts (excluding oil nuts), fresh or dried	A	7.0
132	011	Meat and edible meat offals, fresh, chilled or frozen	A	6.9
133	736	Machine tools for working metal or metal carbides, and parts	D	6.9
134	248	Wood, simply worked, and railway sleepers of wood.....	A	6.9
135	423	Fixed vegetable oils, soft, crude, refined or purified	A	6.9
136	674	Universals, plates and sheets, of iron or steel	C	6.8
137	661	Lime, cement, and fabricated construction materials	B	6.8
138	686	Zinc	A	6.8
139	697	Household equipment of base metal, n.e.s.	C	6.7
140	683	Nickel	A	6.6
141	288	Non-ferrous base metal waste and scrap, n.e.s.	A	6.6
142	791	Railway vehicles and associated equipment	C	6.6
143	885	Watches and clocks	E	6.6
144	724	Textile and leather machinery and parts	D	6.5
145	651	Textile yarn	B	6.4
146	666	Pottery	B	6.3
147	523	Other inorganic chemicals	E	6.3
148	659	Floor coverings	B	6.2
149	677	Iron or steel wire, whether or not coated	C	6.1
150	591	Disinfectants, insecticides, fungicides, weedkillers	E	6.0
151	763	Gramophones, dictating and sound recorders	E	6.0
152	671	Pig iron, spiegeleisen, sponge iron, iron or steel.....	C	6.0
153	896	Works of art, collectors' pieces and antiques	F	6.0
154	522	Inorganic chemical elements, oxides and halogen salts	E	5.7

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
155	424	Other fixed vegetable oils, fluid or solid, crude, refined or purified	A	5.7
156	244	Cork, natural, raw and waste (including in blocks or sheets)	A	5.7
157	782	Motor vehicles for transport of goods materials	D	5.7
158	751	Office machines	E	5.6
159	693	Wire products and fencing grills	C	5.5
160	056	Vegetables, roots and tubers, prepared or preserved, n.e.s.	A	5.5
161	081	Feeding stuff for animals (not including unmilled cereals)	A	5.5
162	267	Other man-made fibres suitable for spinning and waste	A	5.4
163	721	Agricultural machinery and parts	D	5.4
164	718	Other power generating machinery and parts	D	5.3
165	572	Explosives and pyrotechnic products	E	5.2
166	562	Fertilizers, manufactured	E	5.0
167	793	Ships, boats and floating structures	C	5.0
168	035	Fish, dried, salted or in brine; smoked fish	A	4.9
169	673	Iron and steel bars, rods, angles, shapes and sections	C	4.9
170	251	Pulp and waste paper	A	4.9
171	075	Spices	A	4.8
172	001	Live animals, chiefly for food	A	4.7
173	676	Rails and railway track construction material	C	4.6
174	246	Pulpwood (including chips and wood waste)	A	4.5
175	233	Synthetic rubber latex; synthetic rubber and reclaimed rubber; waste and scrap ..	A	4.5
176	263	Cotton	A	4.5
177	266	Synthetic fibres suitable for spinning	A	4.4
178	211	Hides and skins (except fur skins), raw	A	4.4
179	042	Rice	A	4.4
180	511	Hydrocarbons, n.e.s., and their halogenated or derivatives	E	4.4
181	712	Steam and other vapour power units, steam engines	D	4.2
182	277	Natural abrasives, n.e.s. (including industrial diamonds)	A	4.2
183	247	Other wood in the rough or roughly squared	A	4.2
184	711	Steam and other vapour generating boilers, and parts	D	4.2
185	278	Other crude minerals	A	4.1
186	287	Ores and concentrates of base metals, n.e.s.	A	3.9
187	691	Structures and parts of structures; iron, steel and aluminium	C	3.8
188	223	Oil-seeds and oleaginous fruit, whole or broken (non-defatted flours and meals) ..	A	3.7
189	047	Other cereal meals and flours	A	3.6
190	025	Eggs and yolks, fresh, dried or otherwise preserved, sweetened or not ...	A	3.5
191	046	Meal and flour of wheat and flour of meslin	A	3.5
192	723	Civil engineering and contractors plant and parts	D	3.5
193	121	Tobacco, unmanufactured; tobacco refuse	A	3.4
194	012	Meat and edible meat offals (except poultry liver), salted, in brine, dried or smoked ..	A	3.2
195	678	Tubes, pipes and fittings, of iron or steel	C	3.1
196	722	Tractors fitted or not with power take-offs	D	3.0
197	222	Oil-seeds and oleaginous fruit, whole or broken (excluding flours and meals) ..	A	2.9
198	883	Cinematograph film, exposed and developed, negative or positive	E	2.8
199	074	Tea and maté	A	2.8
200	061	Sugar and honey	A	2.6
201	685	Lead	A	2.4
202	072	Cocoa	A	2.4
203	281	Iron ore and concentrates	A	2.4

Rank	SITC code	Product group (SITC nomenclature)	Product category	Average annual export value growth (Per cent)
204	584	Regenerated cellulose; cellulose nitrate and other cellulose esters	E	2.4
205	951	Armoured fighting vehicles, arms of war and ammunition	F	2.3
206	681	Silver, platinum and other metals of the platinum group	A	1.9
207	265	Vegetable textile fibres and waste of such fibres	A	1.7
208	232	Natural rubber latex; natural rubber and similar natural gums	A	1.6
209	524	Radioactive and associated materials	E	1.5
210	023	Butter	A	1.3
211	071	Coffee and coffee substitutes	A	1.3
212	411	Animal oils and fats	A	1.0
213	041	Wheat (including spelt) and meslin, unmilled	A	0.4
214	044	Maize (corn), unmilled	A	0.3
215	268	Wool and other animal hair (excluding wool tops)	A	0.3
216	613	Fur skins, tanned or dressed, pieces or cuttings of fur skin	B	-0.1
217	043	Barley, unmilled	A	-0.4
218	289	Ores and concentrates of precious metals; waste and scrap	A	-0.6
219	045	Cereals, unmilled (other than wheat, rice, barley and maize)	A	-1.0
220	271	Fertilizers, crude	A	-1.0
221	212	Fur skins, raw (including astrakhan, caracul and similar skins)	A	-2.4
222	585	Other artificial resins and plastic materials	E	-2.9
223	264	Jute and other textile bast fibres, n.e.s., raw or processed	A	-3.0
224	687	Tin	A	-3.9
225	274	Sulphur and unroasted iron pyrites	A	-5.8

Source: UNCTAD secretariat calculations, based on UN/DESA, Commodity Trade Statistics database.